



Fundação
Joaquim Nabuco
Editora Massangana

cadernos de ESTUDOS SOCIAIS

Volume 33
Número 1
Jan.-jun. 2018

cadernos de
ESTUDOS
SOCIAIS

Recife, v. 33, n. 1, janeiro/junho, 2018

ISSN 0102-4248

2018, Fundação Joaquim Nabuco, Diretoria de Pesquisas Sociais

Os autores que publicam na Caderno de Estudos Sociais mantêm seus direitos autorais cedendo à revista o direito a primeira publicação. As opiniões e conceitos apresentados nos textos, não correspondem, necessariamente, a opinião da Corpo e Comissão Editorial.

Os artigos apresentados são de livre divulgação e podem ser reproduzidos de modo integral ou parcial desde que seja referido o(s) autor(es) e a publicação inicia nesta revista como previsto na Licença HYPERLINK “<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>” Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Equipe Editorial

Beatriz Mesquita – Editora

Diogo Helal – Editor

Patrícia Simões – Editora

Revisão: André da Cunha Melo e Naara Goés

Capa: Aline Maya/ Tiknet

Diagramação: Karina V. Winkale/ Tiknet

Cadernos de Estudos Sociais, Diretoria de Pesquisas Sociais

Rua Dois Irmãos, 92, Apipucos, Recife, Pernambuco - PE.

CEP: 52071-440.

Telefone: +55 (81) 3073-6617

Todos os textos possuem Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Pede-se permuta/ On demande l'échange/ We ask for exchange/ Pidese permutate/ Si rieliede lo scambio/ Man bitter um Austausch/ Omtershango dezirata

Cadernos de Estudos Sociais/ Fundação Joaquim Nabuco. - Vol. 1, no. 1.
(1985) Recife: Editora Massangana, 1985 – v.: il.

Semestral.

Textos em português, inglês e espanhol.

A partir de 2012 a revista passou a contar com uma versão on-line.

ISSN 0102-4248/ e-ISSN 2595-4091

1. Ciências Socais. 2. Ciências Humanas. 3. Interdisciplinaridade.

Periódicos FUNDAJ. II. Fundação Joaquim Nabuco.

CDU 3:061.6(05)



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Temer

MINISTRO DA EDUCAÇÃO – GOVERNO FEDERAL DO BRASIL

Rosseli Soares da Silva

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Ivete Jurema Esteves Lacerda

DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS

Alexandrina Sobreira de Moura

COORDENADOR GERAL DA EDITORA MASSANGANA

Antônio Magalhães

Joana Cavalcanti

(Coordenadora Interina)

EQUIPE EDITORIAL

Beatriz Mesquita Jardim Pedrosa

Diogo Henrique Helal

Patrícia Maria Uchoa Simões

CONSELHO EDITORIAL CES – 2018

Alba Maria Zaluar – Professora visitante no IESP/ UERJ, Brasil

Bartolomeu Medeiros – Pontificia Università Urbaniana, Facoltà di Missiologia, Brasil

Edna Castro – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Frédéric Vandenberghe – Instituto de Estudos Sociais e Políticos/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Inaiá Carvalho – Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil

Ivan Targino – Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jane Beltrão – Universidade Federal do Pará, Brasil

João Pacheco de Oliveira – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

João Policarpo R. Lima – Programa de Pós-Graduação em Economia/Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

José Batista Neto – Centro de Educação/Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Kathya Roxana Araujo Kakiuchi – Instituto de Humanidades de la Universidad Academia de Humanismo Cristiano de Chile

Marcus André Barreto Campelo de Melo – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano/Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Maria de Nazareth Baudel Wanderley – Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Marion Aubrée – Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil

Paulo Henrique Martins – Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Silke Weber – Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Tania Bacelar de Araújo – Consultoria Econômica e Planejamento – CEPLAN/Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil

REVISÃO

André da Cunha Melo

Naara Oliveira Góes

Esta revista é indexada por: Índice de Ciências Sociais, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1987; CLASE-Citas Latino-Americanas em Ciências Sociales y Humanidades, Universidad Nacional Autónoma de México, México, D.F., 1986; Library of Congress, accessions list, Brazil: annual list of serials, Rio de Janeiro: The Office, 1976.

Os conceitos emitidos em artigos são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Sumário

NOTA DOS EDITORES..... 7

Beatriz Mesquita

Diogo Helal

Patrícia Simões

ARTIGOS

PODER, POLÍTICA E ESTRANHAMENTO:
UMA REFLEXÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO
SOCIAL DA (DES) POLITIZAÇÃO
DOS JOVENS 11

Jefferson Evânio da Silva

Robson da Costa de Souza

“A GENTE SAIU DA FEIRA, MAS A FEIRA
NÃO SAIU DA GENTE”: AS DISPOSIÇÕES
ADMINISTRATIVAS DOS PROPRIETÁRIOS
DE LOJAS DE UM CENTRO DE COMPRAS NO
AGRESTE PERNAMBUCANO 37

Rick Davidson Silva Paiva

Marcio Gomes de Sá

Denise Clementino de Souza

COLAPSO NA ACADEMIA?
O COMPORTAMENTO DE PÓS-GRADUANDOS
EM ADMINISTRAÇÃO E O BURNOUT 59

Marina Batista Chaves Azevedo de Souza

Hellen Taynan da Silva Cavalcanti

Carlos Eduardo Cavalcante

VIVER DE MÚSICA:
EMPREENDEDORISMO CULTURAL E
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO 81

Amanda Coutinho Cerqueira

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA SITUAÇÃO
SOCIOECONÔMICA ENTRE HOMENS E
MULHERES BOLIVIANAS NO MERCADO
DE TRABALHO DOS ESTADOS DO MATO
GROSSO DO SUL E DE SÃO PAULO 101

Elaine Meire Vilela

Cláudia Lima Ayer de Noronha

BLOGS HETEROTÓPICOS:
DENÚNCIAS E ESTRATÉGIAS DE
ENFRENTAMENTO CONTRA OS REGIMES DE
DESIGUALDADE NO “BLOGUEIRAS NEGRAS” 129

Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros

Nicemara Cardoso Silva

Notas dos editores

É com satisfação que apresentamos o primeiro número da Revista Cadernos de Estudos Sociais em 2018. A CES tem contribuído para a disseminação do conhecimento acadêmico desde 1985: daquele ano para este, a comunicação científica se modificou e tem adquirido maior importância no cenário acadêmico. A Fundação Joaquim Nabuco acompanha essa trajetória. Com a valiosa ajuda dos pareceristas *ad hoc* e dos autores, conseguimos eliminar os atrasos na publicação das edições e aumentar o número de artigos publicados em cada edição. Outro destaque é a diversidade de autoria nesta edição: há autores de Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais e São Paulo, pertencentes à Programas de Pós-Graduação em várias áreas do conhecimento. Sem dúvida, este é um reconhecimento à qualidade e importância da CES no cenário nacional.

Este número é composto de seis artigos: Jefferson da Silva e Robson de Souza, em “Poder, Política e Estranhamento: uma reflexão sobre a construção social da (des) politização dos jovens”, trazem uma reflexão acerca da construção social da (des) politização dos jovens. A partir de uma perspectiva pós-estruturalista, o artigo problematiza os métodos empregados em pesquisas que tentam, de alguma forma, medir o grau de envolvimento das juventudes com a política e defende que categorias genéricas como juventudes, cidadania e participação política são constructos sociais e discursivos. Em segundo plano, defende que o ensino de Sociologia no ensino médio, compreendido como discurso de mediação capaz de fornecer aos jovens estudantes do ensino médio os subsídios teóricos e metodológicos adequados à compreensão sociológica dos fenômenos sociais, pode contribuir de modo significativo na compreensão do fenômeno da política e, também, sobre questões que podem ter implicações diretas na experiência dos jovens com a política.

Em “A gente saiu da feira, mas a feira não saiu da gente’: as disposições administrativas dos proprietários de lojas de um centro de compras no Agreste Pernambucano”, Rick Paiva, Márcio de Sá e Denise de Souza analisam as disposições administrativas, que podem ser elaboradas por meio dos diferentes conjuntos de traços e características, dos proprietários de lojas de um grande centro de compras do agreste pernambucano (Nordeste do Brasil). Os autores, a partir da perspectiva teórica de Pierre Bourdieu (noção de habitus) e de Bernard Lahire (noção de disposições), realizaram uma pesquisa de campo com os proprietários dos negócios, na qual são explicitados os conjuntos de traços e características do público pesquisado, bem como apresentadas algumas das principais similaridades e diferenças observadas entre eles.

A seguir, Marina de Souza, Hellen Cavalcanti e Carlos Eduardo Cavalcante, em “Colapso na Academia? O comportamento de Pós-Graduandos em Administração e o *Burnout*” discutem a síndrome de *Burnout* em estudantes de Pós-Graduação em Administração. Com base no modelo teórico de Maslach, e a partir de uma abordagem qualitativa e interpretativista, os autores concluem que tal síndrome

está presente no cotidiano dos estudantes, sendo identificados comportamentos e rotinas com indícios de estresse ocupacional crônico e estratégias de *coping*.

Os três últimos artigos desta edição destacam questões e desafios ligados ao mundo do trabalho no Brasil: Em “Viver de Música: empreendedorismo cultural e precarização do trabalho”, Amanda Cerqueira analisa as condições de trabalho na indústria cultural, por meio de entrevistas com 22 músicos independentes. Busca, em especial, compreender como “viver de música” e seus significados no mundo trabalho, abordando o engendramento de comportamentos e práticas ditas empreendedoras, presentes nos discursos dos músicos entrevistados, e suas relações com as facetas da precarização.

Já em “Uma análise comparativa da situação socioeconômica entre homens e mulheres bolivianas no mercado de trabalho dos estados do Mato Grosso do Sul e de São Paulo”, Elaine Vilela e Cláudia de Noronha analisam as desigualdades e discriminação entre trabalhadores homens e mulheres de origem boliviana no mercado de trabalho dos estados do Mato Grosso do Sul e de São Paulo, no que diz respeito ao rendimento salarial. Com base em uma abordagem quantitativa, por meio da aplicação de modelos estatísticos a partir de microdados oriundos do censo demográfico brasileiro de 2010, as autoras analisaram o efeito do gênero para a determinação dos salários dos imigrantes e buscaram identificar o peso da discriminação por sexo, entre os indivíduos de origem boliviana, existente nos mercados de trabalho analisados, não encontrando diferenças significativas nos salários. É sugerido que por esses trabalhadores estarem em nichos econômicos, ou economia étnica, eles são isentos de alguns problemas (entre eles, as desigualdades de gênero) que envolvem o mercado aberto na sociedade hospedeira.

Por fim, Cintia Medeiros e Nicemara Silva, em “Blogs heterotópicos: denúncias e estratégias de enfrentamento contra os regimes de desigualdade no ‘Blogueiras Negras’”, exploram as narrativas de um grupo de mulheres negras em um *web-blog* sobre os regimes de desigualdades a que estão expostas nas organizações, considerando a interseção de gênero, raça e classe. Por meio de uma pesquisa qualitativa, com análise de conteúdo do material empírico coletado no Blogueiras Negras, as autoras apontam o blog como um espaço heterotópico, cujo posicionamento político se caracteriza, principalmente, por dois elementos: denúncia e estratégias de enfrentamento contra os processos discriminatórios vivenciados por mulheres negras no trabalho, e que revelam regimes de desigualdade, muitas vezes, sutis e silenciados.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

Beatriz Mesquita

Diogo Helal

Patrícia Simões

Editores da Revista Cadernos de Estudos Sociais

PODER, POLÍTICA E ESTRANHAMENTO: UMA REFLEXÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA (DES) POLITIZAÇÃO DOS JOVENS^{1 2}

Jefferson Evânio da Silva
Robson da Costa de Souza³

RESUMO

Este artigo pretende ser uma reflexão acerca da construção social da (des) politização dos jovens. A partir de uma perspectiva pós-estruturalista, problematiza os métodos empregados em pesquisas que tentam, de alguma forma, medir o grau de envolvimento das juventudes com a política e defende que categorias genéricas como juventudes, cidadania e participação política são constructos sociais e discursivos. Em segundo plano, defende-se que o ensino de Sociologia no ensino médio, compreendido como discurso de mediação capaz de fornecer aos jovens estudantes do ensino médio os subsídios teóricos e metodológicos adequados à compreensão sociológica dos fenômenos sociais, pode contribuir de modo significativo na compreensão do fenômeno da política e, também, sobre questões que podem ter implicações diretas na experiência dos jovens com a política. Nessa direção, destaca-se a necessidade de, a partir da imaginação sociológica, viabilizar as condições para uma crítica dos meios de comunicação em massa e para uma compreensão acerca da construção histórica e discursiva das categorias envolvidas. Do ponto de vista social, é preciso fornecer aos jovens estudantes do ensino médio, a possibilidade de compreender como e em que sentido esses atores são interpelados por vários gêneros discursivos que precisam ser interpelados pelos próprios sujeitos aos quais se destina.

PALAVRAS-CHAVE: Política; Poder; Jovens; História; Mídia televisiva.

¹ Uma versão preliminar desta discussão apareceu, sob a forma de comunicação oral, no V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica – ENESEB, realizado em Brasília, entre os dias 23 a 25 de julho de 2017, nas dependências da Universidade de Brasília – UNB. O presente trabalho foi apresentado no GT 13 – Os conhecimentos de política na disciplina de sociologia do ensino médio: conteúdos, metodologias e recursos didáticos.

² Trabalho submetido em 14/09/17 e aprovado em 21/05/18. Para citar este artigo: SILVA, J. E. da.; SOUZA; R. da C. de. Poder, Política e Estranhamento: uma reflexão sobre a construção social da (des) politização dos jovens. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.33, n. 1, p. 01-35, jan./jul., 2018. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em: dia mês, ano.

³ Autor 1: Mestrando em Ciências Sociais pela FUNDAJ e professor do Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul – FAMASUL. E-mail: jeffersonevaniosocio@gmail.com; Autor 2: Doutor em Serviço Social pela UFRJ e Pesquisador do grupo Estado, Cidadania e Atores Sociais (FUNDAJ). E-mail: robssouza@gmail.com.

POWER, POLITICS AND ESTRANGEMENT: A REFLECTION ON THE SOCIAL CONSTRUCTION OF THE (DIS) POLITICIZATION OF YOUNG PEOPLE

ABSTRACT

This article intends to be a reflection about the social construction of the (dis) politicization of young people. From a post-structuralist perspective, the article problematizes the methods employed in research studies that try to measure the degree of youth involvement with politics, arguing that generic categories such as youth, citizenship and political participation are social and discursive constructs. Secondly, it expounds that the teaching of Sociology in secondary education – understood as a discourse of mediation capable of providing young students of secondary education with the theoretical and methodological subsidies adequate to the sociological understanding of social phenomena – can contribute in a significant way to the understanding of the phenomenon of politics, as well as of issues that may have direct implications on young people's experience with politics. From this sociological perspective, the article emphasizes the need to enable the conditions for mass media criticism and for an adequate understanding about the historical and discursive construction of the categories involved. From a social viewpoint, it is important to provide young high school students with the tools necessary to understand how and in what sense these actors can be challenged by the various discursive genres, which should also be questioned by the subjects for whom it is intended.

KEYWORDS: *Politics; Power; Youth; History; Television Media.*

PODER, POLÍTICA Y EXTRAÑAMIENTO: UNA REFLEXIÓN SOBRE LA CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE LA (DES) POLITIZACIÓN DE LOS JÓVENES

RESUMEN

Este artículo pretende ser una reflexión acerca de la construcción social de la (des) politicización de los jóvenes. A partir de una perspectiva post-estructuralista, problematiza los métodos empleados en investigaciones que intentan, de alguna forma, medir el grado de implicación de la juventud con la política y defiende que categorías genéricas como juventud, ciudadanía y participación política son constructos sociales y discursivos. En segundo plano, se defiende que la enseñanza de Sociología en la enseñanza media, comprendida como discurso de mediación

y capaz de proporcionar a los jóvenes estudiantes de enseñanza media los subsidios teóricos y metodológicos adecuados a la comprensión sociológica de los fenómenos sociales, puede contribuir de modo significativo en la enseñanza de la comprensión del fenómeno de la política y también sobre cuestiones que pueden tener implicaciones directas en la experiencia de los jóvenes con la política. A partir de esta base, se resalta la necesidad, basada en el imaginario sociológico, de posibilitar las condiciones para una crítica mediática y de un entendimiento sobre la construcción histórica y discursiva de las categorías involucradas. Desde el punto de vista social, es necesario proporcionar a los jóvenes estudiantes de la escuela secundaria, la posibilidad de comprender cómo y en qué sentido estos actores son interpelados por varios géneros discursivos que necesitan ser cuestionados por los propios sujetos a los que se destina.

PALABRAS CLAVE: *Política; Poder; Jóvenes; Historia; Medios de Comunicación Televisiva.*

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, uma vasta literatura tem se dedicado ao debate contínuo em torno da relação entre as juventudes e a esfera política. A questão fundamental que vem guiando os trabalhos parece ser a de um esforço em refletir sobre se os jovens são ou não “politizados” (MAYORGA, 2013; MAIA et al., 2011)⁴.

Uma questão que parece estar ausente nas pesquisas é o enquadramento teórico acerca do problema da relação entre as juventudes e a política numa perspectiva discursiva, tomando não apenas como referência os dados levantados pelas pesquisas quantitativas e qualitativas (recentes ou não), mas considerando, também, por objeto de investigação, o processo mesmo de construção social dos sentidos das categorias envolvidas nesses debates (politização e despolitização).

Aqui, cabe considerar a necessidade mesma de problematizar, também, a interpeleção desses sujeitos – jovens –, pelos discursos, levando em consideração a complexidade deste termo bem como os sentidos produzidos com relação à política, participação, engajamento e transformação social.

Por outro lado, geralmente não se tem conferido uma atenção especial à contextualização da questão do estranhamento das juventudes quanto aos significados de poder e política a partir de sua construção histórica. Neste trabalho tentaremos defender que a construção social da (des) politização dos jovens possui, por assim dizer, um caráter “objetivo” e outro “subjetivo”.

⁴ Na medida em que os significados de “ser jovem” são múltiplos e variados, faz-se necessário ponderar, inclusive, se os sentidos atribuídos pelos próprios atores no que concerne a noções clássicas como *política*, *cidadania* e *participação política* estão, de fato, em conformidade com as definições presentes em certos discursos de natureza acadêmica. Para os autores deste paper, a categoria *juventudes* também deve ser lida como uma construção social e discursiva.

Nossa hipótese é de que a categoria **jovens** tem, tradicionalmente, sido interpelada pelo discurso político brasileiro como despolitizada e que essa pré-noção tem sido legitimada por algumas pesquisas que pecam em negligenciar: a) os sentidos múltiplos que podem ser atribuídos à cidadania; b) a complexidade do universo cultural das juventudes.⁵ A exclusão de parcela significativa da sociedade civil e, em grande medida, da sua parcela mais jovem, dos processos decisórios na história política do Brasil, constitui, por outro lado, uma condição objetiva desse estranhamento que parecem nutrir os sujeitos no que concerne às instituições, e, de modo geral, à institucionalidade do poder.

Simultaneamente, o campo da política, em vários períodos históricos de nosso país, manteve a uma distância segura toda forma de linguagem e de atores sociais estranhos à sua composição histórica. Edificou-se, pois, como um discurso hegemônico cuja pretensão foi suplantado, em termos derridianos, o espaço de uma **diferença**. Aqui, a noção hegemônica de concepção da governabilidade se refere ao poder como um estatuto objetivo, objeto de posse exclusiva das classes dirigentes do país, e a política considerada exclusivamente como um conjunto de processos mediante os quais se exerce o poder.

Do ponto de vista discursivo, a politização e/ou despolitização dos jovens são categorias gestadas a partir daquilo que Laclau (2015) denominou de processos de formação hegemônica do consenso. No jogo da construção dos significados, os atores partem, a rigor, de certos parâmetros de fixação, considerados formas legítimas e representativas do envolvimento dos sujeitos com a esfera da política. No centro desses processos, situa-se, de um lado, o caráter polissêmico de conceitos como cidadania e participação e, de outro, a discussão mais geral acerca da relação sujeito\estrutura.⁶

Posteriormente, procuramos refletir sobre a questão da (des) politização dos jovens, considerando-a uma construção social que, de certa forma, está imbricada a um processo histórico mais amplo de constituição do campo da política no cenário brasileiro. Nessa perspectiva, politização e despolitização são categorias que se fundam a partir do alinhamento (ou não) do comporta-

⁵ As juventudes e/ou os jovens não podem ser pensados como categorias universais capazes de evocar uma totalidade orgânica. É possível, a título de exemplo, imaginar, a partir da crítica empreendida pelo filósofo e psicanalista esloveno S. Žižek às “totalidades orgânicas”, que a juventude pode ser fracionada em termos de gênero, classe social, raça/etnia, “tribos” etc. É preciso, pois, situar essa categoria geralmente pensada em termos genéricos e, conseqüentemente, abstratos, em toda sua complexidade.

⁶ O termo “estrutura” aqui evoca o clássico debate entre as teorias da agência e da reprodução. Estrutura, no sentido que atribuímos a esse termo, é um conceito polissêmico que pode ser lido de várias perspectivas teóricas distintas. No âmbito da sociologia funcionalista, a noção de estrutura pode ser ilustrada como sinônimo de uma organização exterior ao indivíduo (isto é, dotada de uma lógica própria e independente das vontades individuais). Tratar-se-ia, neste caso, da sociedade *per se*, concebida como um organismo vivo – termo derivado de uma linguagem expressiva da presença de um organicismo de fundo que caracterizava a escrita de parte da Sociologia e da Antropologia do século XIX.

mento dos sujeitos a certas práticas discursivas acerca de participação e engajamento na esfera pública.

Resultam, nesse sentido, de um processo de luta pela construção do significado e pela formação hegemônica do consenso concomitantemente ao fato de que, na sociedade em geral, a identidade política dos sujeitos pressupõe, como já foi dito, em diálogo com o pensamento de Derrida, sempre o espaço de uma **diferença**. Aqui, as representações de mundo dos sujeitos, organizados enquanto grupos sociais distintos, estão imbricadas ao lugar que ocupam nas sociedades e aos grupos em que estão reunidos.

Numa discussão que transita entre a chamada “teoria crítica” e a perspectiva “pós-estruturalista”, pretende-se lançar luz a uma outra questão importante: o papel dos meios de comunicação na produção discursiva que está na base da experiência que os jovens estabelecem com a política – compreendida aqui como um conjunto de técnicas, discursos e estratégias que visam estabelecer, nos limites de sua possibilidade, uma determinada ordem social.

De modo geral, as perguntas que tendem a orientar uma problematização acerca do assunto são as seguintes: atuam esses meios no sentido de “reificar” o significado de poder e política como elementos distantes da realidade cotidiana das juventudes? É possível desvincular o aspecto ideológico do discurso midiático? E, por extensão, qual seria, pois, a forma de um discurso de mediação necessário ao contexto atual? Nessa mesma direção, como refletir acerca da relação das juventudes com a política sem fazer eco a reducionismos explicativos que, de certa maneira, não dão a devida importância à dimensão simbólica e à historicidade dos fenômenos sociais?

Finalmente, na última seção deste *paper*, discute-se brevemente o papel da Sociologia como discurso mediador dotado de ferramentas teóricas e metodológicas adequadas ao desafio de tornar inteligíveis as íntimas conexões entre o discurso midiático, a construção de verdades e o poder na medida em que, a partir desta disciplina, realiza-se tanto a contextualização histórico-sociológica da relação juventudes/política como a crítica da suposta neutralidade dos *mass media*.

Como os sujeitos são interpelados por vários tipos de discursos – científico, midiático, político –, é preciso assegurar aos jovens estudantes do ensino médio as condições necessárias à reflexão crítica acerca do lugar social que lhes é fixado por esses mesmos discursos – a suspensão da eficácia simbólica dos discursos aos quais estão sujeitos tornaria os jovens não apenas sujeitos ao discurso, mas também “sujeitos do discurso”.

2 A “JUVENTUDE” BRASILEIRA E O DISCURSO SOBRE A EXCLUSÃO DAS ESFERAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Considerando o número de teses, dissertações e artigos que têm por objeto o estudo da condição social das juventudes no Brasil e seu grau de envolvimen-

to com a política, é possível dizer que há um esforço significativo dos cientistas sociais em compreender as relações entre esses atores e a política. Ocupando um lugar até certo ponto incipiente, se levarmos em consideração os dados estatísticos mais recentes⁷, encontram-se as pesquisas que aceitaram o desafio de tornar inteligíveis as relações entre os jovens e a política. Aqui, sociólogos e cientistas políticos têm se dedicado à tentativa de enunciar os sentidos acerca do significado da relação juventudes\política (atuando, portanto, na criação de “consensos”), com todos os desafios metodológicos que essa tarefa implica.

Um desses desafios consistiria, a nosso ver, em situar a categoria **juventudes** para além do critério etário, levando em consideração nas pesquisas questões mais sensíveis como, por exemplo, o lugar social ocupado por esses jovens, suas formas de mobilização e ressignificação da ordem social, a questão de gênero, classe social, etnia, só para citarmos alguns recortes possíveis e necessários (sobre o assunto, ver, por exemplo, BOURDIEU, 2011).

Segundo Mayorga (2013), os estudos podem ser divididos em dois grupos: no primeiro estão aqueles discursos que ressaltam a apatia dos jovens com relação às formas tradicionais de participação política (MENDEZ, 1998; WELTI, 2002 apud MAYORGA, 2013). No segundo, encontramos os que defendem uma capacidade de ressignificação das formas tradicionais de engajamento político, como típica ao universo cultural das juventudes, destacando suas novas formas de atuação, a redefinição da concepção de cidadania e suas interseções com as maneiras convencionais de engajamento (CASTRO, 2008; FERREIRA, 2005; LIMA, 2012; MAHEIRIE, 2002).

Neste ponto, vale destacar o seguinte: a tese da apatia das formas tradicionais de participação política não é recente, muito menos é dirigida exclusivamente à parcela jovem das sociedades democráticas ocidentais. “O cidadão não educado” para a democracia, para empregarmos uma expressão de Bobbio (1986) – ou o “analfabetismo político” – é encarado, na maioria das vezes, como um perigo ao **futuro da democracia**.

⁷ Em estudo recente organizado por Sposito (2009), com o objetivo de se avaliar o estado da arte dos estudos sobre juventudes no Brasil nos últimos anos, verificou-se que os temas: participação e cultura política ocupam um espaço relativamente incipiente nas pesquisas das três áreas tomadas como referência para o estudo: a Educação, o Serviço Social e as Ciências Sociais. Além de destacar para o fato de que no campo das Ciências Sociais a Antropologia tem conferido maior ênfase às juventudes como objeto de pesquisa, verifica-se que as Ciências Sociais, comparadas com os outros dois campos tomados como referência para o levantamento, têm se destacado pelo menos no critério participação e cultura política. Do total dos 1427 estudos, entre teses e dissertações produzidas entre os anos de 1999 – 2006 em Universidades públicas brasileiras levantadas pelo estudo, constatou-se que na área da Educação 3,5% dos trabalhos tiveram por objeto o tema participação e cultura política, na área do Serviço social 3,47% e nas Ciências Sociais 7,37%. Destaca-se ainda a predominância do tema geral juventudes nos estudos da área da educação, o que representa 971 pesquisas no quadro geral das 1427 levantadas.

Para Mayorga (2013), a adesão à dualidade explicativa traz diversos problemas à tentativa de tornar inteligível a relação juventudes/política, uma vez que dificulta o entendimento acerca dos **processos discursivos** e da **complexidade** que envolvem a temática. Como os estudos de caráter quantitativo acabaram assumindo status privilegiado nos cenários descritos aqui, a autora problematiza o próprio método utilizado nas pesquisas empíricas – faltaria a estes trabalhos uma definição mais clara do conceito de política, uma atenção maior quanto à especificidade das juventudes e de seus contextos sociais, assim como a necessária proximidade entre os métodos quantitativos e qualitativos.

Pode-se dizer, inclusive, que a definição do método (e seus usos) pode ter implicações diretas no processo que busca aferir o grau de politização dos jovens. Ao atribuir sentidos ao conjunto de variáveis previamente estabelecidas, segundo a lógica da evolução da adesão à filiação partidária entre o público jovem e participação nas eleições diretas por meio do voto, em séries históricas, a pesquisa termina por reificar um sentido particular da concepção do processo de institucionalização democrática.

Neste aspecto, pesquisas realizadas no Brasil e em Portugal⁸ vêm apresentando dados que reforçam o discurso da despolitização juvenil, na medida em que suas variáveis estão em plena conformidade com os valores e significados de participação com os quais se identificam os críticos da suposta apatia e idiotia política dos jovens.⁹ A constatação de uma suposta despolitização dos jovens tem conferido maior atenção às formas de participação política consideradas tradicionais: filiação partidária, participação nas eleições por meio do voto.

Embora não possamos, com efeito, atribuir aos autores dos trabalhos esta assertiva, é lícito, no entanto, ponderar que o material produzido vem sendo utilizado pelos apologistas da despolitização juvenil como material comprobatório do grau (e medida) de seu “engajamento político”.

De antemão, negamos qualquer dissociação entre as esferas da cultura e da política, no sentido weberiano clássico, uma vez que a articulação de “representações, valores e identidades” se realiza, via de regra, mediante o signo do antagonismo e da hegemonia, nos termos de uma perspectiva orientada pelo pós-es-

⁸ Uma pesquisa realizada em 2014 pela Universidade de Coimbra em que se avaliou a questão do voto juvenil e as eleições para o Parlamento Europeu, em especial, o contexto da participação política das juventudes em Portugal, verificou-se o “baixo” grau de ação política das juventudes relacionado aos altos índices de abstenção nas eleições. Pesquisas mais recentes, tomando como referência os dados do TSE e de trabalhos internacionais, com pretensões comparativas, têm apresentado resultados similares. Ver, por exemplo, respectivamente os trabalhos de Valente & Cunha (2014) e Speck (2012).

⁹ O termo de origem grega **Idiota** era empregado para designar aquele que não manifestava interesse pela vida política nas cidades – estado da Grécia antiga. O conceito de política, tal como aparece na maioria dos livros didáticos de sociologia remete para esse lugar de origem. Política vem do grego *polis*, ou cidade. Na *Ágora* se davam os debates sobre os destinos da vida na *polis*, com a participação dos cidadãos e a exclusão de mulheres, escravos e **estrangeiros**.

truturalismo.¹⁰ Portanto, tomamos os problemas da construção do significado e do discurso como elementos fundamentais às análises desenvolvidas neste *paper*.

Neste sentido, Antônio (2005, p. 55), seguindo o raciocínio de R. Williams, sugeriu que:

La cultura no es una esfera separada, sino una dimensión de todas las instituciones, económicas, sociales y políticas. La cultura es una serie de prácticas que constituyen significados, valores y subjetividades. La cultura incluye, un proceso colectivo e incesante de significados que dan forma social a La experiencia y configuran relaciones sociales.

A cultura não é uma esfera separada, mas uma dimensão de todas as instituições económicas, sociais e políticas. A cultura é uma série de práticas que constituem significados, valores e subjetividades. A cultura inclui um processo coletivo e incessante de significados que dão forma social à experiência e configuram relações sociais. (ROTA Y MONTER, 2005, p.55, tradução nossa)

Outro fator importante é admitirmos a dimensão da linguagem como constitutiva das realidades sociais. Neste aspecto, Lopes e Macedo (2011) consideram a linguagem não apenas como o instrumento pelo qual nomeamos as coisas – isto é, não apenas um mecanismo de “objetivação do mundo da vida”, conforme a concepção fenomenológica de Berger e Luckmann (1985) – mas o meio mediante o qual as realidades discursivas se constituem. Outra contribuição fundamental refere-se à noção de que nenhum significado pode existir “fora de um sistema de diferenças” (DERRIDA apud BARRÈT, 1996, p. 250).

Questão primordial também seria interpretar este problema à luz da concepção daquilo que Laclau e Mouffe (2015) denominaram de **formações hegemônicas**, categoria que pressupõe o conceito chave de **articulação** para que se possa falar, com efeito, de “hegemonia”. Para os autores, a hegemonia é um tipo de “relação política” mediante a qual se constituem de modo contingente as ordens sociais.

Segundo Barrett (1996), a adesão dos autores ao projeto do pós-estruturalismo e a filiação do modelo teórico laclauiano a conceitos centrais da psicanálise lacaniana e da filosofia derridiana possibilitaram a redefinição da questão das ideologias e da luta pela hegemonia para além da noção de classe social, superando assim tanto a ortodoxia do marxismo reducionista quanto à rigidez desse problema que persistiu, de certa forma, na obra de Gramsci.

¹⁰ No pós-estruturalismo, a dimensão do **antagonismo** passa a desempenhar um papel importante nos processos de apreensão da realidade na medida em que há uma relação formal-conceitual entre universalidade, contingência histórica e o limite de um “Real impossível”: a forma vazia de universalidade (sempre **necessária** e ao mesmo tempo **impossível**), na sua contingente relação com a multiplicidade de conteúdos particulares (também ela contingente e transitória), surge por meio de uma “lacuna irredutível”, que só pode ser representada “de maneira distorcida, por meio de diferenças particulares internas ao sistema” (Cf. ŽIŽEK, 2013, p. 204-205).

A noção de **articulação** é expressa no caso que nos ocupa pela existência da relação entre os projetos políticos e o antagonismo das identidades políticas. Por um lado, a representação de uma suposta apatia política dos jovens está assentada, por assim dizer, num projeto político e em seus quadros referenciais considerados legítimos, construídos de forma hegemônica a partir de uma certa concepção de participação.

Uma vez que este projeto político não goza da exclusividade do significado, sendo incapaz de suplantar o espaço das diferenças, ele se relaciona de modo antagonístico com outro projeto que compreende, por sua vez, a questão do engajamento a partir de outros termos. Estrutura e ressignificação, condicionamento e agência são polarizações que também compõem a atmosfera deste processo.

As identidades políticas, não encontradas diretamente na “imediatividade”, mas, como sugeriu Laclau, politicamente constituídas, constroem-se de modo articulatório e exigem, a rigor, a existência daquilo de Derrida denominava *différance*, isto é, uma “exterioridade constitutiva”: o politizado só existe em função daquilo que não é. Nesse sentido, o despolitizado é o Outro e, ao mesmo tempo, a sua falta constitutiva.

Como sublinhou Mouffe (2015), a distinção nós\eles é condição *sine qua non* de formação das identidades políticas: centralizar o **político** como momento privilegiado de construção da realidade social em torno dos processos de formação hegemônica pode, inclusive, nos ajudar a escapar ao reducionismo explicativo, possibilitando a problematização da questão da oposição entre os discursos (politização x despolitização) e a construção de seus consensos.

Nessa perspectiva, a questão acerca do que significa dizer que os jovens expressam certo estranhamento com relação aos significados de poder e política deveria ser precedida não apenas por uma definição mais clara desses conceitos e/ou pelo uso simultâneo de abordagens qualitativas\quantitativas no tratamento dessa questão, conforme reconheceu Mayorga (2013), mas acrescida por problemas de outra ordem: a idealização do estranhamento dos jovens não seria, a priori, resultante de um estratagema discursivo dedicado a consolidar um sentido na contramão da marginalização de uma *différance*, isto é, de uma exterioridade? Por outro lado, o discurso oposto não realiza, por assim dizer, uma ação análoga, só que na direção contrária?

Portanto, a “politização” e/ou “despolitização” de um sujeito depende de qual sistema de valores, projeto político e concepção de cidadania se estabelecem como quadro de referência a partir do qual se projetam e idealizam as identidades políticas. Além disso, a produção dos significados se dá na tensão entre as hierarquias sociais que almejam a hegemonia de seus ideais e representações do mundo. Aqui, a definição de sociedade e/ou da “impossibilidade da sociedade”, como sublinhado por Laclau (1983), torna-se uma questão fundamental, dada a impossibilidade de fixação de um significado fixo e definitivo em relação à “abertura do social”.

A realidade social, neste caso, não é interpretada como um **fato social** (no sentido durkheimiano da expressão). Tampouco é concebida como simples resultado de uma espécie de “contemplação criativa”, possível graças à subjetividade dos atores sociais. Embora toda estrutura social possa ser traduzida, conforme sugeriu Roger Chartier (apud DOSSE, 2001) como uma **representação** da mentalidade coletiva, sem a qual não existiria em si mesma, nem por isso a sociedade deixa de exercer essa **presença** na consciência individual, mediante a qual, como lembrava Adorno (2008), impõe seus limites, regras e constrangimentos às ações individuais. Neste caso, Berger e Luckmann (1985, p. 87) propunham dialeticamente que “a sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social”.

Consequentemente, considerar a relação entre as juventudes e a política a partir de uma perspectiva discursiva pressupõe a necessidade de concebermos a realidade social como “espaço aberto” (E. Laclau) mediada pela linguagem (J. Derrida), ou seja, caracterizada por condições materiais objetivas imbricada numa experiência histórica contingente. Segundo Lopes e Macedo (2011, p. 253),

A sociedade como um todo estruturado e fixo, pré-discursivo ou extradiscursivo, não existe, pois sempre há um excesso de sentido a ser simbolizado, algo do que não se consegue dar conta, jogos de linguagem que podem produzir novas significações contingentes. Toda e qualquer representação provisória da sociedade ou de qualquer outro fenômeno social é sempre apenas uma parte limitada da possibilidade de significação.

Ademais, “os estranhos têm de ser impedidos de entrar” ao passo que os “íntimos, mantidos dentro” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 120-121). Aqui, não se pode ignorar o fato de que, no contexto de nossa sociedade, o campo da política se constituiu pela exclusão de atrizes e atores centrais aos processos de formação da sociedade brasileira (indígenas, negros, mulheres, minorias sociais, assim como as juventudes).

Desse modo, tomando como ponto de partida a própria constituição dessas “posições de sujeito” na história brasileira, nosso argumento caminha no sentido de que toda uma gama de atrizes e atores sociais, dentre os quais se destacam as juventudes, manteve-se às margens das práticas discursivas tecidas no âmbito da esfera política.

Do ponto de vista histórico, o campo da governabilidade, ao longo de nossa história, constitui-se, em todos os seus períodos, como uma espécie de “Província”, alheia à sociedade civil e às atrizes e atores sociais que lhe tornam possível. Segundo Galvão e Pinto (2006), durante muito tempo se insistiu no despreparo da sociedade brasileira para participação, embora isto não tenha significado impedimento para a mobilização social com vistas à transformação da “sociedade” em vários momentos importantes de nossa história. Em-

bora reprimidos pela violência institucionalizada, os atores nunca deixaram de agir no sentido da resignificação das estruturas de poder. Aqui, é preciso compreender que para além das tentativas de interpelação dos sujeitos pelo discurso, há sempre um excesso de sentido que jamais pode ser preenchido, um espaço para a crítica e para o desenvolvimento de táticas, estratégias de sublevação e contestação da ordem instituída.

Na década de 1950, Fernandes (1954, p. 102-3) sublinhava esse hiato entre o Estado e a sociedade, separados por uma barreira histórica de exclusão e estranhamento:

No decorrer de 65 anos de política republicana, as camadas sociais que se achavam afastadas do exercício direto do poder, não tiveram oportunidades para compreender que as ações do Governo interessam a todos os cidadãos, afetando-os diretamente em seus interesses e segurança ou indiretamente, por empenharem de um modo ou de outro o próprio futuro da Nação, como uma comunidade política.

O sociólogo utilizava a ocasião para questionar a negligência de autores como Oliveira Viana e Alberto Tôrres, por não terem atribuído, naquele contexto histórico, um papel importante à escola secundária brasileira. Para F. Fernandes, a inserção da Sociologia na escola secundária seria fundamental na “formação da personalidade”, na constituição do senso de participação, responsabilidade e no conhecimento dos direitos e deveres inerentes ao exercício da cidadania.

No plano da política brasileira se admitiu como válida a tese de uma despolíticação geral da população, que escondia o privilégio de uma elite excludente que se perpetuava no poder. No contexto de regimes autoritários, a moralização do discurso político acompanhou a formação hegemônica de uma concepção “particular” e excludente de participação e de exercício do poder:

Todas as manifestações da política popular do início dos anos 60 (greves, petições, passeatas, etc.) foram consideradas desviantes e vistas como ausência da interiorização do dever cívico. Manuais de instrução moral e cívica nas escolas e a intensificação das eleições controladas nas cidades do interior foram soluções encontradas à supressão das eleições majoritárias nas capitais e dos partidos políticos, impedidos então, de fazer seu trabalho de socialização na prática das ruas. O cidadão selvagem precisava ser civilizado e controlado pelo Estado (CANEDO, 2003 apud GALVÃO & PINTO, 2006, p. 14).

Maior de 1968 foi considerado pelas forças conservadoras uma imoralidade, uma *anomia*, e/ou qualquer situação distinta da “velha e boa política”. Curiosamente, esse estranhamento não foi exclusividade dos períodos de vigência institucionalizada de regimes autoritários, como aquele da ditadura militar do Brasil (1964 -1985). Com a redemocratização do país, que começa

na década de 1980, as próprias instituições normativas do Estado, corresponsáveis pela manutenção da ordem democrática, edificaram uma linguagem estranha à sociedade civil.

Deixados à margem da História, figurou (a) toda uma linguagem estranha a seus códigos internos: a incompreensibilidade da linguagem jurídica não é, pois, fruto de um acaso. Numa sociedade pretensamente liberal como a nossa, é necessário falar a língua do Direito para fazer valer o direito que se tem. Ademais, as concepções de política e de poder caminharam na mesma direção: elementos considerados por uma parcela significativa da sociedade civil e pelas juventudes como estranhos à sua vida cotidiana. Pertencem a um Outro lugar, isto é, constituem-se como objeto de posse de outros sujeitos.

Por outro lado, essa dualidade descrita até o presente momento (politicizado x despoliticizado) também deve ser problematizada no plano das formações discursivas. Neste aspecto, o que está em jogo é, pois, a luta pela hegemonia no que diz respeito aos sentidos da ação política (e /ou da própria noção de cidadania, ressalta-se aqui).

Aliás, a questão elencada, própria do antagonismo dos pontos de vista, não representa prejuízo ao jogo democrático, uma vez que “não existe uma única concepção de cidadania que deva ser aceita por todos” (MOUFFE, 2015, p. 11). Um ponto de inflexão interessante a esse respeito foi levantado por Carrano (2012, p. 83) ao refletir em que medida e de que forma “os espaços clássicos de participação absorvem ou não os vetores que chegam através dos diferentes coletivos de identidades, tais como negros, mulheres, LGBT, deficientes”. Com efeito, na impossibilidade de extinguir o antagonismo das relações sociais, a política deve buscar “a criação da unidade em um contexto de conflitos e diversidade” (MOUFFE, 2005, p. 20).

Finalmente, a “apatia” atual, ressaltada amplamente tanto pela literatura como pelo senso-comum, no sentido da não identificação das juventudes com relação à institucionalidade do poder, não deixa de refletir, também, uma repulsa mais geral da sociedade brasileira diante da corrupção endêmica que assola o Estado e sua organização política histórica (reflexo da “corrosão” de nossas instituições). Se, por um lado, o processo histórico de exclusão da participação da população e, em grande medida, da parcela jovem da sociedade nos processos decisórios, ensejou, por assim dizer, a condição objetiva desse estranhamento, por outro, sua condição histórica é uma construção social, e, portanto, discursiva, conforme veremos a seguir.

3 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA (DES) POLITIZAÇÃO DOS JOVENS

A (des) politização das juventudes pode ser considerada uma construção social na medida em que os discursos que idealizam sua relação com a política vi-

sam à hegemonia e à exclusão de uma diferença. Ao lado do fator histórico, tanto a “formação hegemônica dos consensos”, somada a questão da interiorização de certas posturas de comportamento, como os meios de comunicação em massa, especificam a construção social da (des) politização dos jovens.

A ascensão dos jovens à condição de atores sociais na história política brasileira acompanhou a lenta e progressiva crise do sistema patriarcal. A exclusão dos jovens dos processos decisórios é um fato histórico de consequências objetivas em nossa jovem história republicana. Do ponto de vista da teoria crítica, na qual ocupou lugar de destaque Bourdieu (1983), a categoria “jovens” pode ser interpretada como uma construção social gestada no bojo de uma hierarquização da sociedade relacionada a um processo mais geral de distribuição do poder e de definição dos grupos sociais considerados legitimamente constituídos para o seu uso exclusivo.

Por um lado, os hermeneutas da despolitização juvenil tomaram como válidas as categorias tradicionais de engajamento político, considerando-as instâncias normativas de representação do nível de capital político dos jovens. Por outro, os apologistas do “novo”, da reavaliação das noções de participação e engajamento político tentam resgatar, por assim dizer, o lugar do Outro, que recalcado e deixado às margens da história, “reclama” sua posição de ator social numa esfera pública “ressignificada”.

Em ambos os casos, o ato coletivo de estabelecimento do consenso segue, a rigor, as linhas mestras do processo de **formação hegemônica** do sentido e o espaço aberto de uma **diferença**. Neste sentido, mais importante do que qualificar a experiência política dos jovens como politizada (ou despolitizada) é o reconhecimento das variáveis, isto é, dos quadros de referência mediante os quais se estabeleceu o “sentido hegemônico” das noções de participação e engajamento.

A “politização” dos jovens também é uma construção social na medida em que pressupõe certo alinhamento do comportamento do sujeito à lógica desses quadros de referência contingentes e considerados válidos em determinados momentos históricos. A “despolitização” é justamente o contrário: expressa a não conformidade dos sujeitos a esses parâmetros de fixação.

Neste sentido, o que se busca tornar hegemônico são os consensos quanto às quais posturas cívicas, morais ou éticas são representativas do processo de atuação política. No contexto, por exemplo, da Ditadura Militar brasileira (1964-1985), ufanismo, dever cívico e moralização da conduta juvenil eram sinônimos de politização, na mesma medida em que o exercício do livre pensamento, a crítica à ordem social e manifestações artísticas e culturais que não se alinhavam ideologicamente ao regime eram não apenas sinais de despolitização, mas práticas que deveriam ser sufocadas pela força e pelo uso “legítimo” da violência. Tanto no primeiro como no segundo caso, a História também nos ensina que a fixação de parâmetros rígidos para o comportamento dos atores sociais não implica, a rigor, a sua obediência irrestrita.

Finalmente, não se pode ignorar o papel desempenhado pelos meios de comunicação em massa na “reificação” de uma cultura política específica. Se, por um lado, parece inegável o fato de que os meios de comunicação em massa, em especial a mídia televisiva, atuam de maneira significativa na reprodução das hierarquias sociais (em novelas, programas de auditório, *reality shows*) e na cristalização dos significados que se atribuem à política e poder, por outro, fica em suspenso o problema do público ao qual são dispensados os conteúdos informativos. Interiorizam os telespectadores de forma passiva aquilo que lhes é apresentado como a verdade dos fatos ou são atores críticos capazes de influenciar diretamente nos conteúdos a eles direcionados?

Aqui, ao que parece, o que está em jogo é a histórica distinção entre uma concepção “objetivista” da realidade social, que toma os sujeitos em segundo plano (como consumidores “passivos” de bens culturais), consignada a nós neste aspecto, sobretudo, pelos expoentes da Escola de Frankfurt, em especial pela crítica de Adorno e Horkheimer à **indústria cultural** – perceptível, num certo grau, nas críticas à mídia televisiva exemplificadas pelas análises de Žižek (1996), Bourdieu (1996, 1998), Sartori (1998), Chauí (1995), e uma dimensão da **agência**, típica ao individualismo metodológico e as teorizações influenciadas de algum modo pelo pensamento weberiano que tradicionalmente têm conferido maior importância à dimensão subjetiva e à relativa “autonomia” dos sujeitos na ressignificação/representação das estruturas sociais (AVRITZER, 2004; BERGER; LUCKMANN, 1985; SCHUTZ, 1979).

A nosso ver, neste caso em específico, é possível aceitar como válidas tanto a primeira perspectiva como a segunda, mas apenas se acrescentarmos um elemento novo: um discurso de mediação. Mais adiante tentaremos defender que esse discurso de mediação pode ser elaborado – embora não exclusivamente –, pela Sociologia, enquanto discurso científico capaz de fornecer aos sujeitos os subsídios teóricos e metodológicos mais adequados à necessária crítica à suposta neutralidade dos meios de comunicação e ao conteúdo informativo vinculado por esses canais.¹¹

Em todo caso, se os meios de comunicação não exercem um poder irrestrito na formação da opinião pública, certamente eles são, como sugeriu Sorj (2010, p. 20), canais de **atuação** e **“representação”** política:

Na política, para alcançar legitimidade, é preciso comunicar a representação. Isto implica o fato de que os meios de comunicação estão, desde a sua origem, no centro da atividade política e que não há como entender isto sem analisar os modos e formas de comunicação de cada época. Porém, os meios de comunicação não são apenas um mecanismo uti-

¹¹ Também veremos que o discurso sociológico, no âmbito escolar, isto é, do ensino de Sociologia, também pode viabilizar as condições para uma melhor compreensão acerca desse debate entre as teorias da agência e da reprodução, situando-as discursivamente.

lizado por terceiros para alcançar a representação, mas também são potencialmente representativos em si. Os próprios meios incluíram esta pretensão de uma representação direta em seu discurso histórico, o que se reflete em nomes como “a voz do povo”, “a voz do interior”, “o censor”, “o tribuno” ou slogans comuns como “firme junto com o povo”.

Segundo esta perspectiva, que atribui um valor positivo ao jornalismo de tipo investigativo, os meios de comunicação seriam canais imprescindíveis ao processo de democratização, uma vez que tornariam “transparentes” práticas políticas que historicamente se mantiveram na obscuridade. Sem a pretensão de negarmos a pertinência da análise, permanece em suspenso o desafio de tornar os canais que supostamente ensejariam a transparência dos atos de Governo, também eles mais transparentes a seu público. Ou como desmistificar a ilusória neutralidade do discurso midiático, sem perder de vista as íntimas conexões entre discurso\verdade\poder, relações indissociáveis e já inscritas na história do pensamento contemporâneo (de F. Nietzsche à M. Foucault).

No contexto brasileiro, acreditamos que esses canais atuam na reprodução das hierarquizações sociais e, sobretudo, na consolidação da hegemonia cultural de grupos sociais e seus respectivos valores. No caso que nos ocupa, dos valores que integram a cultura política e a experiência cognitiva dos sujeitos com o **político**. Parece haver ainda uma íntima conexão entre os verbos **informar** e **politizar**, uma vez que os meios de comunicação parecem assumir o status de uma instituição legítima e autorizada para “alfabetizar politicamente” seu público.

O filtro da informação, a crítica ao conteúdo informativo e o complexo exercício de tradução da informação em conhecimento, por parte dos atores sociais, não ocorrem de imediato, sem a necessária mediação sociológica. Geralmente, o que se dá é a conversão de toda e qualquer informação veiculada pela mídia, naquilo que constitui a “verdade sobre os fatos”. Isto ocorre dentre outras razões em função de uma certa confiabilidade da qual gozam os veículos de comunicação por parte da maioria de seu público. Sobretudo a parcela da população que, por imposição das condições materiais da vida, não tem acesso ao contraditório da informação, também transformado em mercadoria e moeda de troca em nosso tempo.

Segundo Miguel (2004, p. 4),

O consumidor de informação que lê um jornal ou assiste a um noticiário não tem, via de regra, como checar se determinada sessão do Congresso realmente ocorreu, com tais e quais decisões sendo tomadas, ou se um navio realmente naufragou na costa da África. Ele confia no jornal ou no noticiário. Esta incapacidade de comprovação independente é tão acentuada que chega a particularizar o jornalismo dentre os diversos sistemas peritos. Quando alguém sobe num avião, está confiando nos saberes especializados

de engenheiros e mecânicos, que aquela aeronave materializa. Mas esta confiança está ancorada na experiência vivida, por ele ou por seus conhecidos, de viajar de avião e chegar ao destino. No caso do jornalismo, na maior parte das vezes, esta possibilidade não existe. A confirmação que concedo a um determinado noticiário não é dada por minha vivência, mas pelos noticiários concorrentes, que apresentam conteúdo similar.

Retomando a categoria laclauiana de **formação hegemônica do consenso**, é lícito afirmar que a similitude do conteúdo veiculado pela mídia não encerra, obrigatoriamente, a “totalidade” de uma verdade, mas, antes, a articulação hegemônica dos próprios consensos, o espaço de uma diferença e o caráter contingente de todo processo. Se o jornalismo goza desse status de **perito**, a “veracidade” das notícias por ele produzidas (diga-se que o processo de produzir algo é indissociável de um ato valorativo) e publicizadas pelos grandes meios de comunicação, não implica na necessidade, a princípio, do exercício da crítica.

A desnaturalização da notícia que pressupõe uma reflexão sistemática em torno da questão da neutralidade dos meios de comunicação é um exercício que requer, por assim dizer, a mediação de um outro discurso, dotado das ferramentas teóricas e metodológicas adequadas. Ela não é uma impossibilidade ao sujeito, tal como a resignificação das estruturas de poder e à fuga a certos estrangimentos sociais/históricos, não obstante, não é realizável sem o desenvolvimento das ferramentas intelectuais e materiais necessárias para seu efeito.

4 O ENSINO DE SOCIOLOGIA: UMA MEDIAÇÃO NECESSÁRIA

A afirmação de que o discurso sociológico e\ou a presença da Sociologia no currículo da escola de nível médio constitui uma mediação necessária – embora não a única – à qual nos referimos em parágrafos anteriores, exige, a nosso ver, a problematização de duas questões. Primeiramente, precisa-se situar a importância do ensino da Sociologia no contexto da educação básica, possibilitando a interpretação da disciplina sociológica como um discurso e, portanto, como a dimensão *per se* mediante a qual podem se construir as identidades políticas. Há um papel central atribuído à Sociologia na formação política dos atores sociais ao mesmo tempo em que mudanças mais recentes no atual contexto das reformas do ensino médio têm ameaçado diretamente as possibilidades de formação política dos jovens estudantes do ensino médio a partir das contribuições da Sociologia.

Em seguida, o **currículo** será compreendido como uma **prática** (e não como uma espécie de “coisa”), isto é, trataremos de operar com uma leitura discursiva da prática curricular que, por sua natureza, implica numa revisão das várias

possibilidades abertas às práticas de significação situadas no âmbito do processo educativo, e, por extensão, do ensino da Sociologia.

Aqui, cabe ponderar que o discurso em prol da Sociologia como componente curricular da escola de nível médio no Brasil teve que lidar, durante anos a fio, com a oposição de discursos contrários à sua efetiva presença nas escolas, principalmente durante o processo histórico de institucionalização da disciplina sociológica. Aliás, seria muita ousadia de nossa parte sugerir que tais discursos, geralmente gestados no bojo de um conservadorismo pedagógico, estiveram, de alguma forma, associados às mesmas forças históricas que excluíram as atrizes e atores sociais da vida política do país?¹²

Inclusive, é lícito afirmar que, ao longo do século XX, o processo de institucionalização da disciplina Sociologia no Brasil refletiu, em grande medida, uma tendência mais geral presente em outros países: a de conceber o ensino desta disciplina nos cursos secundários como possibilidade real de oferecer as ferramentas teóricas e conceituais capazes de permitir a compreensão dos problemas sociais, e de fomentar o desenvolvimento de estratégias para sua resolução.

Na verdade, pretende-se não apenas reforçar a noção de que o discurso pela inserção da Sociologia como disciplina escolar guarda íntimas conexões com projetos de construção social¹³, como também ressaltar o argumento de que o discurso em prol da Sociologia na educação básica sustenta, já em 1950, mas sobretudo a partir da década de 1980, que a nova disciplina pode contribuir

¹² Em 2001, num contexto fortemente marcado pela penetração, no Brasil, da política e da economia neoliberal, o veto do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso ao projeto de lei que pleiteava a obrigatoriedade do ensino de Sociologia nas escolas de todo país foi apenas um dentre vários fatos emblemáticos dessa recusa em enxergar na Sociologia uma disciplina legítima na formação das/os jovens. Atualmente, as propostas de reforma do ensino médio, mais uma vez gestadas no âmbito de um projeto político conservador e neoliberal, bem como a articulação de diversos movimentos caracterizados pelo forte apelo à retórica do moralismo na educação, como por exemplo, o Movimento Brasil Livre – MBL, e na mesma direção, o Movimento Escola Sem Partido, têm valorado negativamente as possibilidades de formação política das/os jovens no contexto da educação básica. Na ótica desses movimentos, disciplinas como Sociologia, História e Filosofia seriam discursos de alienação marxista, socialista e comunista.

¹³ No Brasil, na década de 1950, o próprio Florestan Fernandes justificava a presença da Sociologia como disciplina nas escolas secundárias, atribuindo-lhe, equivocadamente ou não, uma “função central” a partir daquilo que o autor denominava como um adestramento social necessário. Conforme vimos, o argumento do sociólogo marxista caminhava no sentido de que a população brasileira não havia sido “educada” para a democracia. Aqui, trata-se do reconhecimento de uma espécie de estranho hóspede na morada do regime político e da ordem social tornada hegemônica: o não – cidadão, ou para empregarmos o termo do dramaturgo alemão do século XX Bertolt Brecht, o “analfabeto político”. Na existência real desse sujeito imaginado pelo discurso como despolitizado, acrítico e não – cidadão, será preciso, pois, educá-lo.

de modo significativo na formação dos educandos para a cidadania.¹⁴ Neste aspecto, os Parâmetros Curriculares Nacionais para a educação básica e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio fazem eco ao artigo nº 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, ao estabelecerem como objetivos de ensino a formação do indivíduo para o exercício da cidadania. A formação do cidadão, da criticidade e da reflexividade política são reflexos de um efeito formativo pretendido pelo discurso sociológico na educação básica: **a politização dos sujeitos.**

A construção da cidadania do educando, postulada na forma de objetivo geral de ensino/aprendizagem da Sociologia comporta, obviamente, uma série de problemáticas. A primeira delas diz respeito à polissemia desse termo genérico que é cidadania e, sobretudo, o sentido que a ela é atribuído em contextos sociais e históricos particulares. Há, nessa perspectiva, uma polissemia de vozes que concorrem para a produção de significados para a cidadania.¹⁵

Uma segunda questão, ainda acerca da problemática do conceito de cidadania, diz respeito às inúmeras produções de sentido que podem ser suscitadas pelos agentes envolvidos mais diretamente com o processo educativo realizado na

¹⁴ A formação de atitudes sociais voltadas à compreensão de problemas e à sua possível resolução precederam, pois, aquilo que mais tarde vamos aprender a denominar como educação cidadã, ou educação para a cidadania. Como apontou DeCesare (2014), nos Estados Unidos, país em que as primeiras experiências do ensino de Sociologia no ensino médio datam das décadas de 1911-1912, e que ao longo do século XX foi se desenvolvendo nas hostes de uma espécie de utilitarismo ou funcionalismo pedagógico, a tendência geral do ensino de Sociologia na escola secundária foi ajudar a construir uma postura ativa dos sujeitos na resolução de problemas práticos. Na França, onde o ensino da Sociologia nas escolas secundárias teve início em meados da década de 1960, o objetivo geral foi o de construir, segundo Mercklé (2014), o Homo Sociologicus. Ou dito de outro modo, numa acepção weberiana, o tipo-ideal do trabalhador e cidadão crítico, consciente ética e politicamente de seu lugar na sociedade francesa e da necessidade de transformação social (CHATEL; GROSSE, 2014). No caso brasileiro, a formação de atitudes sociais e de modos de comportamento compatíveis com a lógica da resolução dos problemas sociais, bem como a formação do cidadão preparado para atuar na nova sociedade que tardiamente se industrializava ao longo do século XX, consistiam, pois, objetivos fundamentais para o ensino de Sociologia na educação básica. Trata-se, pois, conforme sugeriram Oliveira e Engeroff (2016), de compreender que a vinculação entre o ensino de Sociologia e a construção da cidadania não é uma exclusividade da institucionalização das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil, mas um fenômeno presente em outros contextos educacionais.

¹⁵ No contexto de uma educação neoliberal, por exemplo, a cidadania pode estar vinculada ao registro e ingresso do sujeito na sociedade de mercado, quer seja na posição de produtor – trabalhador – quer seja como consumidor, ou ainda como um sujeito que deve ocupar ambas as posições. Nesta situação, a cidadania implicaria no direito do indivíduo a participar deste jogo. Numa interpretação mais crítica, a cidadania estaria relacionada não apenas ao gozo dos direitos civis, políticos e sociais, mas a uma certa postura dos sujeitos no sentido da ação social, da transformação, da resolução de problemas sociais locais ou gerais.

escola.¹⁶ Isto, entretanto, não implica deduzir que a formação do cidadão, compreendido como sujeito dotado de direitos e deveres, mas, acima de tudo, como um indivíduo ciente de seu lugar no mundo simbólico, capaz de agir no sentido da transformação social, não possa se estabelecer como um objetivo nobre para o ensino de Sociologia na educação básica.

O problema da transformação social não é a transformação em si mesma, mas a trajetória e os objetivos que ela assume. O discurso sociológico, na medida em que possibilita vislumbrar o fortalecimento da democracia e da justiça social, e concorre para uma defesa da diminuição das inúmeras desigualdades sociais, como um horizonte a ser alcançado, representa, a nosso ver, um poderoso discurso de mediação entre os sujeitos frente a outros discursos que pretendem fixar o lugar dos indivíduos no mundo, quer como consumidores passivos de cultura (mídia televisiva), quer como despolitizados, acrílicos, não – cidadãos (discurso do MBL, da Escola Sem Partido).

O potencial formativo da disciplina, no entanto, não reside apenas na prescrição desta possibilidade de **conscientização política** do educando, mas nas várias possibilidades abertas pela disciplina à interpretação dos discursos que atravessam a constituição das identidades dos sujeitos, inclusive sua identidade política. Nessa direção, é amplamente possível, por exemplo, a partir de um ensino de sociologia ancorado numa perspectiva pós-estruturalista, desenvolver, juntamente com os alunos, interpretações mais sofisticadas acerca de conceitos como estrutura social, sociedade, identidade, política, cidadania, participação política e, também, juventudes.

A nosso ver, à professora/or é absolutamente possível apresentar esses conceitos como construções discursivas. Em tal empresa, caberia à docente desconstruir a falsa sensação de que essas categorias são dados empíricos da realidade social, bem como a própria ideia de que a realidade social é compreensível fora dos discursos que lhe conferem sentidos histórico e socialmente produzidos, ou seja, como algo pré-discursivo ou extra discursivo. A própria Sociologia, compreendida como disciplina escolar ou como ciência, precisa ser concebida como discurso.

Situar, no âmbito do ensino, a Sociologia como discurso é permitir às estudantes compreender a ciência como um campo de produção de sentidos. É ajudá-las a conceber a prática científica como uma luta frenética por significar o mundo, e não mais como um reflexo da realidade (ou da verdade). Mas é também expor às estudantes os múltiplos discursos aos quais estamos “submetidos” (e como eles pretendem construir nossa identidade e nossas posições-de-sujeito, como críticos, cidadãos e trabalhadores). Tal prática ensinaria, a nosso ver, uma experiência mais significativa para o ensino de Sociologia, compreendido aqui como um discurso de mediação.

¹⁶ Por exemplo, pesquisas como a de Rêses et al. (2016) demonstraram que a formação da cidadania, na representação de alunos e professores envolvidos nos processos de ensino/aprendizagem da Sociologia no ensino médio, não está fundada num consenso. Também não é ponderável afirmar que aquilo que os documentos normativos definem como formação do cidadão coincide com as representações que fazem as docentes, e nem que as discentes tenham da cidadania a mesma concepção.

Portanto, é essa categoria, a de discurso, que precisa de maior atenção no ensino de Sociologia na educação básica. Essa perspectiva permitiria compreender a função da linguagem na construção da realidade social. A percepção das identidades políticas, étnicas e raciais como relacionais, construídas igualmente na discursividade da vida social, fomentaria, enfim, uma forma de compreensão/interpretação/significação dos fenômenos sociais capaz de situar o problema da **agência** e da **estrutura**, ou a clássica questão sobre se há (ou não) um determinismo absoluto da ação individual ou coletiva, como reflexo da luta pela hegemonia de teorias sociológicas antagônicas.¹⁷

Em tal empresa, é salutar, também, uma leitura discursiva do currículo: compreender o currículo como prática discursiva ajudaria a situar os sujeitos neste campo simbólico em que se dão as disputas pela significação. Os sujeitos da educação, em especial as professoras, não podem ser representadas como seres inertes, incapazes de significar o currículo, isto é, incapazes de dar sentido à própria prática docente. Nessa direção, cabe, portanto, (re) definir o conceito de currículo, e, por extensão, o lugar das docentes na atribuição de sentidos para o ensino da Sociologia na educação básica. Na perspectiva levantada neste trabalho, esses sentidos não estão dados, a priori, mas em constante disputa pela hegemonia.

¹⁷ É amplamente possível, ao discurso sociológico no contexto da educação das jovens estudantes do ensino médio, mediar a compreensão acerca dessa questão já tornada clássica por seus interlocutores, a partir de um programa de curso imaginado em termos de perspectiva comparada. Para tal, as estratégias são infinitas. Desde a leitura e interpretação de situações concretas que traduzem a questão do determinismo social da ação, até as microscópicas estratégias de sublevação realizadas pelos sujeitos. A própria escola é um lugar simbólico bastante fértil a partir do qual o ensino de Sociologia pode buscar os exemplos. Os mecanismos de controle do comportamento e de regulação do corpo, por exemplo (o toque para entrar e sair), o ordenamento dos corpos em filas indianas, o controle do tempo etc., poderiam ser apresentados como exemplos daquilo que propunham autores como Michel Foucault (ou, mais recentemente, Giorgio Agamben), acerca dos múltiplos dispositivos de vigilância e regulação dos corpos; ao passo que questões tão delicadas como a indisciplina escolar, a famosa fila, poderiam ser pensadas, no contexto escolar, como manifestações da não conformidade do comportamento dos sujeitos às lógicas que pretendem fixar sua posição e determinar suas ações. Tudo isso é possível no plano da prática. No plano teórico, é possível, por exemplo, interpretar os discursos de teóricos da ação como Max Weber e Anthony Giddens em contraposição aos discursos de Émile Durkheim e Marcel Mauss. Aqui, tratar-se-ia de conceber essas teorizações como formas de interpretação do social, e não mais como reflexos da realidade. Situar essas teorias no contexto histórico onde elas surgiram, bem como localizar os autores em seu devido tempo e lugar é fundamental. Se a teoria sociológica pode ser alçada à condição de discurso é em função de que ela constrói a realidade dos objetos que elege como fontes para suas descrições e interpretações. Se é discurso, trata-se, portanto, de conceber as teorias da ação e da reprodução como discursos que almejam a hegemonização dos princípios e ideais que lhes são adjacentes. O ensino de Sociologia, por fim, não deve pretender cravar a verdade sobre os fenômenos de que trata, mas levar as estudantes a colocar sob juízo qualquer tentativa de estabelecer de modo definitivo uma interpretação sobre a realidade, o sujeito, e os fenômenos que resultam de sua interação com o outro, mesmo que isso implique colocar sob suspeita o próprio discurso sociológico.

Segundo Lopes e Macedo (2011), a definição de currículo não é tarefa das mais fáceis. O mesmo assume diversos sentidos em períodos históricos variados e de acordo com os projetos de educação considerados legítimos no tempo e no espaço. Os **temas, teorias e conceitos** (no caso da Sociologia) que integram o corpo de suas linhas oficiais não são alheios às relações de poder. A predominância dos “clássicos” da Sociologia, da Ciência política e da Antropologia, por exemplo, implica um conjunto de atores e concepções de mundo deixadas às margens pela parcela considerada legítima dos conhecimentos a serem conservados pelo processo educativo. Uma breve análise exploratória dos livros didáticos de Sociologia, sobretudo a partir de 2012, revela a predominância de teorias e linguagens produzidas no âmbito do eixo anglo-saxônico e germânico, em detrimento, por exemplo, de teóricos latino-americanos, africanos e asiáticos.

Partindo de uma concepção pós-estruturalista no campo da teoria de currículo, defende-se que:

Assim como as tradições que definem o que é currículo, o currículo é, ele mesmo, uma prática discursiva. Isso significa que ele é uma prática de poder, mas também uma prática de significação, de atribuição de sentidos. Ele constrói a realidade, nos governa, constringe nosso comportamento, projeta nossa identidade, tudo isso produzindo sentidos. Trata-se, portanto, de um discurso produzido na interseção entre diferentes discursos sociais e culturais que, ao mesmo tempo, reitera sentidos postos por tais discursos e os recria (LOPES; MACEDO, 2011, p. 41).

Reiterar significa aqui, reificar, cristalizar, consolidar um sentido na mesma medida em que se exclui, silencia, marginaliza uma diferença, um excesso intrínseco a todo sentido. Assim, o currículo de Sociologia no nível médio e, mais precisamente, os conteúdos relacionados à discussão **política** sobre política (posto que, nem os materiais didáticos, o discurso dos professores, a escola e seu projeto político pedagógico, a comunidade escolar que a integra, os programas políticos que lhe financiam, são entes neutros, imunes à carga ideológica que todo projeto de educação exprime) não é um objeto alheio à dinâmica da realidade social.

A inexorabilidade da relação entre o currículo, as práticas discursivas e a realidade social na qual ele é produzido não exclui a necessidade de sua existência. Tampouco, a possibilidade de viabilizar aos estudantes as condições materiais e cognitivas para a **desnaturalização e estranhamento** com relação aos meios de comunicação e ao papel da política na organização da sociedade. Nessa direção, caminham as Orientações Curriculares Nacionais para o ensino de Sociologia no nível médio, onde pode-se ler:

Os debates e as atividades pedagógicas realizados em torno das relações entre política e sociedade devem ter como finalidade ampliar a concepção que o aluno tem de política.

O educando tem de perceber a política como uma rede de interesses e de acordos estabelecidos pelos seres humanos, em um processo de tomada de decisões que gira em torno de valores sociais e de relações de poder. É tarefa do aluno entender e identificar a presença da política no agir cotidiano de indivíduos, grupos e instituições (BRASIL, 2006, p. 97).

Embora talvez não seja possível admitirmos, a princípio, que essa compreensão da política signifique uma ampliação satisfatória do conceito, compreender as relações de poder como inerentes à prática da realidade da vida cotidiana, bem como sua dimensão política, constitui, ao menos, um avanço no sentido de que, historicamente, as juventudes foram levadas a conceber o poder como uma instituição objetiva, objeto exclusivo de posse daqueles responsáveis pelo controle do Estado. A definição de poder na perspectiva sublinhada por Foucault (1984), isto é, como “relação” e não como uma espécie de “coisa” se alinharia perfeitamente ao currículo de Sociologia para o nível médio. O que de certo modo já é possível verificar na maioria dos livros didáticos aprovados pelo último PNLD de 2015.

Assim, uma reflexão sistemática tendo por objeto o papel dos meios de comunicação em massa na “formação da opinião” pública e, em grande medida, sobre as relações entre discurso\verdade\poder poderia maximizar as potencialidades do ensino de Sociologia. A crítica direcionada ao conteúdo informativo tornado público pelos canais de comunicação em massa não ocorre de imediato. Esse exercício necessita, por assim dizer, de um ato de mediação. A sociologia pode, pois, cumprir essa função primordial, atuando como discurso científico dotado dos instrumentos teóricos e metodológicos mais adequados à análise do discurso midiático.

Por outro lado, a crítica à suposta neutralidade dos meios de comunicação não pode ser imaginada como uma crítica, de igual modo, neutra, posto que, como lembrava Žižek (1996) quanto mais negamos a ideologia de nossa prática social, neste caso, também pedagógica, mais estamos presos a ela. No outro extremo, exaltar os possíveis benefícios do jornalismo de tipo investigativo como responsável pela “transparência” dos movimentos do poder institucionalizado, interpretando-o como discurso neutro seria certamente um desvio com consequências desastrosas.

A contextualização histórico\sociológica da relação juventudes\política requer, por um lado, um diálogo mais produtivo entre a História e a Sociologia, e por outro, uma ênfase na dimensão discursiva e acerca do papel da linguagem na constituição da realidade discursiva. É preciso interpretar o corpo da “distância” juventudes\política como parte integrante de um processo histórico mais amplo que envolveu (e envolve) a luta pela “formação hegemônica do consenso” dos projetos políticos, dos conceitos de cidadania e democracia participativa, ao invés de fazer eco à reducionismos explicativos que não levam em conta a historicidade

dos processos e a dimensão simbólica dos fenômenos. Não se deve, ao mesmo tempo, tomar esse estranhamento como um fato histórico-sociológico *per se*, mas como uma construção social.

Ao invés de pesarmos em que medida os jovens se tornaram, em nosso tempo, despolitizados, poderíamos partir de outras questões, tais como: quais são os discursos que classificam os sujeitos como jovens? Em que medida, como e por que, esses discursos chegaram a classificar os jovens como despolitizados? E, finalmente, como é possível aos sujeitos interpelar esses discursos que pretendem fixar seu lugar no mundo dessa e não de outra maneira?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este *paper*, a partir de uma pesquisa ainda em andamento, procurou, de modo geral, problematizar a relação entre as juventudes e a política. De modo específico, tratamos de situar o ensino de sociologia como um “discurso de mediação”. Isto é, como um discurso capaz de oferecer as ferramentas necessárias para uma leitura discursiva acerca da relação dos jovens com a política, e sobre o debate teórico entre as teorias da reprodução e da agência.

Tentamos construir nosso raciocínio a partir da negação explícita a qualquer tentativa de exclusão da dimensão antagonística da realidade social. Os consensos que projetam a politização ou despolitização das juventudes são produto de articulações hegemônicas e, portanto, expressam sempre a existência de uma exterioridade. O discurso sociológico se constitui como discurso científico de mediação necessária entre os jovens e a política, sua condição social e histórica e acerca das íntimas relações entre o discurso midiático e as relações de poder. Neste sentido, o currículo de Sociologia no nível médio poderia convergir no sentido da crítica à suposta neutralidade dos meios de comunicação, bem como na contextualização histórico-sociológica da relação entre as juventudes e a política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Unesp, 2008. p. 113-143.

ROTA Y MONTER, José Antonio Fernandez de. Cultura política y políticas culturales. In: BARRIO, Ángel B. Espina. **Poder, Política y Cultura: Antropología en Castilla Y León e Iberoamérica VII**. Recife: Massangana, 2005.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, Democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 703-728, 2004.

BARRETT, Michèle. Ideologia, Política e Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. cap. 11, p. 235-264.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Tomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. rev. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 95-115.

_____. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

_____. **Sur La télévision, suivi de L'emprise Du journalisme**. Paris: Liber, 1996.

_____. **Contrafogos: Tática para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998

BRASIL. **Orientações Curriculares para o ensino médio**. v. 3, Sociologia. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

CALIARI, Hingridy Fassarella. **Um ensaio sobre a participação política da juventude brasileira**. Dissertação de mestrado [193 f.]. Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2009. Disponível em: <<http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Hingridy%20F.%20Caliari.pdf>>. Acesso em 30 jun. 2017.

CASTRO, Lúcia Rabelo de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, 2008.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **Revista o Social em questão**, ano 15, n. 27, p.83-100, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CHATEL, Elisabeth; GROSSE, Gérard. O ensino sociológico nos estabelecimentos de ensino médio: entre problemas sociais e sociologia acadêmica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 99 – 111, jan./mar 2014.

DECESARE, Michel. 95 anos de ensino de Sociologia no Ensino Médio. **Educação & Realidade**, vol. 39, n. 1, p. 113 – 137, 2014.

DOSSE, François. **Da história em migalhas ao resgate do sentido**. Tradução Ivoni Castilho Benedetti. São Paulo: Unesp, 2001.

FERNANDES, Florestan. **O ensino de Sociologia na Escola Secundária brasileira**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1945, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 1954. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1693&Itemid=170>. Acesso em: 30 de Junho de 2017.

FERREIRA, P. M. Os jovens e a cidadania política e social na Europa. In: CASTRO, Lúcia R.; CORREA, Jane (Orgs.). **Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais**. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005. p. 31-56.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organizado e traduzido de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões; PINTO, Aparecida Marcianinho. **Cidadania, participação política e educação da história do Brasil**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/R/Roberto%20carlos%20simoes%20galvao.pdf> Acesso em: 30 jun. 2017.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org) **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. “p.103 – 133.

LACLAU, Ernesto. The impossibility of society. Canadian Journal of Political and Social Theory/Revue canadienne de théorie politique et sociale, v. 7, n.1-2, p.21-24. Essex University: England, 1983. Disponível em: <<https://journals.uvic.ca/index.php/ctheory/article/view/13950/4724>>. Acesso em: 30 jun.2017.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal . **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo, Brasília: Intermeios, 2015. (Coleção Contrassensos).

LIMA, Redy Wilson (2012). Rappers Cabo – Verderianos e Participação Juvenil. **Tomó**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Sergipe, n. 21, p.263-294, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/viewFile/903/793>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. **Sociologia da Juventude**, v.1, p. 69-95, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. Música popular, estilo estético e identidade coletiva. **Revista Psicologia Política**, v. 2, n. 3, p. 39-54, São Paulo, 2002.

MAYORGA, Cláudia. Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas. **Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 2, p. 343-350, abr./jun. 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n2/v18n2a21.pdf> >. Acessado em: 25 jun. 2007.

MAIA, Allan Jeffrey Vital, et al . Juventude e política: observando a Ufba. In: SAMPAIO, SMR. (Org). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [ebook]**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 169-186. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117.pdf> >.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1964.

MERCKLÉ, Pierre. **As ciências sociais francesas diante das reformas do ensino**. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 02, n. 03, p. 39-54, jan/jun. 2014.

MÉNDEZ, E. **Infância e adolescência na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MIGUEL, Luiz Felipe. Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro. **Revista Opinião Pública**, v. 10, n. 1, p. 91-111, maio 2004.

_____. Meios de comunicação em massa e política no Brasil. Diálogos latino-americanos. **Diálogo Latinoamericano**, Dinamarca, n.3, p. 44-70, 2001. Disponível em: <http://lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/3_di_logos_latinoamericanos/2midia_e_politica_no_br-miguel-unb.pdf>. Acesso em 30 Jun.2017.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. Tradução Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

_____. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Revista Política e Sociedade**, n. 03, p. 11-26, out. 2003.

_____. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista Sociologia e Política**, n. 25, p. 11-2, nov. 2005.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira; ENGERROFF, Ana Martina Baron. Cidadania e ensino de Sociologia nos manuais do professor dos livros didáticos aprovados pelo PNLD 2015. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 22, p. 235- 271, 2016.

RÊSES, Erlando da Silva, et al. **A sociologia no ensino médio: cidadania e representações sociais de professores e estudantes**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns**: La sociedad teledirigida. Buenos Aires: Taurus, 1998.

SORJ, Bernardo (Org.). **Poder político e meios de comunicação**: da representação política ao *reality show*. Tradução Miriam Xavier. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SPOSITO, M. P. (Org.). **O campo de estudos de juventude no Brasil**: Estado da Arte (1999-2006). Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/observatoriojovem>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

_____. **Espaços públicos e tempos juvenis**. São Paulo: Global, 2007.

SPECK, Bruno Wilhelm. A filiação partidária no Brasil: uma análise exploratória a partir de dados do TSE e do WVS. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8., ago. 2012, Gramado. **Anais...** Gramado, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Bruno_Speck/publication/261365336_A_filiacao_partidaria_no_Brasil_Uma_analise_exploratoria_a_partir_de_dados_do_TSE_e_do_WV/links/02e7e534140e44de18000000.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. O estrangeiro: Um ensaio de Psicologia Social. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 113, p. 117-129, out. 2010.

VALENTE, Isabel Maria Freitas; CUNHA, Alice. O voto jovem e as eleições para o Parlamento Europeu. *Debater a Europa*, n. 11, p.65-81, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/33976/1/DebaterEuropa11_artigo6.pdf?ln=pt-pt>. Acesso em 04 jul. 2017.

WELTI, C. (2002). Adolescents in Latin America: Facing the future with skepticism. In: BRAFORD, B.B; LARSON, R. W.; SARASWATHI T. S. (Orgs.). **The world's youth: adolescence in eight regions of the globe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p.276-306.

ŽIŽEK, Slavoj. **Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____, et al. **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

“A GENTE SAIU DA FEIRA, MAS A FEIRA NÃO SAIU DA GENTE”: AS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS DOS PROPRIETÁRIOS DE LOJAS DE UM CENTRO DE COMPRAS NO AGRESTE PERNAMBUCANO¹

Rick Davidson Silva Paiva

Marcio Gomes de Sá

Denise Clementino de Souza²

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender as disposições administrativas, que podem ser elaboradas por meio dos diferentes conjuntos de traços e características, dos proprietários de lojas de um grande centro de compras do agreste pernambucano (Nordeste do Brasil). Seus objetivos específicos são: 1) explicitar os traços e as características disposicionais dos proprietários pesquisados; e 2) explorar similaridades e diferenças, em termos de disposições administrativas, no referido público. Apresentam-se alguns aspectos constitutivos do contexto histórico do agreste das confecções e, a partir da perspectiva teórica Pierre Bourdieu (noção de habitus) e de Bernard Lahire (noção de disposições), foram analisados os dados coletados. Realizou-se uma pesquisa de campo, na qual foram aplicados 66 questionários, com proprietários dos negócios, realizadas observações de campo de inspiração etnográfica, entrevistas semiestruturadas e registro fotográfico. Como resultado, foram explicitados os conjuntos de traços e características do público pesquisado, bem como apresentadas algumas das principais similaridades e diferenças observadas entre eles.

PALAVRAS-CHAVE: Centro de compras; Agreste das confecções; Público lojista; Proprietários de negócio; Disposições.

¹ Trabalho submetido em 11/12/17 e aprovado em 27/01/18. Para citar este artigo: PAIVA, R. D. S.; SÁ, M. G. de; SOUZA, D. C. de. “A gente saiu da feira, mas a feira não saiu da gente”: as disposições administrativas dos proprietários de lojas de um centro de compras no agreste pernambucano. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v.33, n. 1, p. 37-58, jan./jul., 2018. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em: dia mês, ano.

² Autor 1: Graduado em Administração pela UFPE e membro do Grupo de Estudos e Intervenções do Agreste (GEIA). E-mail: rickdavidson3@gmail.com; Autor 2: Doutor em Sociologia pela Universidade do Minho, Braga-Portugal, e membro do Grupo de Estudos e Intervenções do Agreste (GEIA). E-mail: marciodesa@gmail.com; Autora 3: Doutora em Administração pela UFPE e Líder do GEIA – Grupo de Estudos e Intervenções do Agreste. E-mail: profadenisesouza@gmail.com.

“WE LEFT THE STREET FAIR, BUT THE STREET FAIR DID NOT LEAVE US”: THE ADMINISTRATIVE DISPOSITION OF BUSINESS OWNERS OF A SHOPPING CENTER IN THE AGRESTE REGION OF PERNAMBUCO.

ABSTRACT

This study aims to understand the administrative arrangements, elaborated through different sets of traits and characteristics, of shop owners in a large shopping center in the Agreste region of Pernambuco (Northeast of Brazil). The specific objectives are: 1) to clarify the traits and dispositional characteristics of the owners studied; and 2) explore their similarities and differences in terms of administrative dispositions. Some aspects of the historical context of the Agreste region regarding the clothing industry are presented, followed by an analysis of the collected data from the theoretical perspective of Pierre Bourdieu (notion of habitus) and Bernard Lahire (notion of dispositions). A field survey was carried out including 66 questionnaires with the business owners, field observations of ethnographic inspiration, semi-structured interviews and photographic records. As a result, sets of traits and characteristics of the surveyed public were explained, as well as some of the main similarities and differences observed among them.

KEYWORDS: *Shopping Center; Agreste region of Confections; Comercial Public; Business owners; Dispositions.*

“NOSOTROS SALIMOS DE LA FERIA, PERO LA FERIA NO SALIÓ DE NOSOTROS”: LAS DISPOSICIONES ADMINISTRATIVAS DE LOS PROPIETARIOS DE TIENDAS DE UN CENTRO DE COMPRAS EN EL AGRESTE PERNAMBUCANO

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo comprender las disposiciones administrativas, que pueden ser elaboradas por medio de los diferentes conjuntos de rasgos y características, de los propietarios de tiendas de un gran centro de compras del agreste pernambucano (Nordeste de Brasil). Sus objetivos específicos son: 1) explicitar los rasgos y las características de disposición de los propietarios encuestados; y 2) explorar las similitudes y las diferencias, en términos de disposiciones administrativas, en dicho público. Se presentan algunos aspectos constitutivos del contexto his-

tórico del agreste de las confecciones y, a partir de la perspectiva teórica de Pierre Bourdieu (noción de habitus) y de Bernard Lahire (noción de disposiciones), se analizaron los datos recolectados. Se realizó una investigación de campo en la que se aplicaron 66 cuestionarios con los propietarios de los negocios, y en la cual fueron realizadas observaciones de campo de inspiración etnográfica, entrevistas semiestructuradas y registros fotográficos. Como resultado, fueron explicitados los conjuntos de rasgos y características del público investigado, así como presentadas algunas de las principales similitudes y diferencias observadas entre ellos.

PALABRAS CLAVE: *Centro de Compras; Agreste de las Confeccione; Público Comerciante; Propietarios de Negocio; Disposiciones.*

1 INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século passado crescia no Agreste pernambucano a produção e a venda de confecções. Difundida a partir dos municípios-eixo de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, o negócio teve rápida expansão para além dos limites dessas cidades, envolveu milhares de pessoas e disseminou-se ao ponto de se tornar possível e até mesmo confortável se referir à região como “agreste das confecções” (SOUZA, 2012).

Toda a trajetória de conformação da região como produtora e comerciante de confecções se deu em função de sua história indissociável do comércio de feira de rua. Foi a partir desse tipo de ambiente que também emergiram as Feiras da Sulanca, feiras especificamente dedicadas ao comércio da produção local (a confecção denominada de “sulanca”).

Já neste século, grandes centros comerciais foram construídos em cada um desses municípios-eixo. Empreendimentos privados, além de passarem a oferecer uma nova infraestrutura para a atividade, também simbolizaram a “modernização da feira”. Mas isso não se deu sem tensões, afinal, mesmo que agora em ambientes cobertos e dotados de lanchonetes, restaurantes, banheiros, caixas eletrônicos etc., os comerciantes levaram consigo para tais centros as práticas de vida e negócios condizentes com a matriz sociocultural e econômica da região, o comércio de feira de rua – elemento central na formação do agreste das confecções, uma vez que a feira em tal contexto representou mais que um local onde produtos eram comercializados, configurando-se relevante, até os dias atuais, na vida e no jeito de ser da população agrestina (SÁ, 2015).

Foi a partir de tal processo evolutivo que uma parte desse público, antes conhecido como “sulaqueiro”, também optou por se integrar e atuar numa nova configuração de espaços, passando a trabalhar em lojas ou em espaços menores (box). A expectativa de muitos era encontrar em tais centros um lugar mais apropriado para a venda da produção local.

Ainda hoje esse negócio se destaca na economia agrestina: em 2012 estimou-se envolver um total de 18.803 unidades produtivo-comerciais espalhadas por

dezenas de cidades da região e do seu entorno, sendo que aproximadamente 12.141 encontram-se nos três municípios-eixo. Contavam então com 107.177 trabalhadores e 25.528 familiares diretamente ocupados nos negócios e, juntas, produziram 842,5 milhões de peças/ano, tendo os municípios-eixo uma produção de 693,6 milhões de peças/ano (SEBRAE, 2003; 2013).

Se, por um lado, há um conjunto significativo de estudos sobre diversos aspectos do fenômeno do “agreste das confecções”, por outro, não encontramos em tal literatura estudos especificamente direcionados à condição de proprietários lojistas atuantes em tais centros de compra erguidos no início deste século.

Partindo dessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo compreender as disposições administrativas, que podem ser elaboradas por meio dos diferentes conjuntos de traços e características dos proprietários de lojas de um grande centro de compras do agreste pernambucano. Seus objetivos específicos são: 1) Explicitar os traços e as características disposicionais dos proprietários pesquisados; e 2) Explorar similaridades e diferenças, em termos de disposições administrativas, no referido público.

Para tal, a opção teórica foi recorrer ao instrumental da sociologia disposicionalista desenvolvida por Pierre Bourdieu e Bernard Lahire, em particular às noções de *habitus* e disposições. Aqui, quando se pensa em “disposições”, fala-se em modos de pensar, agir e sentir – não se trata do pensamento, ação ou sentimento em si, mas sim do que está por trás deles, que “não pode ser observado diretamente”, mas que pode ser construído interpretativamente a partir de diversos pensamentos, ações e sentimentos observáveis por meio do público pesquisado (SÁ, 2010; LAHIRE, 2006).

O artigo se estrutura do seguinte modo: na próxima seção são apresentados alguns aspectos constitutivos do contexto histórico do agreste das confecções, em seguida os aspectos teóricos necessários à análise são recuperados e recortados das obras de Pierre Bourdieu (noção de *habitus*) e de Bernard Lahire (noção de disposições), para que logo após a apresentação dos procedimentos metodológicos sejam analisados os dados coletados. Por fim, nas considerações finais são explicitados os conjuntos de traços e características do público pesquisado, bem como apresentadas algumas das principais similaridades e as diferenças observadas entre eles.

2 O AGRESTE DAS CONFECÇÕES E A FORMAÇÃO DE UM DOS SEUS CENTROS DE COMPRAS

Em meados do século passado, com seus registros iniciais recorrentemente associados ao município de Santa Cruz do Capibaribe, o negócio (produção e comercialização) de confecções se projetou como possibilidade de fonte de renda para famílias oriundas do entorno rural e que passaram a se fixar nos incipientes centros urbanos agrestinos, tanto para melhor resistir à seca que as-

solava a região como em busca de um futuro melhor para sua prole (LIRA, 2009; OLIVEIRA, 2011; MILANÊS, 2014).

Com vida e condições econômicas precárias, parte daquela população passou a utilizar o conhecimento doméstico em confecções para a costura com retalhos de tecido. Em princípio tais retalhos eram obtidos com comerciantes que se dirigiam à capital Recife, para vender produtos locais (queijo, galinha, carvão etc.) e que traziam sem custo os restos de tecidos das indústrias de sua região metropolitana. Foi esse “resto” da industrialização da capital que veio a ser utilizado, inicialmente pelas costureiras locais para a confecção de colchas e tapetes e, em seguida, para a produção de roupas direcionadas para as populações mais pobres, tendo como o seu principal atrativo de venda os preços baixos (GOMES, 2002; MILANÊS, 2014).

Esses produtos, que inicialmente eram destinados ao uso familiar, passaram também a ser vendidos nas feiras de rua. Comumente, os donos das unidades produtivas e seus familiares se responsabilizavam pela comercialização da produção, utilizando-se de viagens para a venda dos seus produtos nas feiras de outras localidades. Com a atividade se consolidando, foi se formando uma nova clientela com novos produtores, vendedores e compradores, fazendo com que a procura pelos retalhos aumentasse, levando algumas indústrias da capital a cobrar pelo que antes era disponibilizado gratuitamente. Em seguida, alguns compradores passaram a trazer a matéria prima também de São Paulo (GOMES, 2002).

A partir dos anos de 1970-1980 passou a ser mais recorrente a venda da confecção nas feiras de rua de demais municípios do Agreste, principalmente Caruaru e Toritama (LIRA, 2006; OLIVEIRA, 2011), assim sendo formadas as feiras da sulanca.

Concomitante à consolidação de tais feiras, multiplicaram-se unidades produtivas em forma de “fabricos”, núcleo produtivo doméstico e informal, e “facções”, unidades de trabalho contratadas pelas fábricas maiores, ou mesmo pelos pequenos fabricos, para a execução de etapas do processo produtivo como o corte ou a costura. Essas unidades são historicamente marcadas pela presença do trabalho familiar, predominando o sistema produtivo doméstico e uma alta incidência de relações informais de trabalho, ou seja, pouca ocorrência de trabalhadores contratados e forte exploração de mão de obra familiar ou subempregada e sem qualificações. Com o passar dos anos, alguns fabricos foram tomando dimensões variadas, se estruturando, modernizado as suas técnicas de gestão e passando a atender mercados consumidores mais exigentes, convertendo-se em fábricas (mais ou menos estruturadas, a depender de cada caso).

Cada vez mais consolidadas, nos anos 1990 as atividades produtivas e comerciais de confecções nessa região passam a se associar às atividades de serviços diversos, voltadas para o design, para as consultorias em técnicas produtivas, gestão, marketing e para eventos do segmento da moda em âmbito regional e nacional (ANDRADE, 2008).

Com essa crescente expansão das atividades produtivas e comerciais, as feiras da sulanca passaram a não mais comportarem o volume a ser negociado e, a partir do início dos anos 2000, ocorre uma reconfiguração decisiva para a constituição do agreste das confecções: a construção de grandes centros comerciais nas cidades de Toritama, Caruaru e de Santa Cruz do Capibaribe, nessa ordem cronológica. Uma iniciativa tomada pela elite empresarial local, contando com um apoio discreto dos poderes públicos municipais, modificou a paisagem do agreste das confecções, que se tornou uma representação concreta do cenário contemporâneo local (OLIVEIRA, 2011).

Desde então, esses pontos de comercialização das confecções passaram a ter suas localizações controladas, modificando a característica principal das feiras livres que é a possibilidade de um crescimento constante. Além disso, a nova organização provoca custos maiores tanto para os feirantes, que pretendem se inserir nessa reconfiguração do mercado, quanto para os pequenos produtores, que possuem dificuldades para manter as despesas (LIRA, 2011).

No início dos anos 2000, algumas ações promovidas por instituições locais e orientadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e pelo Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco (SINDIVEST) possibilitaram uma mudança discursiva marcante, tendo em vista um reposicionamento de mercado. Por meio da construção de uma nova imagem para parte dessa produção local, que buscava atender ao interesse de uma elite empresarial emergente, seus negócios e produtos passaram a ser progressivamente diferenciados da “sulanca”, bem como da imagem depreciativa associada ao termo (OLIVEIRA, 2011).

Essa estratégia discursiva teve como propósito uma melhor apresentação do empresariado local e da sua produção, desvinculando-os da imagem de sulanqueiros e da produção de peças de baixa qualidade. O processo de comercialização contribuiu para a integração inter-regional, mas essa mesma integração ocorre, principalmente, a partir daqueles que possuem um maior poder financeiro, daqueles que se organizam e se inter-relacionam em suas instituições de classes (as associações comerciais dos municípios-eixo, principalmente). Nos centros de compras se deu a continuidade desse processo, uma vez que parte dos feirantes adquiriram lojas ou boxes para ampliar seus pontos de vendas.

O centro de compras que serviu de campo empírico para este estudo foi criado por um grupo empresarial e inaugurado na década passada, localizado em um dos principais municípios agrestinos, ocupando uma área de aproximadamente 100 hectares, com uma estrutura de mais de 50 mil metros quadrados de área coberta, estacionamento para cerca de 3.000 veículos e mais de 100 ônibus. Mais de 90% dos seus negócios estão voltados para o vestuário e o restante do *mix* dividido entre restaurantes, lanchonetes, lojas de calçados, acessórios, serviços, entre outros.

Tais centros comerciais, construídos na primeira década do século XXI, além de materializarem o encontro do comércio de feira de rua com o merca-

do capitalista convencional, representam relevantes mudanças na dinâmica comercial-urbana da atividade na região, desafiando o público lojista a se adequar a um novo ambiente e formato de negócio menos voluntarista e espontâneo, agora com mais regras, constrangimentos e outras possibilidades mais ou menos diferentes, a depender de cada situação de negócio particular, dentre as que perpassam as feiras da sulanca.

3 A ABORDAGEM DISPOSICIONALISTA DE PIERRE BOURDIEU E BERNARD LAHIRE

Pierre Bourdieu é considerado um dos sociólogos mais expressivos da contemporaneidade. Influenciado por correntes diversas do pensamento sociológico e se utilizando de um modo próprio de conduzir suas investigações, Bourdieu buscou enfatizar a desigualdade entre os indivíduos no mundo social e as forças que estão em ação, tanto para reproduzir como para modificar esse sistema.

Uma das principais elaborações que marcam a tradição sociológica fundada por ele, e que ocupa lugar central como instrumento explicativo das relações entre os agentes e o meio social, é o conceito de *habitus*:

Sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem que por isso sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptada a seu objetivo sem supor a visão consciente dos fins e o domínio expresso das operações [...] (BOURDIEU, 1974, p. 40).

Ou seja, o conceito se relaciona à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir. A partir dele, Bourdieu defende que os agentes funcionam de acordo com um sentido prático socialmente constituído, partilhado e incorporado pelos indivíduos membros de uma determinada coletividade. Assim sendo, o *habitus* orienta a nossa posição no espaço social e as nossas condições objetivas, formando os princípios geradores, éticos e estéticos que determinam o conjunto das nossas preferências de uma maneira geral.

No entanto, por ser “produto da história, o *habitus* é um sistema de disposições aberto, permanentemente afrontado a experiências novas e permanentemente afetado por elas. Ele é durável, mas não imutável” (BOURDIEU, 2002, p. 83). Ainda aqui é válido recuperar as palavras do autor para registrar a centralidade da ideia de disposições no conceito:

A palavra disposição parece particularmente apropriada para exprimir o que recobre o conceito de *habitus* (definido como sistema de disposições): com efeito, ele exprime, em primeiro lugar, o resultado de uma ação organizadora, apresentando então sentido próximo ao de palavras tais como estrutura; designa, por outro lado, uma maneira de ser, um estado habitual (em particular do corpo) e, em particular, uma predisposição, uma tendência, uma propensão ou uma inclinação (BOURDIEU, 1994, p. 61).

Segundo a abordagem bourdieusiana, é também por meio do *habitus* que os sujeitos se diferenciam de outros indivíduos. Tal distinção varia de acordo com as estruturas e as possibilidades de cada um na estrutura social (BOURDIEU, 1994). Para Setton (2002), o conceito de *habitus* em Bourdieu diz respeito às disposições incorporadas pelos agentes ao longo de seu processo de socialização, integrando experiências passadas e agindo como uma matriz de percepções, apreciações e ações. Essa matriz, ou conjunto de disposições, fornece os esquemas necessários para a nossa intervenção na vida diária. Essas disposições não são fixas, não são a personalidade e nem a identidade dos indivíduos: “*habitus* é um operador, uma matriz de percepção e não uma identidade ou uma subjetividade fixa” (BOURDIEU, 2002, p. 83).

Enquanto Bourdieu pensa “o social como incorporado e, portanto, individualizado” (LAHIRE, 2002, p. 46), Lahire (2005) propõe uma sociologia à escala individual, procurando compreender a orientação social da ação individual, por meio de uma leitura própria da noção de disposição.

A noção de disposição supõe que seja possível observar uma série de comportamentos, atitudes e práticas que seja coerente [...] A ocorrência única, ocasional, de um comportamento não permite, em nenhum caso, que se fale de disposição para agir, sentir ou pensar dessa ou daquela maneira. A noção de disposição contém, portanto, a ideia de recorrência, de repetição relativa, de série ou de classe de acontecimentos, de práticas (LAHIRE, 2004, p. 27).

A importância dessa noção para o estudo das práticas é que ela possibilita nortear um entendimento sobre como o passado dos agentes se faz corpo no presente. Também no caso dos personagens principais deste estudo, suas práticas de gestão são profundamente afetadas pela trajetória individual e pela estrutura em que estão inseridos. Por meio de tal trajetória, os agentes interiorizam suas condições de socialização e reproduzem em suas práticas a sua história incorporada, em um movimento dialético de mútua influência entre indivíduo e contexto da ação (LAHIRE, 2010). Para Lahire (2004), uma disposição trata-se de uma realidade reconstruída que, como tal, nunca é observada de forma direta. Portanto, falar de disposição pressupõe a realização de um trabalho interpretativo que servirá para dar conta de comportamentos, práticas, opiniões etc. Trata-se de fazer aparecer o ou os princípios que geraram a aparente diversidade das práticas.

A noção de *habitus*/disposições, aqui pensada como um instrumento teórico que orienta a prática do pesquisador, já serviu anteriormente para explicitar o modo como as origens familiares, as trajetórias de vida e as experiências de trabalho constituíram os feirantes e, conseqüentemente, seus modos de administrar um negócio de feira, ou seja, um tipo de “administração-feirante” – entendida como um conjunto de atividades necessárias ao planejamento e funcionamento cotidiano de um negócio de feira. Essas atividades vão desde a escolha devida do ponto, passam pelo controle financeiro e vão até decisões sobre a implementação de melhorias na estrutura do negócio etc. (SÁ, 2011, p. 68).

Inerente ao “*habitus* feirante”, tais práticas administrativas estão sendo reelaboradas em função das reconfigurações recentes no agreste das confecções. A noção disposicionalista também está por trás da elaboração do termo “filhos das feiras”. Este serviu para nortear a construção de uma interpretação sobre como a histórica coletiva local foi, ao mesmo tempo, incorporada e modificada pelos proprietários de negócios de produção e comercialização de confecções no Agreste pernambucano. Essa ferramenta teórica possibilitou atentar para duas forças antagônicas e coexistentes no processo de diferenciação em curso na região: a manutenção e a modificação das heranças disposicionais das feiras de rua, ou seja, a manutenção de tais heranças mais próximas ao *habitus* feirante ou sua modificação no sentido de uma adaptação aos desafios impostos pela dinâmica do mercado contemporâneo, por exemplo, o de se instalar num espaço comercial regido por diretrizes distintas do comércio de feira de rua (SÁ, 2015).

Foi com esse entendimento teórico que se seguiu em busca de construir uma interpretação acerca das similaridades e diferenças entre as disposições administrativas do público pesquisado.

4 METODOLOGIA

Este artigo se nutre de avanços anteriores empreendidos em estudo exploratório inserido neste mesmo esforço investigativo (SOUZA et al., 2017). Quanto à abordagem metodológica utilizada, trata-se de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, uma vez que, além de utilizar métodos estatísticos e informações relevantes do público lojista, com análise mais profunda dos dados obtidos e quantificados, recorreu-se à observações de inspiração etnográfica (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; GEERTZ, 2008), com diário de campo e conversas com o público estudado, ao longo de um período de dez meses.

Foi selecionado um centro de compras de uma das cidades-eixo do agreste das confecções. Essa escolha se deu por sua localização estratégica, por se constituir um empreendimento de significativo potencial para o desenvolvimento econômico da região, bem como pelo interesse demonstrado por sua gestão em abrir o espaço para realização do trabalho e assim melhor conhecer seu público lojista. Os

instrumentos de acesso e sistematização dos dados foram: um questionário, aplicado junto ao público lojista do centro de compras em estudo; um diário de campo; um roteiro de observação; um roteiro de entrevista; e registros fotográficos.

O questionário foi estruturado em cinco partes: 1) perfil do entrevistado; 2) histórico recente de atividades econômicas/formação para desempenho de atividades econômicas; 3) negócio atual; 4) administração do negócio atual; e 5) visão/relacionamento do público lojista com a administração do centro de compras.

A aplicação dos questionários ocorreu durante os meses de setembro e outubro de 2016, na qual foram entrevistados, dentro de um universo de aproximadamente 190 lojas do referido centro de compras, 159 proprietários e gerentes que se disponibilizaram em responder a pesquisa. Para este estudo foram considerados apenas os proprietários de negócios respondentes, totalizando 66 entrevistados. A observação de campo se deu entre os meses de agosto/2016 e julho/2017.

Os dados foram tabulados logo em sequência, com utilização do programa IBM SPSS *Statistics* (versão 21), onde foram avaliados e interpretados por meio de análises de frequência e cruzamento de dados (SOUZA et al., 2017).

Além dos questionários, no mês de junho/2017 foi elaborado um roteiro de observação mais aprofundada, sendo este roteiro estruturado em quatro eixos principais: 1) origem familiar/trajetória profissional; 2) rotinas administrativas; 3) relação com o espaço (centro de compras/loja); 4) visão sobre o futuro do empreendimento.

Para a observação de inspiração etnográfica foram selecionados cinco proprietários de lojas e/ou box. A escolha para os sujeitos da pesquisa foi feita mediante critérios determinados pelos pesquisadores, tais como: relevância deles quando comparado ao todo, aceitação, localização no centro, depoimentos; ou seja, uma escolha feita com base na qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações. Trechos das conversas com os lojistas estarão associados a códigos (P1, P2, P3, Pn...), sendo preservadas as identidades dos entrevistados. Algumas fotos tiradas ao longo do trabalho de campo também foram objeto de análise.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nessa seção é realizada a apresentação e a discussão do material elaborado e tomado como dado empírico. Está dividida em quatro partes, a saber: origem familiar e trajetória profissional; rotinas administrativas; relação com o ambiente de trabalho; e visões de futuro para o negócio.

5.1 ORIGEM FAMILIAR E TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Dentre o público pesquisado, 40,9% nasceu em Caruaru e 33,3% em outras cidades do interior de Pernambuco, 10,6% em Recife, 10,6% em outra capital

e 4,5% em outra cidade ou zona rural específica. Também foi observado que uma significativa parcela dos proprietários de negócio nasceu ou foi criada em um contexto familiar e social rural-interiorano. São em sua maioria “filhos do campo” e de pais agricultores que lá viveram, tiveram pouco estudo e cresceram acompanhando o trabalho dos pais até serem levados, na infância ou adolescência, para a “cidade grande”.

Olhe, eu nasci no sítio, mas saí do sítio pequenininho com 4 ou 5 anos e vim para a cidade [...] o tempo foi passando, eu fui crescendo e comecei a trabalhar numa fazenda do município fazendo doce de leite, levando queimaduras, no calor, depois trabalhei engraxando sapatos [...]. Aí as coisas foram se ajustando, eu casei, abri o meu banco na feira, trabalhei com bonecos de barro na feira de artesanato, até que comecei no ramo de confecção e graças a Deus hoje eu estou aqui satisfeito, pois a gente não precisa de muita coisa pra sobreviver (P1).

Meu pai sofreu um bocado para criar a gente, porque cidade do interior você sabe, né? Ou trabalha pela prefeitura ou com agricultura, então ele fez as escolhas dele, se tornou agricultor, optou por ter uma família, mas só ele sabe o que ele sofreu pra não deixar faltar nada pra gente. [...] Eu me lembro dele tirando veneno das mãos e das unhas em dia de natal, enquanto estávamos todos já arrumados, ele estava no lavadouro [...] só me lembro dele assim, sempre foi a gente em primeiro lugar e depois ele (P2).

A partir dessa mudança tiveram que enfrentar uma nova realidade, que cobra disposições diferentes das que foram transmitidas pelo núcleo familiar em seu contexto original. Nessa caminhada adaptativa, eles foram se inserindo num espaço onde o comércio de feiras de rua teve e ainda tem importância fundamental, deixando marcas em seus hábitos, em suas práticas de comercialização e em seus modos de administrar os negócios. Este aspecto destacado na trajetória de muitos dos pesquisados pode ser associado ao que aponta Bourdieu (2007, p. 60), afinal, há uma diferença significativa entre

ter nascido e crescido numa sociedade na qual já existe um conjunto de práticas – constituídas e compartilhadas ao longo de curso histórico – condizentes com as demandas do mundo no qual se irá viver, e ter nascido numa sociedade na qual o conjunto de práticas ‘herdado’ é distinto daquele que será requisitado no cotidiano de vida e de concorrência para se conseguir trabalho num mundo moderno.

Quanto ao nível de escolaridade, apenas 37,9% possui ensino superior incompleto ou completo, 45,5% concluiu o ensino médio e 16,6% atingiu somente a primeira etapa de escolarização, não tendo realizado cursos que os qualificassem ou especializassem para desempenhar as funções que hoje desempenham.

Em conversa com os entrevistados, foi observado que o nível de escolaridade de uma parte dos respondentes muitas vezes não correspondia a sua forma de se expressar, estruturar, articular e desenvolver argumentos. Para superar tais condi-

ções de pouca escolaridade e qualificação profissional, destaca-se um alto grau de investimento pessoal no trabalho, o que implica em um envolvimento intensivo como forma de superar as lacunas formativas.

O fato de terem incorporado mais disposições para os negócios que para os estudos pode ser associado às trajetórias de seus pais, que já haviam feito a opção por se dedicarem ao trabalho em detrimento dos estudos, como se pode observar no depoimento de um dos pesquisados: “desde pequeno eu sempre tive muita dificuldade com os estudos, só queria saber de brincar e ajudar o meu pai com os trabalhos de casa, até que então eles desistiram de insistir e me tiraram da escola” (P5).

Como a rotina do trabalho era fundamentalmente necessária nesse contexto familiar, o esforço para frequentar a escola era visto como um fardo a ser carregado. Assim, muitos deles não vivenciaram a disciplina escolar e os diversos aprendizados implícitos e explícitos que se impõem ao indivíduo quando nela inserido. O público lojista entrevistado procura compensar a falta ou limitação escolar com trabalho duro. Por meio deste é que desenvolve algumas propensões para gerir seu empreendimento a partir de um saber prático incorporado, em experiências prévias de trabalho no comércio local, tal como se vê em depoimentos como: “Eu aprendi a fazer o que faço hoje trabalhando sozinho no meu banco de feira” (P5). Ou ainda:

Em termos não só de saber o que comprar ou como fazer uma vitrine, mas também de questões administrativas mesmo, como mais ou menos o quanto eu gasto de mercadoria, qual é a minha margem de lucro. Essas coisas eu procurava aprender com aqueles que já trabalhavam no ramo e que podiam me ensinar algumas coisas (P3).

Tais experiências muitas vezes são marcadas por uma precoce inserção e projeção nos negócios, o que tende a aproximar as práticas contemporâneas àquelas do comércio de feira de rua.

5.2 ROTINAS ADMINISTRATIVAS

Foi observado que a definição de atividades e funções necessárias, a serem desempenhadas pelos proprietários de lojas/boxes do centro de compras, varia de acordo com as suas demandas diárias ou semanais, na qual questões como a compra de peças, a arrumação da vitrine da loja, o controle de estoque ou o recebimento de mercadorias são definidas parcialmente, conforme a estimativa de vendas para um período futuro. Algumas falas abaixo demonstram que quando tratamos de unidades comerciais de médio a pequeno porte, observa-se que há, recorrentemente, dificuldades do lojista em incorporar disposições mais condizentes com as requisitadas pela gestão de mercado convencional. Normalmente são utilizadas estratégias de maneira mais intuitiva, que surgem do processo de aprendizagem por tentativa e erro, praticamente dispensando processos sistemáticos e formais para esse fim.

Tem essa época de agora, que você vende bem, agora quando passam esses períodos, o movimento cai, então eu não consigo ter aquela previsão para manter uma rotina (P1).

Eu defino dias para mudar a vitrine, por exemplo. Tem o dia da compra das peças, que geralmente é na segunda-feira, onde eu recebo as mercadorias. Dependendo da semana eu já ponho uma mercadoria nova ou então seguro pra ter uma mercadoria mais nova para o final de semana que é quando tem mais movimento (P3).

No começo foi complicado porque quem fazia tudo isso era o meu pai, eu não entrava nem no banco [de feira], mesmo quando já tinha a minha loja aqui ele fazia praticamente tudo pra gente. Mas quando ele faleceu e eu me deparei com a realidade das coisas eu me perguntei: meu Deus do céu! Como era esse malabarismo que o meu pai fazia? (P2).

Já o controle financeiro do negócio é realizado por todos os proprietários entrevistados. No entanto, dentre estes, 80% o faz unicamente de maneira manual a partir do uso de cadernetas ou livro caixa, enquanto 20% dos proprietários fazem tal controle por meio de algum programa básico de computador, porém não dispensando também a forma manual de gerenciar os seus fluxos financeiros, como podemos observar nas falas e foto a seguir:

Eu ainda trabalho naquele estilo dos tempos mais antigos, onde tudo é anotado no caderninho (P4).

Eu anoto, chegou a mercadoria eu vou lá e anoto o que chegou [...] aí quando eu vendo, eu vou e anoto no caderno o que eu vendi, aí dependendo do que eu vendi, eu sei o que tenho lá no estoque (P1).

Olhe dá pra gente ter uma noção, porque é tudo anotado, o que entra e o que sai, agora bater metas, em termos de vendas pra você saber o que você vendeu e quando foi que você vendeu, não, porque isso varia muito (P1).

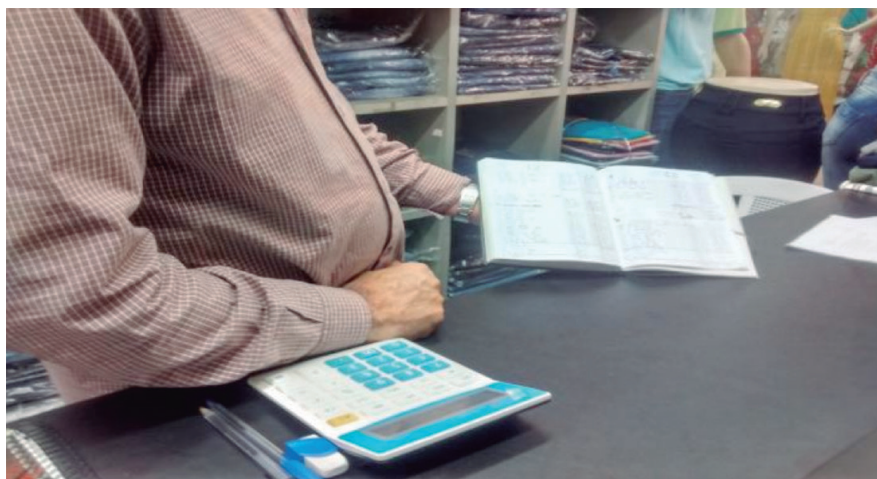


Figura 1 – Caderneta e calculadora utilizadas para o controle de fluxos financeiros.

Fonte: Elaboração própria (2017).

A partir das observações de caráter etnográfico, foi possível elaborar algumas razões para a preservação dessas formas tradicionais de controle financeiro, a saber: 1) as oscilações sazonais no fluxo dos seus rendimentos faz com que eles se sintam mais confortáveis anotando todas as movimentações diárias; 2) insegurança/desinteresse para o manuseio da tecnologia; e 3) desconhecimento das ferramentas voltadas para a gestão financeira.

Também foi observado que a parcela dos proprietários que se utiliza de pelo menos um programa básico de *software* para gerenciamento dos seus fluxos possui propensões para um planejamento estratégico com base em sua movimentação diária e mensal, se mostrando aparentemente preparados para possíveis eventualidades, como se lê na fala a seguir: “utilizo planilhas, Excel e faço manual também, de cartão de crédito, do que vai entrar em 30, 60, 90 dias, do que entrou em dinheiro [...], todo mês faço um planejamento, emito as notas fiscais, faço um controle de estoque também” (P3). Assim, é possível observar que há tendências disposicionais divergentes nas práticas do público lojista: por um lado, a manutenção de práticas rudimentares de controle financeiro, por outro, uso da tecnologia para o mesmo fim.

Apesar das dificuldades e limitações enfrentadas nesse quesito, todos os proprietários utilizam maquinetas para efetuar pagamentos com cartão em suas lojas, e 40% desses entrevistados se utilizam de aplicativos de mensagens para efetuar pedidos de peças à distância, demonstrando utilizar em alguma medida tais ferramentas.

Por fim, em termos de atendimento aos clientes, observou-se que os lojistas utilizam suas disposições para a comunicação, incorporadas a partir de experiências anteriores de trabalho trazidas do comércio e das feiras de rua, onde o diálogo e as conversas constituem o principal caminho para o fortalecimento dessa relação.

5.3 RELAÇÃO COM O AMBIENTE DE TRABALHO

Tendo migrado de uma história coletiva local vinculada ao comércio de feira de rua para um centro de compras dirigido conforme os padrões de mercado contemporâneo, uma parcela considerável dos proprietários demonstrou ter dificuldades de se sentir confortável nesse novo ambiente de trabalho. Seja pela condição ou organização do seu espaço físico, ou mesmo pelas regulamentações cobradas diariamente pela administração do empreendimento. As diferentes trajetórias de vida, socialização e trabalho entre o público pesquisado e a administração do empreendimento parecem constituir entraves disposicionais para que a interação seja bem-sucedida entre as partes. Nessa linha, a administração do empreendimento, possuidora dos códigos, diplomas e termos por meio dos quais a dinâmica de mercado se expressa, não parece ter encontrado estratégias ou formas mais contextualizadas de se comunicar e se integrar com grande parte dos lojistas (SOUZA et al., 2017).

Neste contexto, do lado de uma área de trabalho limpa e bem decorada, pode ter um lojista que mantém seus produtos e manequins amontoados ou nos corredores, conforme figuras 2 e 3. Muitos reclamam, ainda, da existência de um sistema de privilégios no centro de compras, pois alguns módulos possuem melhor ventilação, são mais iluminados e apresentam maior circulação de pessoas, gerando um sentimento de iniquidade e não pertencimento em muitos dos entrevistados que possuem lojas em pontos, aos olhos deles, desfavorecidos.



Figura 2 – Box com *layout* de loja
Fonte: Elaboração própria (2017).



Figura 3 – Manequins expostos fora da loja
Fonte: Elaboração própria (2017).

Muitos não conseguem se adaptar às características do ambiente de trabalho ou fatores internos, como o cumprimento de diretrizes de funcionamento determinadas pela administração (horários de abertura e fechamento, dias de funcionamento) que possam restringir ou limitar a rotina dos proprietários de loja, acabando por tornar difícil o relacionamento com a administração, o que gera tensões, conflitos e até mesmo inimizades. Ao serem “forçados” a atender determinados padrões da gestão de mercado contemporâneo, acabam se sentindo pressionados pela gestão do empreendimento e insatisfeitos com o próprio negócio, conforme ilustra o seguinte depoimento:

Nesses anos a gente trabalha pressionado e ultimamente eu tenho pensado em fechar a minha loja, por conta de certas picuinhas que existem aqui. Por exemplo, eu preciso fechar a minha loja durante dez ou quinze minutos para pagar alguma conta na lotérica, aí o cara vem e tira foto da minha loja [para comprovar multa], e isso eu acho que não há necessidade, é uma grande pressão psicológica (P4).

Cerca de 60% dos entrevistados se sentem insatisfeitos com aspectos relativos ao ambiente de trabalho – mais com as restrições que enfrentam, como as taxas de infração cobradas pela administração, do que com o espaço do seu negócio em si. O fato de trabalhar e ter o seu negócio dentro de um centro de compras, no qual existem procedimentos e normas previamente definidas, está associado a demandas por incorporar disposições que não haviam sido requisitadas em seus contextos anteriores de trabalho. Aos nossos olhos, a imposição tem surtido o efeito contrário em muitos casos, ou seja, está reforçando atitudes contrárias às diretrizes do novo contexto, a ponto de muitos considerarem fechar suas lojas.

Por outro lado, há os proprietários que investiram na adequação às normas do empreendimento e/ou promoveram melhorias na infraestrutura de sua loja (buscando sintonizá-la com aquele ambiente de negócio). Estes se sentem prejudicados com a aparente desorganização de lojas vizinhas, acreditando que o componente estético interfere negativamente na atração de possíveis clientes. O trecho seguinte e a figura 4 ilustram a atitude de lojistas preocupados em adaptar suas lojas ao que se espera num empreendimento dessa natureza:

Eu tento prezar pelo meu conforto e para o cliente eu penso muito em ele entrar nesse local e não se sentir mal. Então eu tenho uma loja mais clara, tem uma TV para o cara que tá aqui com a mulher, o conforto de um ar condicionado, ou seja, tentar fazer com que o ambiente fique o mais aconchegante possível para que o cliente goste de ficar dentro da loja (P3).



Figura 4 – Organização interna de uma loja.

Fonte: Elaboração própria (2017).

5.4 VISÕES DE FUTURO PARA O NEGÓCIO

A grande maioria (60%) dos proprietários de lojas de pequeno a médio porte não acredita no crescimento do centro de compras, conforme falas abaixo. O fato de não concordarem com as normas de funcionamento determinadas pela administração faz com que esses lojistas resistam às possíveis melhorias em uma atitude pré-reflexiva (não consciente) de preservar algumas disposições incorporadas, no comércio de feira de rua ou em outros trabalhos informais

anteriores ao seu negócio atual, que são incompatíveis com as demandas da gestão do empreendimento em questão.

Infelizmente se o centro continuar do jeito que está o futuro não é bom não. Isso é uma coisa que todo mundo que parar pra pensar vai ver, se continuar desandando não vai ter resultado, pode melhorar um pouquinho, mas depois vai desandar de novo. Se não se enxergar o centro como ele é pra ser enxergado, não vai sair disso (P2).

O futuro daqui é um futuro incerto [...]. Ultimamente a gente só têm visto lojas fechando (P4).

Num contexto de crises e transformações no mercado, exige-se desses proprietários competências e disposições para a adaptação do negócio, no entanto, observa-se que parte significativa deles não olha e caminha “para o futuro” do modo desejado pela administração do empreendimento. Por outro lado, há ainda aqueles que, apesar das ressalvas ao modo como o centro de compras é gerido, acreditam que ele seguirá adiante.

Como eles agora começaram a agir, sendo realista, eu acredito que eles sobrevivem. O centro tem uma estrutura ótima, já é um lugar conhecido por muita gente, uma coisa que muito lugar aqui não tem, é conhecido pelo preço baixo e não é só o preço baixo, é o preço baixo com uma mercadoria que tem sim a qualidade, então assim, quer um lugar mais competitivo do que esse? (P3).

Dentre o público lojista que acredita no crescimento ou desenvolvimento do centro de compras estudado (40%), foi observado que por já estarem relativamente estabelecidos há mais tempo (entre 5 a 12 anos) e terem vivenciado momentos de “altos e baixos” nos seus negócios, os mesmos parecem ter incorporado disposições para o enfrentamento das oscilações de mercado. Em conversas, demonstraram certa segurança adquirida por meio da sobrevivência ou superação de momentos anteriores, capacidade de se nutrir dos aprendizados práticos “tornados corpo” (BOURDIEU, 2007), para lidar com as flutuações das suas atividades nos seus períodos de alternância, crescimento, relativa estagnação e retração.

Em relação às posições com base nas expectativas dos proprietários para expandir o próprio negócio, foi observado que parte considerável dos mesmos (66,7%) não demonstra intenção de fazer investimentos futuros, enquanto 33,3% dos proprietários pretendem, sim, aumentar o seu negócio.

A partir de tais observações, nota-se que parte disso se deve ao fato de muitos dos proprietários afirmarem que têm o negócio como uma fonte de renda para sobrevivência e não com intenção de crescimento ou grandes lucros. Acreditam que, ao reinvestirem os lucros no negócio, estariam tirando dinheiro da sua sobrevivência. Além disso, caso desajassem crescer, estariam caminhando no sentido de aumentar a complexidade da gestão, conforme depoimento a seguir.

Eu não tenho muita ambição de aumentar não, porque a gente precisa de muito pouco pra viver e, graças a Deus, a gente tem tirado a nossa sobrevivência daqui. Então eu não tenho muita pretensão de expandir o negócio, porque quanto mais você tem, mais difícil fica, pois você depende mais dos outros, quando você pode comandar algo é bom, agora quando você precisa de mais pessoas pra comandar é mais complicado (P1).

Ou seja, o modo como muitos lojistas enxergam seus negócios parece distante da lógica das práticas de gestão competitiva do mercado contemporâneo. Também foi observado que mesmo tendo realizado melhorias em suas lojas, os proprietários não pretendem aumentar ou expandir o seu negócio. Ou seja, melhoram o *layout* das suas lojas, pois procuram ter e oferecer um maior conforto, porém não fazem investimentos na expansão de seus negócios ou na abertura de outros. Esse dado, quando associado ao anterior, permite especular a ocorrência de hibridismos administrativos, havendo uma incorporação da lógica competitiva de mercado em alguns aspectos e não em outros.

Por meio das observações de campo se pôde perceber que, por exemplo, um proprietário que carrega sua mercadoria num saco de estopa idêntico aos que circulam pelas feiras de rua da região, ao mesmo tempo incrementa o *layout* de sua loja com tendências modernas de design de interiores.

Por fim, pode-se destacar que tais ações, pensamentos e sentimentos que foram aqui apresentados são gerados por alguns dos princípios que regem os proprietários pesquisados. Estes princípios tem origem nos hábitos “herdados” da família, nos processos de socialização vivenciados pelos indivíduos, nas suas experiências educacionais e de trabalho, assim como em outros possíveis contextos de ação que foram significativos em suas trajetórias de vida (SOUZA et al., 2017). Ou seja, ao longo de tal trajetória, uma pessoa tende a apresentar, “estocar” e incorporar disposições que se refletem no modo como levam adiante seus negócios em contexto agreste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou explicitar traços e características disposicionais dos proprietários de negócios de um centro de compras no Agreste pernambucano. Ao caminhar neste sentido, também explorou similaridades e diferenças entre eles. Os dados acima elaborados e analisados nos permitem construir dois conjuntos disposicionais inscritos sob os termos (a) “manutenção de práticas próximas à administração-feirante”, (b) “adaptação ao novo ambiente de negócios” – já indicados pelas “tendências disposicionais administrativas” elaboradas em trabalho exploratório anterior (SOUZA et al., 2017). A título destas considerações finais, as características e os traços mais marcantes que podem ser associados a ambos os conjuntos são recuperados a seguir.

(a) *Manutenção de práticas próximas à administração-feirante*: este conjunto tem suas práticas vinculadas à origem familiar rural-interiorana e ao contexto do comércio de feira de rua como espaço de socialização, decisivo à constituição do estoque disposicional do indivíduo, muito mais significativo do que a escola, por exemplo. Mesmo geralmente tendo estudado alguns anos a mais que seus pais (o que não implica dizer que tenham completado o ensino médio, como demonstraram os dados apresentados na seção anterior), os indivíduos que portam traços pertinentes a este conjunto tendem a não apresentar um razoável domínio da língua e mesmo capacidade limitada de construção articulada de argumentos.

Por não ter incorporado disposições reflexivas e de previsibilidade, a sua pouca capacidade de se observar e de observar o contexto (BOURDIEU, 2007), limita as suas possibilidades de fazer análises acerca dos seus passos futuros. Os proprietários que apresentam traços reunidos neste conjunto demonstram dificuldades para compreender a lógica de mercado no qual está inserido, e assim, interiorizar e agir em consonância ao sistema de normas presente no centro de compras, não conseguindo incorporar as diretrizes requeridas pela administração do mesmo.

Além disso, demonstram limitado raciocínio lógico (para o uso de técnicas e ferramentas de controle financeiro) e pouco pensamento prospectivo (para planejamento e coordenação de ações), demandados pela administração moderna. Também demonstram dificuldades de harmonização dos espaços internos de seus estabelecimentos com o ambiente partilhado do centro de compras, algo que pode ser visto em vitrines não organizadas, com uma série de itens empilhados ou dispostos sem que o *layout* tenha sido pensado ou ordenado para tal, ou ainda fora do espaço comercial pré-determinado (ver figuras 2 e 3).

Diferentemente do que está posto como evidente na dinâmica de mercado contemporânea, os pesquisados que apresentam o conjunto de traços do qual se fala agora não aparentam estar propensos a aumentar os negócios, ou seja, atuam mais com uma lógica de sobrevivência que de acumulação, o que contraria as expectativas da administração do empreendimento. Esta diferença de visão de futuro para os negócios pode ser um dos elementos decisivos para a dificuldade de diálogo e compreensão mútua entre proprietários e administração do empreendimento.

A informalidade no tratamento dos clientes (é comum ouvir pelos corredores do centro frases típicas da abordagem do feirante ao seu cliente, tais como: “chegue pra cá freguesa!”, “quer dá uma olhadinha sem compromisso numas roupinhas para o seu menino não?”) e o despojamento no cotidiano (como o modo de se alimentar na loja durante o expediente ou até mesmo enquanto atende um cliente) são características que também nos permitem elaborar esse conjunto de traços e associá-lo ao que foi denominado de “administração-feirante” (SÁ, 2011).

(b) *Adaptação ao novo ambiente de negócios*: num sentido contrário aos traços e características anteriormente reunidos, há práticas também presentes entre os proprietários pesquisados que podem ser inscritas sob esse segundo termo, uma vez que estão associadas ao que a administração do empreendimento espera do

seu público lojista. Mesmo que tenham tido origem familiar similar àquela associada ao conjunto anterior, os proprietários de negócio que apresentam este segundo conjunto de traços incorporaram práticas de gestão de negócios sincrônicas ao ambiente de mercado convencional (em oposição à ideia de comércio de feira de rua), assim demonstrando apetência à adaptação ao ambiente no qual se encontram.

Como exposto por meio das análises apresentadas na seção anterior, as rotinas administrativas colocadas em práticas a partir deste segundo conjunto de traços tendem a ser vistas como mais profissionais e condizentes com a dinâmica de gestão competitiva. O uso de tecnologia, pertinente para a gestão financeira, e a organização interna da loja (ver figura 4) podem ser indicativos da incorporação das diretrizes explícitas e implícitas de atuação nesse centro de compras (que na visão de sua administração, se assemelha ao que entendemos por *shopping center* no Brasil).

Dentre os proprietários que apresentam esses traços é perceptível a preocupação e o cuidado com o *layout* da loja; a vitrine aparenta ser pensada e projetada de modo profissional (com consultoria especializada em alguns casos), bem como é difícil imaginar uma abordagem ao cliente similar àquelas do comércio de feira de rua, quer seja por seu proprietário quer por um de seus funcionários. Enfim, o proprietário portador de traços desse conjunto aparenta estar integrado ao ambiente de negócios, bem como reflete isso no modo como gere sua loja. Indo além, também reproduz o discurso do “desejo de crescimento e maiores lucros” inerente ao capitalismo contemporâneo, algo sincrônico ao discurso incorporado e reproduzido pela gestão do empreendimento.

Diante de conjuntos de disposições que não podem ser plenamente associadas a um dos dois conjuntos anteriores, é possível indicar que há *hibridismos administrativos* recorrentes entre o público pesquisado. Isso nos permite observá-los como que em um contínuo no qual estaria em um extremo a “manutenção de práticas próximas à administração-feirante”, e no outro, a “adaptação ao novo ambiente de negócios”. Por meio da observação das falas e práticas de muitos dos proprietários pesquisados foi possível pensar nesses hibridismos como fenômeno que reúne de modo difuso e diacrônico aspectos relacionados aos dois conjuntos anteriores.

Por fim, é válido ressaltar que tais conjuntos de traços e características não implicam na constituição de perfis distintos de proprietários, mas sim em dimensões disposicionais que também podem ter seus traços explicitados de modo diacrônico por parte significativa do público pesquisado, como é o caso daqueles que apresentam traços híbridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Tabira de Souza. **A estrutura institucional do APL de confecções do agreste pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e inovação: o caso do município de Toritama.** Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1974.

_____. **Entrevistado por Maria Andréa de Loyola**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994 [1972].

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Editora Zouk, 2007 [1979].

_____. WACQUANT, Loïc. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 2008 [1973].

GOMES, Sueli de Castro. **Do comércio de retalhos à feira da sulanca**: uma inserção de migrantes em São Paulo. Dissertação de Mestrado [226 f.]. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-13082007-153557/pt-br.php>>.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Retratos Sociológicos**: disposições e variações individuais. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. Patrimónios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemáticas e Práticas**. Portugal, n. 49, p. 11-45, 2005. Disponível em:<<http://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/49/517.pdf>>.

_____. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed. [*La Culture des Individus*], 2006 [2004].

_____. Por uma sociologia disposicionalista e contextualista da ação. In: JUNQUEIRA, Lilia (Org.). **Cultura e classes sociais na perspectiva disposicionalista**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

LIRA, Sonia Maria de. Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência. **Revista de Geografia**, Recife, v.1, n. 23, p. 98-114, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228657>>.

_____. **O desenvolvimento do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE**: as suas inter-relações socioespaciais. Tese de Doutorado [215 f.]. Programa de Pós-Graduação em Geografia,

Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE. 2009.

_____. **Muito além das feiras: a produção de confecção no agreste-PE.** Recife: Universitária UFPE, 2011.

MILANÊS, Renata Bezerra. Uma experiência de desenvolvimento econômico e industrial sem amparo e protecionismo estatal: o caso do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. In: Conferência Internacional de História Econômica , Encontro de Pós Graduação em História Econômica” por “CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA, ENCONTRO DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA” , 8., 2014, Niterói. **Anais...** Niterói,2014.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (Orgs.). **Formas de trabalho no capitalismo atual: condições precárias e possibilidades de reinvenção.** São Paulo: Annablume, 2011.

SÁ, Marcio. **O homem de negócios contemporâneo.** Recife: EdUFPE, 2010.

_____. **Feirantes:quem são e como administram seus negócios.** Recife: EdUFPE, 2011.

_____. **Os filhos das feiras e o campo de negócios agreste.** Tese de Doutorado em Sociologia. Braga: Universidade do Minho, 2015.

Serviço brasileiro de apoio às micro empresas . **Estudo de caracterização econômica do Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco.** Recife: FADE/UFPE; SEBRA, 2003.

_____. **Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do Agreste Pernambucano.** (Relatório Final) Recife: SEBRAE, 2013.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 20, p.60-70 maio/ago, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>>

SOUZA, Alana. “**A gente trabalha onde a gente vive**” – **A vida social das relações econômicas: parentesco, “conhecimento” e as estratégias econômicas no agreste das confecções.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

SOUZA, Denise C.; MARTINS, Thibério L. D.; PAIVA, Rick D. S.;SÁ, Marcio. Caracterização do Público Lojista de um Centro de Compras no Agreste das Confecções: Tendências Disposicionais e Tensões Administrativas. In: EnANPAD, 41., 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Anpad, 2017.

COLAPSO NA ACADEMIA? O COMPORTAMENTO DE PÓS-GRADUANDOS EM ADMINISTRAÇÃO E O *BURNOUT*¹

Marina Batista Chaves Azevedo de Souza

Hellen Taynan da Silva Cavalcanti

Carlos Eduardo Cavalcante²

RESUMO

O presente estudo considera a síndrome de Burnout como possibilidade na experiência acadêmica de alunos de pós-graduação uma vez que esta atividade se assemelha ao mercado de trabalho. Buscou-se compreender comportamentos de mestrandos averiguando-os por meio da incidência das três dimensões do modelo teórico de Maslach. Para isso, foi utilizada uma abordagem qualitativa/interpretativista com entrevistas de roteiro semiestruturado com estudantes de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba. A análise das entrevistas deu-se através do método análise de conteúdo com categorias definidas a priori. Conclui-se que está presente no cotidiano dos estudantes, comportamentos e rotinas com indícios de estresse ocupacional crônico e estratégias de coping. Recomendamos a atenção da academia ao estudo, a partir do momento em que se apontam comportamentos de risco à evolução para experiência de Burnout, dado que níveis altos em duas das três dimensões da síndrome foram identificados.

Palavras-chave: Burnout; Estresse ocupacional; Pós-graduação.

¹ Trabalho submetido em 14/09/17 e aprovado em 21/05/18. Para citar este artigo: SOUZA, M. B. C. A. de; CAVALCANTI, H. T. da S.; CAVALCANTE, C. E. Colapso na Academia? O comportamento de Pós-Graduandos em Administração e o Burnout. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v.33, n. 1, p. 59-80, jan./jul., 2018. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em: dia mês, ano.

² Autora 1: Mestre em Administração e Sociedade com ênfase em Estado e Trabalho, professora substituta da UFPB. E-mail: marinabs98@hotmail.com; Autora 2: Mestre em Administração e Sociedade com ênfase em Marketing e Sociedade. E-mail: hellentaynan@gmail.com; Autor 3: Doutor em Administração pela UFRN. E-mail: cavalcanteeduardo@gmail.com

COLLAPSE IN ACADEMIA? BEHAVIOR OF BUSINESS ADMINISTRATION GRADUATE STUDENTS AND *BURNOUT*

ABSTRACT

The present study considers the possible presence of Burnout syndrome in the academic experience of graduate students, since this activity resembles the labor market. The intention of the study was to understand the behavior of Master students by investigating the incidence of the three dimensions of the theoretical model of Maslach. For this purpose, the study used a qualitative/interpretative approach with semi-structured interviews, applied on Master students of the Graduate Program in Business Administration of the Federal University of Paraíba. To analyze the interviews the method of content analysis was used with previously defined categories. The investigation concluded that there are in fact, in the students' daily life, behaviors and routines with signs of chronic occupational stress and coping strategies. We recommend academic attention to this study, since risk behaviors point to progression in the experience of Burnout. The study identified high levels of this stress in two of the three dimensions of the syndrome.

Keywords: Burnout; Occupational stress; Graduate student.

¿COLAPSO EN LA ACADEMIA? EL COMPORTAMIENTO DE ESTUDIANTES DE POST-GRADUACIÓN EN ADMINISTRACIÓN Y *BURNOUT*

RESUMEN

El presente estudio considera el síndrome de Burnout como posibilidad en la experiencia académica de alumnos de posgrado una vez que esta actividad se asemeja al mercado de trabajo. Se buscó comprender comportamientos de maestrandos, averiguándolos por medio de la incidencia de las tres dimensiones del modelo teórico de Maslach. Para ello, se utilizó un abordaje cualitativo/interpretativista con entrevistas semi-estructuradas con estudiantes de maestría del Programa de Postgrado en Administración de la Universidad Federal de Paraíba. El análisis de las entrevistas se dio a través del método de análisis de contenido con categorías definidas a priori. Se concluye que están presentes en el cotidiano de los estudiantes, comportamientos y rutinas con indicios de estrés ocupacional crónico y estrategias de coping. Recomendamos la atención de la academia al estudio, a partir del momento en que se apuntan comportamientos

de riesgo a la evolución de la experiencia de Burnout, dado que niveles altos en dos de las tres dimensiones del síndrome fueron identificados.

Palabras clave: Burnout; Estrés ocupacional; Post-graduación.

1 INTRODUÇÃO

A concepção do termo trabalho foi desenvolvida sob uma visão negativa de tortura e castigo disseminada pelo catolicismo romano. As ideias de Lutero acerca da liberdade para gozar de uma boa vida material foram disseminadas por Weber (2004). Ele pontuou que a ética cristã protestante era compatível com a ideia de alegria com o mundo e tal alegria seria possível pelo uso do capital proporcionado pelo trabalho, o que favoreceu uma visão mais otimista e lícita da atividade laboral.

A ordenação do trabalho surge no contexto pós Revolução Industrial nas escolas da Administração com o objetivo voltado a atender os interesses da gestão. Ramos (1981) assume o posicionamento de que toda Teoria da Administração tem raízes presas à Teoria Clássica, de modo que a emancipação do trabalhador nunca foi de fato possível.

Nos cursos *strictu senso* encontra-se sujeitos desempenhando diversas atividades. O discente, pós-graduando, por não estar formalmente empregado e não ser um funcionário da Universidade acaba, por senso comum, não sendo considerado um trabalhador. No entanto, as leituras teóricas sobre o significado do trabalho contextualizam o pós-graduando como trabalhador, inclusive nas categorias que determinam percepção monetária pela produção. Tal fato deve-se à observação que as agências de financiamento garantem bolsas a muitos estudantes e alguns deles, têm na bolsa sua única fonte de renda. O pós-graduando caracteriza-se, portanto, no trabalho de estudante-pesquisador a fim de designar a função ambígua da atividade. Assim, à medida que as atividades contribuem para o desenvolvimento pessoal do pesquisador, colaboram para o desenvolvimento social através da produção de pesquisas.

O produtivismo acadêmico, que pressiona o discente por maior produção em menor tempo, transforma o produto do trabalho acadêmico em mercadoria com valor de troca e faz com que o trabalho deixe de ser fim para se tornar meio. Essa dinâmica produtiva tem um alcance na vida do sujeito ainda maior do que no sistema taylorista uma vez que hoje, a informatização liga os estudantes-pesquisadores integralmente em tempo e espaço ao seu trabalho. Essa característica, por vezes, é geradora de consequências negativas a saúde mental e compromete a qualidade de vida deste sujeito pelo estresse o que pode ocasionar a síndrome de *Burnout*.

Diante do exposto, surge a necessidade de avaliar os comportamentos de pós-graduandos em Administração a partir de suas atividades estudantis, a fim de investigar as relações com as três dimensões da síndrome de *Burnout*, teorizadas por Maslach. O universo de entrevistados é composto por mestrandos bolsistas

o que se deu pela preocupação em aproximar mais estreitamente a atividade do estudante-pesquisador com a realidade laboral, a qual é remunerada.

O título do artigo sugere a possibilidade de um colapso no sentido mental do estudante-pesquisador em nível de mestrado. A pesquisa não abrange os doutorandos do programa pela dificuldade de acesso a bolsistas nesta modalidade, uma vez que a maioria dos doutorandos não solicitam bolsas de estudo, conforme levantamento no próprio programa. O campo da pesquisa foi o Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). O *locus* foi selecionado observando-se algumas características.

Primeiramente, destaca-se a relevância do Programa nacional e internacionalmente. O PPGA/UFPB é pioneiro nas pesquisas *strictu sensu* em Administração e Sociedade, resgatando a importância do desenvolvimento de práticas administrativas que visem o equilíbrio do sistema como um todo, distanciando-se de uma abordagem meramente gerencial.

A seleção do *locus* também se justifica mediante observação que o PPGA/UFPB é um programa com qualidade superior a maioria dos programas em administração *stricto sensu* do Brasil. Conforme dados na CAPES, até 2017, existem 52 programas de pós-graduação *stricto sensu* (incluindo mestrado e/ou doutorado) na área específica de Administração. Dentre estes, o PPGA/UFPB faz parte do grupo de programas com conceito 5 de avaliação da CAPES (apenas 14 programas possuem conceito 5 ou superior).

A exigência de cumprimentos de créditos acima da média dentre os programas de pós-graduação no Brasil com conceito 5, também se constitui fator relevante ao presente estudo e seleção de *locus*. No Brasil, apenas quatro programas apresentam a exigência de 30 créditos cursados ou mais (o programa da UNB/DF, da UNINSINOS/RS, UNIVALI/SC e o PPGA/UFPB), para obtenção do diploma. Tal exigência associa-se diretamente ao aumento da carga de trabalho dos estudantes.

Destaca-se ainda que PPGA/UFPB lida com a não contemplação de bolsas para todos os alunos do Programa. Desse modo, a análise para concessão de bolsas é feita principalmente pelo coeficiente de rendimento acadêmico, dado a partir das médias das notas nas disciplinas cursadas. Esse critério aumenta a pressão por rendimento quantitativo, aumenta a responsabilidade dos bolsistas em maior e melhor produção nas disciplinas e estimula o aumento da competitividade entre eles para garantir suas bolsas.

O fato do direcionamento da pesquisa a um programa *stricto sensu* com sua área de concentração em Administração e Sociedade, contempla o fato de que o programa entre sua gama de disciplinas aborde o estudo sobre agravos à saúde mental do trabalhador proveniente de atividades de trabalho opressoras, produtivistas e derivadas de regimentos empresariais coercitivos. Assim, somos levados a seguinte reflexão: seriam assim contraditórias as regulamentações igualmente produtivistas do programa, que poderiam expor de forma semelhante os estudantes a possíveis fontes de tensões eventuais ou constantes levando a um colapso na academia?

Não obstante aos fatos elencados, pontua-se também a existência da lacuna em pesquisas sobre o tema e o lócus. Em 2017, alguns fatos envolvendo saúde mental do pós-graduando chamaram atenção da imprensa nacional e internacional. O episódio do suicídio de um doutorando em agosto de 2017 na USP, levantou questões preocupantes quanto ao bem estar dos estudantes-pesquisadores (MORAES, 2017).

Contudo, academicamente, pesquisas nos periódicos CAPES/MEC retornaram apenas um artigo e no SPELL retornaram dois artigos (sendo um, igual ao encontrado no CAPES). Note-se que a temática central de um dos artigos foi vinculada especificamente à relação orientando-orientadores, no segundo artigo o tema central é a relação entre os resultados do questionário de mensuração de *Burnout* e as características sócio-demográficas de estudantes, ambos com metodologia quantitativa. Assim, o artigo torna-se relevante também por se tratar de uma pesquisa pioneira em relação ao seu tema, com evidências de abertura a um debate necessário. Destaca-se ainda o enfoque paradigmático da pesquisa, o qual se propõe a considerar o discurso e opinião dos sujeitos, fornecendo análise fenomenológica para o assunto em questão.

2 O TRABALHO E O PRODUTIVISMO NO CONTEXTO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

De acordo com Ciampa (1999), as identidades são construídas pela ação do sujeito. Segundo essa ideia é pecador o que peca; desobediente o que desobedece; trabalhador o que trabalha. O que se distingue nas identidades demonstradas por Ciampa é que o processo que torna o sujeito um trabalhador, a saber, o trabalho, é responsável pela mediação entre indivíduo e sociedade.

Para ser significativa o indivíduo deve ser considerado parte inerente de sua sociedade (DEWEY, 1959). O trabalho visto como atividade social cumpre, segundo Lobato (2004), o papel que torna o homem um ser significativo à medida que a condição que orienta o indivíduo a ser trabalhador não é determinada geneticamente e sim cultural e socialmente, por influência de outros grupos. Antunes (2005) coloca o trabalho como necessidade natural do homem para manutenção da vida e significado. Lobato (2004) em sentido amplo define o trabalho como o exercício da atividade humana, quaisquer que sejam as formas de execução.

Pesquisadores do grupo MOW – *Meanings of Work* – identificaram seis padrões de definição de trabalho em pesquisa *cross-national* com 147000 respondentes. Os respondentes destacaram em todos os padrões, o salário como requisito e elemento o que denota dificuldade em desvincular o que é trabalho de emprego (ENGLAND; WHITELEY, 1990). Nogueira (2014) destaca o caráter biopolítico do trabalho onde ele orienta tanto para criação e manutenção social, cultural e toda produção subjetiva que contém o lado econômico financeiro.

Morin (2001) enfatiza que o trabalho é primeiramente uma atividade produtiva e que deve comportar um interesse humano, à custa de tornar-se absurdo longe deste ideal. Assim, um trabalho que tem sentido ao interesse humano é feito de maneira eficiente e leva a algum objetivo o que o torna intrinsecamente satisfatório uma vez que permite o desenvolvimento de competências. A pesquisa de Morin é consoante com os sentidos do trabalho estudados pelo grupo MOW, desse modo o que dá sentido ao trabalho é a utilidade e a satisfação, o que colabora para o desenvolvimento do sujeito e da sociedade.

A pesquisa de Spinelli-de-Sá e Lemos (2018) exibiu dados das publicações científicas nacionais sobre significado e sentido do trabalho. Os autores ratificam a dificuldade em diferenciar o que caracteriza sentido e significado do trabalho e identificaram a tendência das pesquisas analisadas em explorar relações consideradas pelos autores como alternativas ou pouco convencionais.

No aspecto da pós-graduação, tem-se um significado e sentido que aproximam o exercício do estudante à atividade laboral. O sujeito, aluno de pós-graduação, contribui para o seu próprio desenvolvimento à medida que se capacita. Concomitantemente, é dotado de competências para o desenvolvimento da sociedade, à medida que trabalha como um pesquisador que dedica tempo, muitas vezes, integral a responder problemas de determinado grupo. O estudante que pesquisa realiza um trabalho coletivo onde labora a fim de compreender e dominar a natureza e é pelo trabalho que se modifica o mundo e o sujeito que realiza.

Na pós-graduação em Administração, o ambiente aproxima-se do mercado de trabalho à medida que o trabalho deixa de ser valor de uso, para ser valor de troca em uma esfera de produtivismo. Ainda assim, existe alguma resistência em considerar a atividade acadêmica como trabalho. Valadares et al. (2015) enfatizam que o ambiente acadêmico é visto como não-trabalho e atribuem tal ideia ao senso comum. A fim de conceber um afastamento do senso comum, utilizam-se aqui pontos de vista científicos e teóricos sobre o trabalho.

Primeiramente, é coerente citar os próprios autores que adotam o senso comum do trabalho acadêmico como não-trabalho. O ambiente da pós-graduação em Administração é marcado por exigências em torno de metas por produtividade e inovação. Eles enfatizam que a atividade do discente *stricto sensu* não é meramente de aluno, mas de produtor de artigos, organizador de eventos e grupos e atividade docente. Além do acúmulo de funções ao discente que é visto como não-trabalhador, está a carga horária dedicada às atividades acadêmicas que ocupa “um tempo muito superior a clássica jornada de trabalho. Dispensa entre outras coisas feriados e folgas” (VALADARES et al., 2015, p. 10).

De acordo com Antunes (2000), o tempo disponível referente ao trabalho voltado para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias, deveria propiciar a eliminação de todo o trabalho excedente acumulado pelo capital e voltado para a produção de valores de troca que é para o autor, destrutiva. O que não é o caso do estudante-pesquisador uma vez que o trabalho intelectual e proletário têm a pro-

dução em série como fim para atender demandas de instituições de financiamento (CAPES/CNPQ). O fim do trabalho acadêmico é o produtivismo e a atividade intelectual acadêmica acaba sendo regida pela lógica da mercadoria, que reduz o tempo de reflexão e converte o trabalho artesanal em modelo taylorista-fordista (ANTUNES, 2000, 2005, 2008, 2012; FARIA; MENEGHETTI, 2007; ALCADIPANI, 2011; VALADARES et al., 2015).

Como pontuou Amorim (2014) o trabalho acadêmico estaria classificado na esfera do trabalho imaterial, ou seja, aquele mediato e que exige maior intervenção intelectual. À medida que se incorpora tecnologia e ciência à produção, reduz-se o tempo de trabalho e amplia-se o tempo livre. No entanto, no trabalho do pós-graduando, há que se considerar uma hibridização entre o trabalho imaterial e trabalho material, uma vez que se pontua o produtivismo e a pressão para publicar e cumprir com as atividades internas. Essa constatação responde a ideia do que é ou não trabalho, colocando-o em uma posição de subjetividade que para Antunes, está ligada ao capital que qualifica e hierarquiza as diferenças. Destaca-se ainda que o trabalho do pós-graduando envolve relações de subordinação e estranhamento e têm o sentido do seu trabalho estabelecido a partir das relações de produção (ANTUNES, 2000, 2008; VALADARES et al., 2015). Além do que, muitos estudantes-pesquisadores recebem valor monetário por sua produção das agências de financiamento, tendo esta bolsa como única fonte de renda.

Acentua-se na esfera do trabalho acadêmico uma tendência à ininterrupção do trabalho. Grisci e Cardoso (2014) enfatizam que a informatização contribui com a perda da capacidade do trabalhador em perceber os limites entre tempo dedicado ao trabalho e tempo de não trabalho. Detoni (2017) destaca a facilidade e naturalidade que ferramentas virtuais proporcionam em controlar o trabalhador fora do ambiente laboral. A pressão pelo produtivismo e o controle de prazos e metas transforma todo trabalho em urgente. O trabalhador acadêmico ultrapassa barreiras de espaço e tempo de trabalho, assumindo uma disponibilidade total que transborda sua vida pessoal (ALVES, 2009; ROSENFELD; ALVES, 2011; GRISCI ; CARDOSO, 2014).

Segundo Detoni (2017), as ferramentas de controle e o sentido de urgência em desempenhar as tarefas, atrapalham o exercício do direito ao lazer e às demais atividades do trabalhador fora do ambiente de trabalho. Do ponto de vista da atividade do pós-graduando, destaca-se ainda que a noção de trabalho imaterial contribui para que o trabalhador sufoque suas capacidades psíquicas, pessoais e relacionais em prol da execução do trabalho aproximando-se do sentido taylorista quanto à inibição de traços de subjetividade na vida do trabalhador (ROSENFELD; ALVES, 2011).

Como pontua Nogueira (2014), separando afeto e razão do trabalhador, o sujeito limita-se a esboçar dor e felicidade apenas após a jornada de trabalho. Contudo, se para o estudante-pesquisador, esse trabalho é em tempo e espaço integrais, o que resta é um sufocamento de emoções atenuado pela pressão por produtivismo e por adequação comportamental. O rendimento quantitativo in-

suficiente ocasiona suspensão da bolsa pelas agências de financiamento, comprometimento da carreira profissional ou mesmo desligamento do programa. O fim dessa exploração imaterial que transforma o produto do trabalho do estudante-pesquisador em valor de troca gera estresse ocupacional comprometendo a saúde física e mental. Tal estresse é suportado mediante estratégias de *coping*, podendo eclodir em colapso psíquico tão logo as estratégias não forem mais eficazes.

3 ESTRESSE OCUPACIONAL E BURNOUT

Os critérios adotados para o produtivismo no trabalho acadêmico trazem ao estudante consequências negativas para qualidade de vida e saúde (ESCOBAR; VERDINELLI, 2010). Dentre tais consequências, estão o estresse ocupacional e o *Burnout*. Dias et al (2017) enfatizam que por vezes as doenças ocupacionais ocorrem em decorrência de uma relação de exploração do trabalhador, que tem seu corpo protegido por um aparelho mental. Este aparelho mental, por sua vez, é constantemente influenciado por situações de estresse.

É necessário destacar que não existe um consenso na literatura sobre a definição do termo estresse. O conceito foi primeiramente estabelecido, como sendo “o grau de desgaste total, causado pela vida”. Etimologicamente, a palavra estresse tem conotação negativa, já que é intimamente ligada ao sufoco e a angústia, derivando do latim, *stringere*, que significa apertar, cerrar, comprimir (SELYE, 1959; LAZARUS, 1993; HOUAISS et al., 2001 apud ABREU et al., 2002).

O estresse ocupacional pode ser considerado como sendo as tentativas dos indivíduos de responderem às pressões percebidas no espaço laboral, podendo ser avaliado, de acordo com Cooper et al. (1988) por meio das seguintes variáveis independentes: fontes de pressão no trabalho, personalidade do indivíduo, estratégias de combate e/ou defesa contra o estresse percebido, e sintomas físicos e mentais manifestos. Paiva e Couto (2008), autores que pesquisam o tema voltado à Administração no Brasil, desenvolveram uma escala de mensuração ao Estresse Ocupacional de acordo com as variáveis citadas anteriormente a qual vêm utilizando em suas pesquisas.

A ocorrência do estresse pode ser dada de duas maneiras: no *eustress* e no *distress*. No *eustress* o organismo volta ao estado de equilíbrio, pois existe um ajuste do sujeito. Já o *distress* ocorre quando não há adaptação à situação por parte do indivíduo de modo que o organismo não retorna ao estado equilibrado. Este último impacta negativamente a saúde mental do ser humano (PAIVA et al., 2013). Assim, percebe-se que diante de uma situação de estresse, ao organismo é posto duas situações, a saber: adaptar-se ao estímulo e equilibrar-se, ou não retornar mais ao equilíbrio, estando assim inadaptado à ocorrência do fator externo que o causou. A esta segunda condição atribui-se o estresse ocupacional por motivos relacionados ao trabalho.

Tamayo (2008) considera que a tensão proveniente do tipo *distress* de estresse, decorrente da discrepância entre as fortes motivações do indivíduo e o ambiente de trabalho, conduz o ser humano ao estado de *Burnout*. Assim, de forma gradativa, a inadaptação às adversidades causadoras de estresse, é uma possível causadora de *Burnout*, que traduzido ao português, significa “queima” ou “combustão” total.

Moreira et al. (2009) destaca que o termo *Burnout* foi mencionado de forma pioneira pelo psicólogo Freudenberger, nos Estados Unidos. De acordo com seu estudo sobre o comportamento de trabalhadores jovens em uma clínica de dependentes químicos, o psicólogo observou apatia desses funcionários com relação aos seus pacientes e ao significado do seu trabalho, vinculados a altos índices de reclamação. Os autores que mais frequentemente expõem teorias e as têm utilizadas por muitos acadêmicos, são Maslach, Chernissee Pines.

A síndrome de *Burnout*, teorizada também como “síndrome da desistência”, pode ser definida como:

(...) um transtorno adaptativo crônico associado às demandas e exigências laborais, cujo desenvolvimento é insidioso e frequentemente não reconhecido pelo indivíduo, com sintomatologia múltipla, predominando o cansaço emocional (SCHWARTZMANN, 2004, p. 177).

Maslach (2005) realizou uma reflexão sobre a teoria do *Burnout*, compreendendo a síndrome através de três dimensões independentes, consideradas em estudos citados de maneira importante, na academia: exaustão emocional, baixa realização profissional, e despersonalização. A autora ainda considera a maior incidência da síndrome em profissionais responsáveis pelo cuidado de pessoas (*caregivers*), como os da área de saúde, e em educadores.

Analisar o comportamento de determinado trabalhador de acordo com as dimensões de *Burnout* e encontrar as variáveis em nível fraco ou baixo pode significar a presença de estresse, assim como a presença de um alto nível nas variáveis propostas nas teorias que embasam o estresse ocupacional, pode significar a entrada nas dimensões da síndrome. Diante disso, o Quadro 1, busca esclarecer e diferenciar os termos supracitados.

Quadro 1 – Diferenças entre estresse ocupacional e *Burnout*

ESTRESSE OCUPACIONAL	SÍNDROME DE <i>BURNOUT</i>
Eventos de tensão	Resultado de um prolongado processo de tentativas de lidar com eventos de tensão
Quadro clínico mental inicial	Quadro clínico mental extremo
Podem predispor à existência de <i>Burnout</i>	Resposta ao estresse laboral crônico
Esgotamento profissional, escassa realização pessoal	Esgotamento profissional, escassa realização pessoal e despersonalização/cinismo

Fonte: Baseado em Roazzi et al. (2000) e Abreu et al. (2002).

Desse modo, pode-se explicar o fato de que a trajetória entre esses dois termos, seja facilmente confundida, tanto por indivíduos, gestores e profissionais de saúde, quanto para o pesquisador que analisa os fenômenos. Esses fatores justificam a importância da análise dos conceitos separadamente, como aqui feita, e o esclarecimento sobre suas diferenças.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O lócus da pesquisa se constituiu no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), localizado no campus da cidade de João Pessoa. O programa foi fundado em 1976, e se estabeleceu como um dos programas de pós-graduação brasileiros em administração mais tradicionais.

De acordo com informações de domínio público, expostas no endereço eletrônico oficial do programa, “o PPGA tem como missão produzir, transmitir e divulgar conhecimentos teóricos e práticos, vinculados à formação de docentes, pesquisadores e profissionais na área de Gestão Organizacional, procurando alinhar o rigor acadêmico com aplicações voltadas para a realidade regional”. Os objetivos do programa incluem a consolidação de temas de pesquisa que viabilizem reflexões sobre problemas de natureza social, econômica e ambiental, e o interesse em desenvolver conhecimento que contribua com os aspectos socioeconômicos da região Nordeste.

Com relação à forma de abordagem ao problema, essa pesquisa apresenta caráter qualitativo devido à utilização de procedimentos de pesquisa baseados em epistemologia interpretativista para elaboração dos resultados e presença de roteiro de entrevista semiestruturado, com perguntas abertas, de caráter subjetivo, que possibilitaram a gravação das respostas dos estudantes, e posterior transcrição. Para corroborar com os seus objetivos, a pesquisa é definida como descritiva, que de acordo com Vergara (2005, p.31) “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno”.

Devido a fatores já citados nos parágrafos anteriores, esse trabalho apresenta uma pesquisa de campo no que concerne aos procedimentos técnicos, consistindo em uma:

(...) investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes, e observação participante ou não” (VERGARA, 2005, p. 26).

A pesquisa foi realizada com estudantes do curso de mestrado acadêmico (CMA) do PPGA, favorecidos pelo financiamento da CAPES, exclui os estudantes do curso que não são beneficiados de bolsa. Foram selecionados um total de 12 estudantes do curso representantes das diversas linhas e ênfases do programa.

Os indivíduos foram entrevistados por acessibilidade ou conveniência, em amostragem do tipo não probabilística. De acordo com Gil (1999) esse tipo de opção permite que o pesquisador obtenha a resposta dos indivíduos com maior facilidade de acesso, admitindo que os sujeitos representarão de forma satisfatória a população a ser estudada.

O roteiro de entrevista semiestruturado foi construído com base no *Maslach Burnout Inventory* (MBI), questionário que utiliza perguntas objetivas baseadas nas três dimensões da teoria do *Burnout* para estabelecer níveis de *Burnout* nos indivíduos, tendo sido consolidado como o instrumento mais utilizado nas pesquisas sobre a temática. Diante da lacuna na literatura de estudos qualitativos ligados ao tema, este estudo optou por viabilizar um roteiro semiestruturado de entrevista, baseado no questionário validado de Maslach, que contempla da mesma forma as três dimensões da síndrome, permitindo uma análise mais subjetiva e aprofundada, com intenção não probabilística, da opinião dos indivíduos.

Desse modo, o roteiro foi dividido em três partes, contemplando as três dimensões. A primeira parte está relacionada à realização pessoal e consistiu na resposta às perguntas sobre o significado do trabalho; fatores motivacionais da decisão de ser pós-graduando; e o sentimento do sujeito durante as aulas e acontecimentos do curso. A segunda parte relacionava-se à despersonalização. Nesta, o estudante respondeu a três questionamentos acerca dos aspectos específicos sobre a rotina e constituição do dia-a-dia; vantagens e desvantagens em realizar a pós-graduação; e descrição das relações com colegas de curso e professores. Na terceira parte, foram abordadas as características emocionais e os afetos vivenciados pelos sujeitos. Foi composta de quatro questões versando sobre os sentimentos e pensamentos ao iniciar mais um dia de curso; definição atual do estado emocional por meio da identificação de sentimentos percebidos no seu dia-a-dia com frequência; descrição das principais emoções, incluindo as agradáveis e as desagradáveis, vivenciadas desde que se iniciou o curso de pós-graduação; e acerca dos sentimentos e pensamentos ao finalizar mais um dia de estudos.

Os resultados foram construídos através da análise de conteúdo qualitativa de Bardin, a qual designa o termo análise de conteúdo a:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2004, p. 37).

Foram realizados os procedimentos éticos cabíveis da pesquisa, a exemplo da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido fornecendo permissão dos estudantes para utilização dos dados.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O número total de entrevistados para atingir a saturação teórica dos dados foi de 6 pós-graduandos matriculados no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPB e que recebem remuneração (bolsa) proveniente da CAPES. A amostra alcançou 12, na esperança do surgimento de novos dados e contempla as diversas linhas e turmas do programa, porém, com predominância de indivíduos da turma que finalizou em 2015 o seu primeiro ano de mestrado acadêmico, devido a sua presença mais constante nas dependências da Universidade (lócus de pesquisa).

O roteiro seguiu perguntas com vistas a contemplar as categorias de Malasch, de modo que pudessem ser analisadas qualitativamente. Assim, em relação ao significado pessoal de ser um estudante de pós-graduação, a maioria dos entrevistados citou que compreende o significado como oportunidade de realização profissional dado um planejamento profissional. Outros destacaram excesso de responsabilidade, possibilidade de resolver conflitos entre teoria e prática, além de possibilitar enxergar as coisas de modo diferente.

Sobre o motivo principal que levou o respondente a se tornar um estudante-pesquisador, houve um equilíbrio entre os respondentes que alegaram como motivação principal a vocação e vontade de exercer a docência; e aqueles que veem a pós-graduação como possibilidade de ascensão profissional, ou buscam melhoria salarial.

Quando questionados sobre os sentimentos durante as aulas ou diante dos acontecimentos relacionados ao curso, os respondentes expressaram sentimentos negativos. De modo geral foram citados cansaço; sono; pressão; tensão; elevado nível de estresse; sentimento de impotência diante da carga de estudo; aprisionamento por expor opiniões; sentimento de obrigação; e cobrança. Outras observações foram citadas como sentimento tais como análise das práticas docentes dos professores; desafio; e responsabilidade. Apenas um entrevistado disse sentir-se à vontade durante as aulas e os eventos do curso.

Especificamente quanto à rotina de estudos no dia a dia, alguns enfatizaram equilíbrio de tempo entre leituras obrigatórias e extras; outros disseram estabelecer tempo livre; deixar espaço para diversão e ao menos um dia para relaxar. Outros responderam que o dia a dia é ocupado meramente pelas obrigações do curso e necessidades básicas.

Dentre as principais vantagens em realizar a pós-graduação, a maior parte dos respondentes identificou a possibilidade de adquirir conhecimento novo; amizades novas; crescimento; melhoria salarial; melhor emprego. Alguns enfatizaram a possibilidade de contribuir com o desenvolvimento acadêmico e da sociedade. Houve um respondente que enfatizou como principal vantagem ter um contato amigável com o orientador. Em relação às principais desvantagens, a maioria dos respondentes identificou o fato de ficar sem tempo, dada a alta carga de créditos em disciplina. Destacaram também

que este fato afeta a vida social e os deixa sem tempo para família; lazer e relacionamentos amorosos. Outros reforçaram o sentimento negativo de pressão e cansaço. Um respondente considera como desvantagem o distanciamento do mercado.

A boa relação com os colegas de curso foi identificada pela maioria como essencial. Ao menos três respondentes disseram não ter simpatia por todos e queixam-se da existência de barreiras quanto a grupos pré-estabelecidos. Um respondente declarou não existir relações de coleguismo fora do ambiente acadêmico e outro identifica um clima de competição. A relação com os professores do curso é vista como excelente, amigável e respeitosa por sete entrevistados. Os demais demonstram distanciamento alegando manter o mínimo contato ou apenas o necessário.

Os sentimentos ao iniciar mais um dia de curso dependem das leituras prévias; e da disciplina daquele dia. Os respondentes enfatizaram também sentimentos negativos como o cansaço embora mal tenha começado o dia. Sentem-se sobrecarregados; pressionados; ansiosos; angustiados e estressados.

Pedimos aos entrevistados que definissem o estado emocional deles atualmente, identificando através dos sentimentos que são percebidos seu dia-a-dia com frequência. As respostas exibem estados de apatia “tanto faz”. A tranquilidade foi citada apenas por um respondente. Os demais responderam frequentemente cansaço; angústia; sobrecarga; ansiedade; instabilidade emocional frequente; decepção; medo de perder a bolsa; e medo de perder o contato com o mercado. Salienta-se que, os respondentes que identificaram sentimentos negativos, também identificaram alegria pelo alcance de bons resultados e realização.

Dentre as principais emoções, incluindo as agradáveis e as desagradáveis, vivenciadas desde que iniciaram o curso de pós-graduação, os estudantes-pesquisadores agruparam suas respostas em: decepção com pessoas; descontentamento com colegas; pressionado com muitas disciplinas; impotência com a carga de disciplinas; felicidade com notas altas; felicidade por conhecer novas pessoas e cultura; novas experiências; relação com os amigos; realização de um sonho; cansaço e raiva; inferioridade e incompetência.

Ao finalizar mais um dia de estudos, os sentimentos e pensamentos dos respondentes dividem-se em alívio; ansiedade; angústia; sensação de que o tempo passou e não foi feito nada; um dia a menos; dever cumprido; amanhã será melhor.

Percebe-se na maioria das respostas, o consenso entre os entrevistados evidenciando que os acadêmicos vivenciam situações similares em sua experiência de trabalho. Todas as respostas são importantes para apontar a incidência de motivações, sentimentos ou até mesmo vantagens e desvantagens ligadas ao trabalho em questão.

Associando as respostas às dimensões do modelo teórico para identificação da Síndrome de *Burnout*, percebe-se a prevalência de sentimentos negativos relacionados ao estado emocional dos participantes bem como os sentimentos relacionados ao momento das aulas. Com relação às vantagens e desvantagens a maioria dos

entrevistados equipararam os fatores positivos e negativos do curso. Os participantes também elencaram como importantes os sentimentos relacionados à realização com a execução do curso, que inclui o relacionamento positivo com os envolvidos no programa. O Quadro 2 esboça uma descrição geral acerca dos sentimentos e emoções que denotam afetos positivos e negativos destacados nas entrevistas:

Quadro 2 – Afetos positivos e negativos

TIPO DE AFETO	SENTIMENTOS/EMOÇÕES
Afetos positivos	Alegria, felicidade, prazer, satisfação, realização, crescimento, contribuição, coleguismo, amizade.
Afetos negativos	Competição, angústia, egoísmo, ansiedade, raiva, conformismo, tristeza, medo, desgosto, pressão, cansaço, exaustão, decepção, nervosismo, impotência, desmotivado, frustração.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Neste sentido, há que se refletir sobre ganhos e perdas indicadas pelos respondentes da pesquisa relacionando-os com as dimensões indicadas na Figura 1. Dada descrição dos afetos destacados nos discursos dos respondentes, é possível verificar sentimentos e emoções que podem ser direcionados à síndrome. Tal informação é proveniente da identificação de fatores muito negativos nas dimensões, além da predominância de mais fatores negativos do que positivos em duas dimensões. Convém, portanto, discutir mais profundamente esses resultados quando analisados junto aos três direcionamentos do modelo teórico.

6 DISCUSSÕES

O critério para seleção dos sujeitos para esta pesquisa levou em consideração a percepção de bolsa de estudos para suas atividades acadêmicas. Assim, foram entrevistados 12 estudantes-pesquisadores bolsistas em tempos diferentes do curso, estando 2 indivíduos em fase de conclusão do mestrado e 10 no término de seu primeiro ano. Dos 12 respondentes, 5 eram mulheres e 7 homens.

De modo geral, as entrevistas contribuem a uma discussão homogênea face aos resultados. Os dados foram saturados com 6 sujeitos, entretanto, considerando a possibilidade de explorar a riqueza da subjetividade no conteúdo das entrevistas, seguiu-se entrevistando mais sujeitos.

A partir dos resultados percebe-se que a dimensão da **exaustão emocional** foi a mais acometida no contexto dos estudantes analisados. Todos eles demonstraram sentimentos negativos em detrimento dos positivos, principalmente relacionados ao cansaço e ao estresse, o que sugere um alto nível da presença desta dimensão já que a sobrecarga de trabalho é uma das variáveis mais apontadas

como predisponentes ao *Burnout* (BENEVIDES-PEREIRA, 2002; LAUTERT, 1995; CODO, 2006; SILVA; CARLOTTO, 2008 apud MENEGHINI et al, 2011).

A dimensão da **realização profissional** do modelo teórico foi percebida como positiva para os entrevistados, ou seja, como não sugerindo presença de *Burnout* nos alunos, já que muitos dos respondentes, principalmente os do primeiro ano, inferem a importância/motivação profissional e pessoal de estar no curso, afastando-os da realidade da síndrome.

Pra mim significa uma possibilidade de trazer uma mudança social. E também realização pessoal. Eu me realizo em um trabalho que eu sei que vou dar algo significativo em algo social (R6, turma 39).

Todavia, aspectos motivacionais em nível alto, também podem ser potenciais riscos para síndrome. Segundo a teoria da frustração (*versagung*) de Freud (1969), sujeitos com grandes expectativas positivas acerca da tarefa, entram facilmente em estado de frustração caso fatores internos ou externos impliquem sentimentos que façam com que a expectativa não seja alcançada pelo sujeito. Além disso, sentimentos de realização foram frequentemente rebatidos com palavras que remetem a afetos negativos. A partir dessa análise, percebe-se então a dimensão como uma variável de risco à desistência.

Assim, sentimentos de solidão, desespero, medo, frustração, decepção, raiva e angústia estão presentes em todas as entrevistas e em maior frequência que os sentimentos de afeto positivo, salientando o risco de frustração que esses estudantes vivenciam, e conseqüentemente, riscos de desenvolver estresse ocupacional crônico que evolua para a patologia aqui estudada.

Inicialmente foi felicidade de tá na pós, fase de descobrimento das coisas. Depois vem o desespero e o medo na hora que você começa a caminhar e você vê que as coisas são completamente diferentes, que você tá totalmente sozinho, que você começa a perceber que vai ter que caminhar sozinho, entre aspas, que as pessoas estão lá não pra pegar no seu braço, mas pra te dizer os caminhos e você vai ter que ir sozinho (R9, turma 39).

Agradáveis, quando concludo a disciplina, recebo a nota, quando tive um artigo aprovado e sentimentos negativos, além de angústia, medo de não cumprir os prazos, pressão se vou ter ou não bolsa mês seguinte ou semestre que vem. Sentimentos positivos quando concludo a disciplina ou tenho um trabalho reconhecido e provavelmente os sentimentos negativos são mais frequentes, são do dia a dia. (R10, turma 40).

Conforme o tempo na atividade aumenta – no segundo ano do mestrado – os estudantes entrevistados desenvolveram estratégias de *coping*, que permite lidar melhor com as atividades. Diversos estudos indicam a relação do tempo de trabalho com a penetração do *Burnout* na vida do indivíduo (MASLASCHE e JACKSON, 1981; ULLRICH e FITZGERALD, 1990; CUSHWAY e TYLER, 1996; MOORE e COOPER 1996; SOUZA e SILVA, 2002). O que também foi percebido nesta pesquisa.

Mas aí quando você vive essas emoções tem um lado positivo porque você cresce, amadurece mais ainda. Você passa a ver as situações de outra forma. Tem coisas que não lhe irritam mais como antes, tem situações com pessoas que você olha assim e diz “eu vou me estressar com isso pra quê?” (R7, turma 39).

Apesar de mencionadas as decepções no convívio com os colegas ou até fortes indícios de competição e apatia no contato com alguns professores (principalmente no segundo ano do mestrado), a maioria dos estudantes inferiu como agradável a convivência com os demais integrantes do curso, sugerindo inclusive que esse apoio social é fundamental para continuar trilhando o caminho até a conclusão do curso, fato este que descaracteriza a dimensão que se refere à **despersonalização ou cinismo** dos respondentes, afastando-os da síndrome.

Em relação aos meus amigos é muito massa ter amigos aqui, e isso me dá uma força. Tipo, se você tá mal em alguma disciplina, ou estressado com alguma coisa, você acaba se reportando pra grupos específicos no whatsapp, e isso facilita muito, você compartilha o sofrimento, você compartilha a felicidade, você compartilha os momentos, isso é uma coisa que é muito positiva, eu gosto muito de poder ter essa possibilidade de ter uma boa relação com todo mundo (R3, turma 40).

A formação do grupo que a gente teve de colegas, de colaboração, foi muito enriquecedora para conseguir enfrentar o primeiro período, que acredito que você enfrentar um primeiro período da pós-graduação sem amizades com ninguém, deve ser praticamente impossível, porque pra mim a amizade, o coleguismo com a turma foi essencial (R2, turma 40).

O termo estresse foi mencionado nos discursos dos participantes, direta e indiretamente, demonstrando certo nível de consciência dos respondentes com os fenômenos que podem estar inseridos em uma rotina de trabalho e/ou estudos, o que pode ser um fator positivo para os sujeitos, no combate aos fatores estressores, segundo estudos de Chaves (1994) e Miquelim et al.(2004).

Considero de tranquilo a um nível de estresse baixo, de modo geral. Estresse mesmo. Estresse mesmo porque você fica numa cobrança tão grande para cumprir a leitura, a leitura de modo geral que é cobrada né, aí vai passando o tempo você não consegue terminar aquela leitura e você fica se cobrando aí dá um nível de estresse (R5, turma 40).

Eu fiquei até com medo de estar com a síndrome, porque eu tava deixando tudo pra última hora. Só fazia quando realmente precisava eu pensava: vou começar agora se não, não dá tempo terminar. Tive essa pressão, não sei se deu o ‘tilte’ (risos) (R10, turma 40).

Assim, entende-se o comportamento e as vivências do trabalho acadêmico dos estudantes de pós-graduação do referido contexto como de risco no que concerne às dimensões do modelo teórico, que sugerem a presença de nível alto de estresse ocupacional.

A presença de despersonalização e cinismo no discurso dos estudantes foi identificada em nível baixo e apenas em dois respondentes. Contudo, autores como Roazziet al. (2000) e Abreuet al. (2002), identificam esta variável como crucial na identificação do *Burnout* no momento em que a presença desta dimensão é um dos fatores que diferencia o fenômeno do estresse ocupacional, da síndrome de *Burnout*. Dessa forma, as entrevistas direcionam o comportamento e o dia-a-dia dos alunos a uma situação de estresse ocupacional crônico e com presença de *coping* frequente. Fenômenos estes, que são gradativos à experiência de *Burnout*, como já mencionado em estudo de Harrison (1999) e Carlotto (2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender os comportamentos dos estudantes-pesquisadores em curso de pós-graduação em Administração a partir da incidência das três dimensões do modelo teórico de Maslach indicativos à síndrome de *Burnout*. Os achados da pesquisa não visam identificar a presença da síndrome e sim os indicadores que podem desencadeá-la.

Neste sentido, a análise de conteúdo das entrevistas denota uma situação de estresse ocupacional crônico, o que configura uma propensão à síndrome de *Burnout*. Evidencia-se também que à medida que o tempo na atividade evolui, os pós-graduandos tendem a desenvolver *coping*, aceitando as situações e lidando melhor com os afetos negativos identificados no trabalho. Desse modo, percebe-se que os resultados atendem de forma satisfatória à proposta inicial desse estudo uma vez que foi possível identificar pelas falas dos respondentes as percepções deles em relação ao nível de estresse gerado por suas atividades, estratégias de *coping* e pré-disposição à síndrome. Contudo, há que se considerar limitações à pesquisa.

Uma limitação do presente estudo foi, a lacuna existente de pesquisas anteriores abordando este público, inclusive a ausência de dados acerca da síndrome no trabalho do pós-graduando. Em termos de método, alguns respondentes se mostraram cautelosos em seus depoimentos, o que pode ser atribuído ao fato do contato pessoal com as pesquisadoras. Limitações quanto à disponibilidade e acessibilidade também devem ser destacadas. Ao menos uma respondente demonstrou desconforto em ceder tempo à entrevista, e tal fato, também pode ser analisado dentro da proposta do estudo, ao observar o dilema entre tempo e necessidade de produção no trabalho na academia.

Os resultados dessa pesquisa sinalizam que a síndrome de *Burnout* pode ser vivenciada por qualquer classe profissional uma vez que os indicadores de emoções e sentimentos estão presentes em todos os níveis. Assim, é indicado que a academia amplie as discussões para além dos profissionais de saúde e educação. O trabalho do administrador requer precaução com o *Burnout* ainda maior uma vez que este profissional tem seu estado de consciência ativo acerca das consequências da síndrome e dos antecedentes dela de modo que essa pesquisa também

contribuiu para confrontar os respondentes com sua própria realidade diante do indicativo de um colapso favorecido pelo estresse ocupacional por eles vivido e aqui evidenciado.

Destarte, em aplicações práticas, a academia deve direcionar-se a políticas de conscientização acerca da síndrome e as organizações devem investir em capacitação de profissionais que possam identificar indicadores da síndrome dentre os trabalhadores e agir em mudanças cognitivas, favorecendo a disseminação de afetos positivos no ambiente. No trabalho do pós-graduando, medidas que favoreçam o relacionamento entre professores e alunos e alunos e alunos, com afetos positivos de cooperação, confiança, apoio e valorização são essenciais para o enfrentamento do estresse e distanciamento de *Burnout*.

Futuras pesquisas podem ser desenvolvidas para fortalecer o campo de investigação de *Burnout* no trabalho do pós-graduando em Administração considerando diferenças entre o trabalho do estudante bolsista *versus* o não bolsista ou ainda com alunos de outros programas com menor número de créditos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, K. L.; STOLL, I.; RAMOS, L. R.; BAUMGARDT, R. A.; KRISTENSEN, C. H. Estresse ocupacional e Síndrome de *Burnout* no exercício profissional da psicologia. **Psicol. cienc. prof.**, v. 13, n. 1, 2002.

ALCADIPANI, Rafael. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação acadêmica. **Cadernos Ebape. br**, v. 9, n. 4, 2011.

ALVES, Giovanni. **A condição de proletariedade**: a precariedade do trabalho no capitalismo global. São Paulo: Editora Práxis, 2009.

AMORIM, H. O trabalho imaterial em discussão: teoria e política. **Caderno CRH**, v. 27, n. 70, p. 9-12, 2014.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Edições 70, 2004.

CARLOTTO, M. S. A síndrome de *Burnout* e o trabalho docente. **Psicologia em Estudo**, v. 1, n. 7, p. 21-29, 2002.

CARMO, P. S. **A ideologia do trabalho**. São Paulo: Moderna, 1992.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: S. T. M. LANE; W. CODO (Orgs.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.58-75.

CHAVES E. G. **Stress e trabalho do enfermeiro: a influência de características individuais no ajustamento e tolerância ao turno noturno**. Tese de Doutorado [163 p.]. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1994.

CODO, W.; SAMPAIO, J. J.; HITOMI, A. **Trabalho, indivíduo e sofrimento**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

COOPER, C. L.; SLOAN, S.J.; WILLIAMS, S. **Occupational stress indicator management guide**. Great Britain: Thorbay Press, 1988.

DEWEY, J. **Democracia e educação**. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DETONI, A. G. R. **O direito à privacidade dos trabalhadores na era da Sociedade da Informação**. Dissertação de Mestrado [126 p.]. Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão. Sergipe: UFSSC, 2017.

DIAS, A. S. et. al. Doenças ocupacionais: o sofrimento nas relações de trabalho. **Salão do Conhecimento**, v. 3, n. 3, 2017.

ENGLAND, G. W.; WHITELEY, W. T. Cross-national meanings of working. In: BRIEF, A. P.; NORD, W. R. (Orgs.). **Meanings of occupational work**. Toronto, Lexington Books, 1990. p. 65-106.

ESCOBAR, M. A. R.; VERDINELLI, M. A. Percepção do discente sobre produtividade científica em um programa de pós-graduação stricto sensu. Colóquio Internacional sobre Gestión Universitária en América del Sur, 10., 2010, Mar del Plata. **Anais...** Mar del Plata, 2010.

FARIA, José Henrique de; KANASHIRO MENEGHETTI, Francis. Burocracia como organização, poder e controle. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 5, 2011.

FREDU, S. Tipos de desencadeamento da neurose. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (Orgs.). Rio de Janeiro: Imago, 1969 A.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo. Atlas, 1999.

GRISCI, C. L. I.; CARDOSO, J. Experimentação do tempo e estilo de vida em contexto de trabalho imaterial. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, n. 4, p. 851-865, 2014.

HARRISON, B.J. Are you to burn out? **Fund Raising Management**, v. 30, n. 3, p. 25-28, 1999.

LOBATO, C. R. P. S. O significado do trabalho para o adulto jovem no mundo do provisório. **Revista de Psicologia da UNC**, v. 2, p.44-53, 2004.

MASLACH, C. Entendendo o *Burnout*. In: ROSSI, A. M.; PERREWÉ, P. L.; SAUTER, S. L. (Orgs.). **Stress e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo. Atlas, 2005. p. 41-55.

MASLACH, C.; JACKSON, S. The measurement of experienced *Burnout*. **Journal of Occupational Behaviour**, v. 2, p. 99-113, 1981.

MENEGHINI, F.; PAZ, A. A.; LAUTERT, T. Fatores ocupacionais associados aos componentes da Síndrome de *Burnout*. **Texto Contexto Enferm**, v. 20, n. 2, p. 225-33, 2011.

MIQUELIM, J. D. L.; CARVALHO, C. B. O.; GIR, E.; PELÁ, N.T. R. Estresse nos profissionais de enfermagem que atuam em uma unidade de pacientes portadores de HIV-AIDS DST. **J Bras Doenças Sex Transm**, v. 16, n. 3, p. 24-31, 2004.

MOORE, K. A.; COOPER, C.L. Stress in mental health professionals: a theoretical overview. **International Journal of Social Psychiatry**, v. 42, p. 82-89, 1996.

MORAES, Fernando Tadeu. Suicídio de doutorando da USP levanta questões sobre saúde mental na pós. **Jornal Folha de São Paulo** em 27 out. 2017.

MOREIRA, D. S., MAGNACO, R. F., SAKAE, T. M.,; MAGAJEWSKI, F. R. L. Prevalência da síndrome de *Burnout* em trabalhadores de enfermagem de um hospital de grande porte da Região Sul do Brasil. **Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro**, v. 7, n. 25, p.1559-1568, 2009.

MORIN, E. M. Os sentidos do trabalho. **ERA**, v. 41, n. 3, 2001.

MUROFUSE, N. T.; ABRANCHES, S. S.; NAPOLEÃO, A. A. Reflexões sobre estresse e *Burnout* e a relação com a enfermagem. **Rev Latino-am Enfermagem**, v. 2, n. 13, p. 255-261, 2005.

NOGUEIRA, C. S. **A loucura interroga a gestão: subjetividade e saúde mental na era do trabalho imaterial**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2014.

PAIVA, K. C. M.,; COUTO, J. H. Qualidade de vida e estresse gerencial “pós-choque de gestão”: o caso da Copasa-MG. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6. p. 1189-1211, 2008.

PAIVA, K. C. M., DUTRA, M. R. S., BARROS, V. R. F.; SANTOS, A. O. Estresse Ocupacional e *Burnout* de jovens trabalhadores. In: ENCONTRO DA ANPAD, 37., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2013.

PRADO, E. F. S.; PINTO, J. P. G. Subsunção do trabalho imaterial ao capital. **Caderno CRH**, v. 27, n. 70p. 61-74, 2014.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

ROAZZI, A.; CARVALHO, A. D.; GUIMARÃES, P.V. Análise da estrutura de similaridade da síndrome de *Burnout*: Validação da escala Maslach *Burnout Inventory* em professores. In: ENCONTRO MINEIRO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: TEORIA E PRÁTICA, 5., 2000, Belo Horizonte. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA:

FORMAS E CONTEXTO, 8. 2000, Belo Horizonte. **Anais...PUC**: Belo Horizonte, 2000.

ROSENFELD, Cinara L.; ALVES, Daniela Alves de. Autonomia e Trabalho Informacional: O Teletrabalho. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 207-233, 2011.

SCHWARTZMANN, L. Estrés laboral, síndrome de desgaste (quemado), depresión: ¿estamos hablando de lo mismo? **Cienc Trab**, v. 6, p. 174-84, 2004.

SOUZA, W.C.; Silva, A. M. Monteiro da. Preditores do *Burnout* em profissionais de saúde. **Rev. Estudos de Psicologia**, v. 19, n.1, p. 37-48, 2002.

SPINELLI-DE-SÁ, J. G.; LEMOS, A. H. C. Sentido do Trabalho: Análise da Produção Científica Brasileira. **Revista ADM. MADE**, v. 21, n. 3, p. 21-39, 2018.

TAMAYO, Á. Valores organizacionais. In: S. M. M. M. (cols.) **Medidas do Comportamento Organizacional: ferramentas de diagnóstico e de Gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p.309-340.

ULLRICH, A; FITZGERALD, P. Stress experienced by physicians and nurses in the cancer ward. **Social Science and Medicine**, v. 31, p. 1013-1022, 1990.

VALADARES, Josiel Lopes et. al.. 'Afimial, Você Também Trabalha?' Reflexões Sobre o 'Não Trabalho' no Ambiente da Pós-Graduação em Administração. **TPA-Teoria e Prática em Administração**, v. 4, n. 2, p. 206-233, 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

VIVER DE MÚSICA: EMPREENDEDORISMO CULTURAL E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO^{1,2}

Amanda Coutinho Cerqueira³

RESUMO

Este artigo é parte de uma tese de doutorado que analisa as condições de trabalho na indústria cultural, por meio de entrevistas com 22 músicos independentes. Olhar para a categoria profissional dos músicos pela ótica da sociologia do trabalho colabora para descortinar a realidade de uma categoria pouco estudada no Brasil: a do artista trabalhador e empresário de si mesmo. Trata-se não somente de considerar a atividade artística como profissão, mas também como expressão paradigmática das transformações do mercado de trabalho atual. Para entender “como viver de música” e seus significados no mundo trabalho, este artigo aborda o engendramento de comportamentos e práticas ditas empreendedoras, presentes nos discursos dos músicos entrevistados, e suas relações com as facetas da precarização. Compreender as especificações que permitem desenhar as morfologias do músico independente colabora para o debate teórico do trabalho artístico e das políticas públicas da cultura e da comunicação, em suas articulações fundamentais.

Palavras-Chave: Trabalho artístico; Música. Mercado cultural; Política cultural; Precarização.

¹ Trabalho submetido em 31/08/17 e aprovado em 10/05/18. para citar este artigo: CERQUEIRA, A. C. Viver de música: empreendedorismo cultural e precarização do trabalho. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.33, n. 1, p. 81-100, jan./jul., 2018. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em: dia mês, ano.

² Este artigo é parte de uma tese de doutorado intitulada Paradoxos da atividade artística na narrativa de músicos denominados independentes, defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, no ano de 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/325515/1/Cerqueira_AmandaPatryciaCoutinhoDe_D.pdf>.

³ Autora 1: Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP. E-mail: amandacoutinho770@gmail.com.

MAKING A LIVING FROM MUSIC: CULTURAL ENTREPRENEURSHIP AND JOB INSECURITY

ABSTRACT

This article is part of a doctoral thesis that analyzes the conditions of work in the cultural industry, through interviews applied on 22 independent musicians. Looking at the professional category of musicians from the perspective of the sociology of work helps to reveal the reality of a category that is not studied in Brazil: that of the artist who works as an entrepreneur for himself. It is not only about considering the artistic activity as a profession, but also as a paradigmatic expression of the transformations of the current labor market. In order to understand “how to make a living from music” and what that means in the work environment, this article approaches the engendering of behaviors and practices considered as entrepreneur-like, present in the discourses of the musicians interviewed, and their relation with the facets of work insecurity. Understanding the specifications that make up the morphologies of an independent musician, collaborates to the theoretical debate over artistic work and the public policy of culture and communications, regarding their fundamental articulations.

Keywords: Artistic work. Music; Cultural market; Cultural policy; Job insecurity.

VIVIR DE MÚSICA: EMPRENDEDORISMO CULTURAL Y PRECARIZACIÓN DEL TRABAJO

RESUMEN

Este artículo es parte de una tesis de doctorado que analiza las condiciones de trabajo en la industria cultural, a través de entrevistas con 22 músicos independientes. Mirar hacia la categoría profesional de los músicos por la óptica de la sociología del trabajo colabora para desvendar la realidad de una categoría poco estudiada en Brasil: la del artista trabajador empresario de sí mismo. Se trata no sólo de considerar la actividad artística como profesión, sino también como expresión paradigmática de las transformaciones del mercado de trabajo actual. Para entender “cómo vivir de música” y sus significados en el mundo del trabajo, este artículo aborda el engendramiento de comportamientos y prácticas denominadas emprendedoras, presentes en los discursos de los músicos entrevistados, y sus relaciones con las facetas de la precarización. Comprender las especificaciones que permiten diseñar las morfologías del músico independiente colabora para el debate teórico del trabajo artístico y de las políticas públicas de la cultura y de la comunicación, en sus articulaciones fundamentales.

Palabras clave: *Trabajo artístico; Música. Mercado cultural; Política cultural; Precarización.*

1 INTRODUÇÃO

A principal pergunta sociológica que orienta a discussão deste artigo é a seguinte: diante das tensões e dinâmicas decorrentes do novo papel social e econômico dos artistas-empresendedores, quais os significados de “viver de música”? Na tentativa de refletir sobre essa pergunta, foram entrevistados 22 artistas, que foram selecionados por serem músicos independentes, sendo considerado **músico independente** aquele artista que tem a música como única, senão principal, atividade; e desenvolve seu trabalho de criação, produção, distribuição e promoção de forma autônoma às gravadoras/distribuidoras, ou seja, sem intermediários.

Esta pesquisa esteve localizada em São Paulo e Recife, em razão do trânsito da pesquisadora, mas também pela dimensão da prática musical conceituada como independente, a qual vem sendo sustentada de forma diferente, de acordo com as especificidades mercadológicas e políticas de cada cidade. Dos 22 músicos entrevistados, 12 mantêm residência em São Paulo e 10 em Recife. Dos 12 artistas que estão em São Paulo, apenas cinco são originalmente paulistanos (os outros artistas radicados na cidade são do Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco, Bahia e Pará).

A pesquisa investiga as formas que os músicos encontram de encarar os desafios do trabalho artístico e como eles se percebem nessa conjuntura. Cuida-se de uma investida em avaliar as estruturas de renda básica dos músicos tendo em vista a centralidade da indústria do *show* hoje, as formas de contratos e cachês, a dinâmica dos festivais independentes e suas remunerações. Nesse quadro, analisa-se o engendramento de um comportamento empreendedor, assim como sua institucionalização. A autogestão e o empreendedorismo de si mesmo guardam suas vinculações com as faces da precarização, assim como são parte das contradições do trabalho artístico. Este artigo também explora as migrações artísticas e os aspectos mercadológicos, econômicos e políticos presentes nas cidades de São Paulo e Recife, para contextualizar as perspectivas que o viver de música independente assume em cada espaço específico.

As particularidades da análise das configurações dos músicos independentes relacionam-se às transformações promovidas pelas tecnologias da informação e da comunicação, assim como são parte de um contexto mais amplo que informam o movimento de legitimação e conveniência da cultura dentro da cadeia produtiva recente, enquanto importante esfera econômica e de linguagem simbólica, política e social. O crescimento das indústrias culturais, durante todo o século XX, que possibilitou a expansão da arte na forma de mercadoria, hoje impulsiona e intensifica o trabalho artístico. Cada dia mais as pessoas se ocupam das atividades culturais. Nas duas bases de dados que permitem uma referência ao trabalho artístico no Brasil (IBGE/PNAD e MTE/RAIS), observa-se um cres-

cimento do número de profissões relacionadas ao campo cultura e do espetáculo (dos quais os músicos representam o maior crescimento em números absolutos) comparado com o mercado de trabalho no país.

Nesse contexto de crescimento das atividades culturais, o empreendedorismo é reconhecido como a forma mais apropriada de encarar os desafios do “trabalho criativo” hoje. A partir das configurações do mercado e da economia cultural contemporânea, multiplicam-se os artigos, encontros, feiras, rodadas de negócios e manuais com dicas “valiosas” para quem pretende viver de música, que vão desde a importância do *network* até o estudo do planejamento e da realização da carreira. As análises desses discursos ajudam a compor as condições de trabalho do músico independente ou autônomo.

2 INDÚSTRIA DO *SHOW* E OUTRAS REMUNERAÇÕES

A substituição parcial de um modelo de negócio centrado na indústria fonográfica para o *show* redefine o foco da cadeia produtiva da música, como bem afirma um dos entrevistados: “a gente tinha uma ilusão de que quando a gente lançasse o disco que ia resolver nossa vida e não resolveu. Então, a gente apura mesmo é durante o *show*” (Artista 1, 19/2/2016). Nessa direção, quando indagados sobre a estrutura de renda básica que lhes possibilita viver de música, segundo a importância das atividades exercidas, os 22 músicos entrevistados foram unânimes em destacar as apresentações ao vivo como sendo a maior fonte de remuneração. “A sobrevivência e a vivência musical migrou pro *show*, em torno dos *shows*” (Artista 2, 14/4/2015).

A forma de contrato e recebimento da remuneração nos *shows*, contudo, se reveste de caráter flexível, e muitas vezes informal, da forma de pagamento, condicionado ao “depende de onde vou tocar”. Os artistas destacam a necessidade de, pelo menos inicialmente, tocar de graça para “formar público”. Na iniciativa privada, as formas de pagamentos citadas variam, desde “pagar para tocar”, ou não receber “nada”, passando pelo recebimento de galinhas, “ajuda de custo” e escambos variados, até chegar na participação de bilheteria e no cachê, cujos valores e condições são também variáveis. A frequência dos *shows* durante o ano é instável: “tem períodos que são mais complicados e períodos que são mais tranquilos”, afirma uma das entrevistadas (Artista 3, 5/5/2015). Sobre o recebimento dos seus *shows* e a necessidade de respeito e valorização do seu trabalho, a fala de um dos músicos é emblemática:

“Já recebi galinha! É bom até falar isso, sabe? É bom porque também eu não sou advogado, eu sou músico... Faço música. Então quer dizer: é bom que me paguem pelo meu trabalho. Porque se não, não vai ter espetáculo. Só fiz música na minha vida toda. Então eu quero que respeitem isso, sabe como é? (Artista 4, 13/8/2014)”

O escambo de “serviços criativos” permeia a atividade dos músicos independentes, enquanto uma das várias formas de pagamento pelo seu trabalho. Um dos músicos ratifica que, desde o início da sua carreira, o escambo é praticado de forma constante: “chamava alguém pra gravar e depois eu prestava serviço pra essa pessoa. Fazia foto de divulgação e aí a gente tocava na exposição pra poder ter as fotos de divulgação”. Segundo o artista, o escambo é algo que acontece ainda hoje e faz parte do ciclo de informalidade e flexibilidade ao qual está incluído (Artista 5, 21/7/2014).

As remunerações por meio de bilheteria e cachês também assumem valores negociáveis, “dependendo do contexto”. Um músico afirma que, às vezes, toca com direito a participação na bilheteria, ou seja, recebe uma porcentagem do valor arrecadado com os ingressos pagantes, enquanto o restante fica com a casa de *show* que promove o espetáculo. Outras vezes o músico consegue tocar com “cachê cheio”, cujo valor varia, dependendo do local e do contratante. Da mesma forma, o artista já “perdeu dinheiro” para “fazer público”. Ele afirma que essa alternância de sua remuneração é “típica” do mercado em que está inserido: “se você não entender isso e não se movimentar você não paga suas contas” (Artista 2, 14/4/2015).

A bilheteria é a principal fonte de renda dos artistas que tocam nas pequenas casas de *shows*, tidas como “alternativas”, em São Paulo. Mas essa opção, de acordo com os músicos, informa a difícil condição financeira das próprias casas de *shows*, como sublinha um dos artistas (Artista 6, 14/4/2015) ao referir-se ao Centro Cultural Rio Verde, Espaço Cultural Puxadinho da Praça, Mundo Pensante, Casa do Mancha e Serralheria.

Eles pagam bilheteria porque na verdade eles são que nem a gente. Dá pra fazer um estudo desses com as casas de *shows*... Tem uma coisa de ajuda mútua... Eles também estão na batalha, sabe? Eles também precisam chamar amigos pra ir na casa, também precisam divulgar pra caramba porque as casas estão sempre que nem a gente, meio na raça pra continuar... (Artista 6, 14/4/2015).

Na dinâmica dessas pequenas casas de apresentação, os entrevistados explicam que o artista é quem precisa se esforçar para levar o público. E que isso, inclusive, faz parte do trabalho contínuo de divulgação de sua música. Tocar no Puxadinho da Praça, exemplifica um entrevistado, não “dá grana. No máximo uns 1000 reais, se encher a casa...” Mas que o importante, nesse caso, não é o dinheiro direto. O importante é “você fazer os *shows* em lugares diferentes, ter um público que vai... E aí não é uma questão financeira, é uma questão de circular” (Artista 8, 13/03/2015). Hoje, o músico afirma que consegue entender essa lógica e que, independente de ganhar dinheiro direta ou indiretamente, se prepara “como se fosse um *show* no SESC”. O exemplo do SESC em São Paulo é citado várias vezes pelos entrevistados enquanto principal chance de ganhar um “cachê cheio” e pagar toda a equipe.

Nesse contexto, os artistas destacam a importância da rede de relações na circulação do seu trabalho no Brasil e no mundo, por meio da ideia de “parceria”

com produtores e casas de *shows*. Um dos músicos deixa claro que existem vários tipos de conversação nos cachês e condições de trabalho, e que não pode esperar que a prefeitura crie um espaço de apresentação, por exemplo, porque precisa “fazer a coisa rolar”. Para tanto, entra em diversas parcerias em uma “rede de independência”, sempre com a ideia de realização do seu trabalho, mais do que, propriamente, uma boa remuneração financeira (Artista 8, 7/5/2015).

Na cidade do Recife, o circuito das casas noturnas e espaços de *shows* voltados a públicos interessados nas propostas de músicos independentes, tal qual aqui conceituado, é bem menor que em São Paulo. Os artistas que estão em Recife explicam que é bem mais difícil “fazer bilheteria” na cidade. “Tentar fazer bilheteria aqui é complicado. Você sair de casa e ter toda uma logística de organizar tudo e você voltar pra casa sem dinheiro... É uma realidade de Recife” (Artista 9, 25/2/2016). Com a ausência de um circuito consolidado de pequenos espaços de apresentação, a cidade conta com o apoio do governo do Estado, sobretudo no ciclo de festas (com destaque para o Carnaval e o São João).

Mas, em relação aos *shows* contratados pelo poder público, muitas são as críticas dos entrevistados. Desde os critérios de seleção dos artistas, passando pelas condições de contratações, até a demora nos pagamentos dos cachês e desvios de verbas. Em Recife, por exemplo, um músico narra que sua banda conseguiu um patamar artístico que elevou o seu cachê. E que, por isso, a banda muitas vezes não consegue entrar nas grades dos grandes festivais produzidos pelo Governo.

Como é que vai se pagar, por exemplo, quinze, vinte mil reais a um grupo de coco? É inadmissível. O Tribunal de Contas do Estado não admite isso, mas admite Sandy e Júnior chegar aqui e ganhar trezentos mil; Caetano Veloso e tal. Pra eles, isso é normal. Então, eu enquanto negro, enquanto artista que faz a música da comunidade negra, a gente sente isso na pele mesmo. A propaganda de atração pro turista... Se fosse aquilo ali, o carnaval realmente era a coisa mais linda, mas não é nada daquilo que se propaga. Não é o caboclo de lança. O caboclo de lança ta lá à míngua, dentro do **busão**, ferrado pra ganhar um pão com manteiga⁴. Mas você vai ver os nossos gestores dando entrevistas com camisas estampadas com belo caboclos de lança, com o homem da meia noite, sorrindo, dizendo que a cultura popular ta aí e dando entrevista dentro de camarote, né? (Artista 1, 29/2/2016).

⁴ Em texto intitulado Realidade do maracatu rural para além do marketing cultural, Lula Marcondes (2015) relata as experiências de um grupo de Maracatu Rural de Pernambuco em polos de carnaval. Apesar de ser um relato sobre vivências recentes e específicas de apenas um grupo, elas têm um caráter mais amplo e se reproduzem de forma sistemática na relação do Estado com outras agremiações de Maracatu Rural. O texto expõe a maneira humilhante e abusiva com que alguns governos municipais tratam os brinquedos de maracatu durante o ano e, principalmente, no carnaval. Uma realidade bem diferente da que é proposta nos planos de marketing e publicidade para venda do Maracatu Rural como produto cultural pelo mundo afora. Um maracatu com mais de 80 componentes, que viaja quilômetros com um elenco formado de brincantes das mais variadas idades entre crianças e idosos, chega a receber entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00 por apresentação (MARCONDES, 2015, p. 2).

Ao analisar os dois principais eventos culturais com patrocínio do Estado em São Paulo e em Recife – Virada Cultural e Carnaval, respectivamente – observam-se as disparidades de cachês entre artistas considerados independentes e artistas de grandes gravadoras. No Portal da Transparência da Prefeitura de São Paulo, constata-se que os cachês da Virada Cultural 2016 para os músicos independentes giraram em torno de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), ao passo que existiram cachês na casa dos R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais) (SÃO PAULO, 2016). Em Recife, além das disparidades dos cachês, as críticas giram em torno da demora do recebimento do valor acordado.

Em 2015, nas vésperas do Carnaval, os artistas recifenses ainda não tinham recebido os cachês do São João de 2014. No Carnaval de 2016, por sua vez, os artistas não tinham recebido os cachês da folia de 2015. O atraso no pagamento fez com que vários artistas pernambucanos, como Nação Zumbi, China, Alessandra Leão e Fábio Trummer declarassem publicamente que não iam tocar no Carnaval de 2013, em boicote e protesto à falta de respeito da Secretaria de Cultura local (MIRANDA, 2013). Em entrevista a esta pesquisa, uma das artistas elucida como a dinâmica dos atrasos de pagamentos atinge a produção e distribuição do trabalho musical independente.

A questão da política de pagamento mesmo... É muito burocrática e muito descompromissada. Porque você investe pra tocar. Você paga van, você paga equipe técnica, você paga hospedagem, você paga alimentação... Se você tem capital de giro você entra num esquema desse. Ou então você bota num cartão de crédito e você não sabe quando vai receber. A banda tocou no Festival de Inverno de Garanhuns esse ano no palco principal da Guadalajara. O povo lá dançando, se requebrando... Lotou! E você vê aquele camarote dos políticos... Um derrame de dinheiro, de bebida, de tudo, sabe? E o artista não recebe até hoje... São seis meses de atraso já!!! É complicado, né? (Artista 10, 13/8/2014)

Finalmente, o desvio de verbas com eventos musicais tem sido uma questão preocupante nos fóruns de discussão do tema. No ano de 2011, em uma sessão que durou quase três horas, a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco julgou irregular uma auditoria especial realizada pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), cujo objeto foi analisar possíveis irregularidades na contratação de artistas em eventos musicais realizadas no ano de 2009. A ação resultou em uma devolução de R\$ 2.187.280,00 aos cofres públicos estaduais (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2001).

Ainda nos meandros das contratações com o poder público, um dos músicos entrevistados (Artista 6, 14/4/215) disponibilizou contrato com o Estado de São Paulo para a elucidação das condições de realização e remuneração dos *shows* no caso de “Parceria para a realização de eventos culturais”. Nessa situação, o Estado cede ao “parceiro”, ou seja a banda, a permissão para usar a estrutura de uma praça, disponibilizando um técnico de som e equipamentos de som. A banda, por

sua vez, arca com toda a organização e produção do *show* (o qual deve ser aberto ao público, sem cobrança de ingresso), controla a entrada e saída das pessoas, tem responsabilização civil, penal e/ou trabalhista ao longo da produção e execução da apresentação, e nada recebe a título de remuneração.

Na esteira da centralidade dos *shows* enquanto uma das principais consequências assumidas pela reestruturação produtiva no campo musical, bem como das configurações atribuídas pela independência nesse contexto não mais mediado pela estrutura das grandes gravadoras, destaca-se a importância dos festivais independentes, assim como do conjunto de mídias e encontros especializados na promoção e circulação de artistas independentes. Diante disso, cita-se o Circuito Fora do Eixo (FdE), assim como a criação, em 2005, da Associação Brasileira de Festivais Independentes (ABRAFIN)⁵.

O Circuito FdE surgiu em 2005 a partir do encontro e articulação entre o coletivo cultural Cubo Mágico (Cuiabá-MT), do qual faziam parte Pablo Capilé e Lenissa Lenza, e produtores de coletivos de Uberlândia-MG (entre os quais, Talles Lopes), Rio Branco-AC e Londrina-PR. Paradigma de rede e de fluxo, o FdE se estabeleceu, inicialmente, a partir da proposta de conectar nacionalmente cenas musicais independentes locais, por meio de uma gestão organizacional “colaborativa, horizontal, autônoma e livre” entre coletivos, tendo como suportes facilitadores as novas tecnologias digitais. A meta mais ampla seria colaborar com a construção de uma “nova geografia musical” e um “novo mapa cultural no país”, de modo a fortalecer circuitos sustentáveis de produção e circulação fora do eixo Rio-São Paulo (COUTINHO, 2015).

Interessa aqui os mecanismos do coletivo em termos de remuneração dos *shows* que contratam, uma vez que multiplicam-se as críticas dos artistas em relação ao não pagamento de cachês por parte do FdE, ou o seu pagamento na forma de *CuboCard* (a moeda inventada pelo coletivo). Nesse sentido, foram reunidas denúncias de Daniel Peixoto (ex-Montage), Diogo Soares (Los Porongas) e Bruno Kayapy (Macaco Bong), além do posicionamento crítico em redes sociais de diversos artistas, como Tulipa Ruiz, Guizado, Jesus Sanches, Regis Damasceno, Rafael Castro, Catarina Dee Jah, Maurício Fleury, Negro Leo, Karina Buhr, Thiago França, entre outros.

⁵ No ano de 2010, a ABRAFIN (2010) contou com 44 festivais em diversas regiões brasileiras. Segundo dados dessa própria Associação, no mesmo ano, esses festivais chegaram a atingir público em torno de 300 mil pessoas, com *shows* de pelo menos 600 bandas nacionais e internacionais. A partir do final de 2011, a ABRAFIN passou por um processo de críticas, sobretudo à sua associação (considerada excessiva) ao FdE, e sofreu uma desfiliação de 13 importantes festivais, consolidando uma divisão no campo dos festivais independentes brasileiros. Em julho de 2012, a ABRAFIN foi renomeada como Rede Brasil de Festivais (RBF). Os festivais desfiliaados à RBF/ABRAFIN, por sua vez, criaram em Novembro de 2012 a entidade Festivais Brasileiros Associados (FBA), a qual passaria a atuar de forma autônoma ao FdE.

Em seu sítio na internet, China – cantor e compositor pernambucano – escreveu o texto intitulado “Fora do Eixo e Longe de Mim” (2012) para esclarecer o funcionamento do FdE. Segundo o músico, embora os números indiquem a quantidade de eventos – a maioria subsidiado por dinheiro público – muitas bandas reclamam da ausência de pagamento, além da falta de estrutura para realizarem seus trabalhos. Abaixo a transcrição de parte do seu depoimento.

Eu vivo da música e preciso receber os cachês dos *shows* para conseguir sobreviver. Ainda não estão aceitando ‘*cubo card*’ na padaria e em nenhuma conta que eu tenho que pagar no fim do mês. Aí eu pergunto: se tem dinheiro público na parada é porque rolou um edital, certo? Se rolou um edital, tinha lá o nome das bandas que tocaram, certo? Se tinha o nome das bandas, devia ter o valor cobrado pelas apresentações, certo? E se tinha isso tudo, cadê o dinheiro para pagar as bandas? Não, meus caros, não são todos que recebem pelos *shows*. Apenas alguns. Talvez os que apoiam as ações do coletivo FDE. [...] Só quem cresce no FDE é o próprio nome do coletivo, que usa o talento e o suor das bandas para garantir a próxima verba para as suas atividades. Esse papo de que estão ajudando a cena independente é conversa mole. Alguns membros do FdE estão fazendo nome em cima dessa cena. [...] Concluindo... Não sou contra o FDE! A ideia é linda mesmo. Sensacional! Imagina uma rede de festivais pelo país inteiro... onde as bandas vão circular e mostrar o seu trabalho? Chega a emocionar. O *modus operandi* é que é estranho, esquisito mesmo. [...] (CHINA, 2012).

Nesta pesquisa, um dos músicos entrevistados afirma que tem muitas críticas ao FdE porque para ele é uma coisa muito simples: “não pode tentar desmerecer o nosso trabalho. A gente toca em qualquer lugar, desde que paguem o cachê”. E continua: “É o meu trabalho e eu sei o valor que ele tem. Não estou pedindo nada além do que o normal. Então é isso. É simples: a gente só quer receber” (Artista 11, 10/9/2015). Outro músico entrevistado, por sua vez, afirma que fez seus primeiros *shows* via FdE e que nunca teve problemas com eles: “os caras me ajudaram a circular por alguns lugares que eu não iria naquele momento. Cheguei, mostrei minha cara, minha música e tudo certo” (Artista 12, 15/6/2016).

Em nota que rebate as críticas pelas quais passou o FdE, Pablo Capilé afirma que o circuito atua como alternativa à deficiência estrutural nos sistemas de distribuição da cultura brasileira, que não permite a circulação e a fruição dos processos e produtos de forma igualitária. Nesse sentido, se o exemplo do FdE é emblemático enquanto alegoria do funcionamento do capitalismo em relação à imagem, tecnologia, sociabilidade, empreendedorismo cultural e apropriação de rendimentos, indica também a necessidade de articulações decisivas entre trabalho, regulamentação da comunicação e política públicas culturais, enquanto eixo constitutivo desses processos formadores das experiências contemporâneas.

3 O MÚSICO EMPREENDEDOR

O sociólogo Rubim et al. (2005 apud LIMEIRA, 2008, p. 4),

utilizando-se da tipologia trazida por Antonio Gramsci, explica que um sistema cultural engloba três intelectuais: os que criam, isto é, os artistas e cientistas; os que difundem tal produção, como os profissionais de comunicação; e os terceiros, que são os organizadores da cultura, como os gestores, produtores e mediadores. O campo da cultura englobaria, portanto, três segmentos básicos: criação, difusão e organização.

Na atualidade, contudo, a consagração do empreendedorismo cultural está relacionado aos processos de terceirização e reestruturação da indústria cultural. Hoje os segmentos básicos se confundem enquanto ocupação de espaços de atuação no mercado cultural e, principalmente, em relação aos saberes desenvolvidos em cada profissão, coexistindo no mercado de trabalho.

De acordo com Limeira (2008, p. 06)

A moderna concepção de empreendedorismo surgiu com os economistas, sendo Schumpeter (1934) um dos pioneiros na formulação teórica desse conceito. Para este economista, o empreendedor é um agente de inovação e fator dinâmico na expansão da economia. Nessa perspectiva, o empreendedor é um agente capaz de realizar com eficiência novas combinações de recursos. Ele não é necessariamente o proprietário do capital, mas um agente capaz de mobilizá-lo. Da mesma forma, ele não é necessariamente alguém que conheça as novas combinações, mas consegue usá-las eficientemente no processo produtivo (LIMEIRA, 2008, p. 06).

Finalmente, empreendedores são aqueles profissionais capacitados a criar, organizar, gerenciar e desenvolver seus empreendimentos de modo sustentável, em detrimento da excessiva dependência do Estado.

Na década de 1990, os professores da Universidade de Warwick, na Inglaterra, se utilizaram do conceito de empreendedorismo cultural em seus estudos sobre as indústrias criativas. [...] O que diferenciaria um artista de um empreendedor cultural é que o primeiro estaria focado apenas na criação e produção cultural, enquanto o segundo expande suas atividades ao longo da cadeia produtiva da indústria criativa, preocupando-se com a distribuição e venda do produto ou serviço cultural (LIMEIRA, 2008, p.7).

No mesmo sentido, em um artigo escrito para o Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), a professora Tânia Limeira, da Faculdade de Administração da FGV-SP, definiu o empreendedor cultural como um mobilizador de recursos criativos e econômicos, bem como um articulador de redes

sociais, visando à criação, organização, gestão e sustentação de empreendimentos culturais (LIMEIRA, 2008, p. 11).

A partir do reconhecimento da dimensão econômica da área cultural e do fortalecimento das noções de Economia da cultura, criativa e do Entretenimento, intensifica-se o processo de institucionalização do empreendedor cultural. No Brasil, concorre para isso a criação da Lei Complementar nº 128/2008 que instituiu a figura do Microempreendedor Individual (MEI), o qual se registra pela internet e recolhe os impostos em valores fixos mensais. A Lei Complementar nº 133/2009 (simples da cultura), por sua vez, reduziu a carga tributária das microempresas e das empresas de pequeno porte, além de ampliar atividades culturais beneficiadas.

É intensificada a estruturação de cursos acadêmicos em algumas regiões do país para formação de produtores e gestores culturais, iniciada ainda na década de 1990⁶. Com o objetivo de compreender o panorama das ofertas de cursos de gestão e produção cultural no país, o Observatório Itaú Cultural apresentou um relatório⁷, cujos resultados informam que, de 1995 a 2016, 90 instituições criaram um total de 131 cursos (45% de produção, 19% de gestão, 15% produção em linguagem específica, 10% pesquisa em produção, cultura e linguagens culturais, 6% em economia criativa/mercado, e 5% em política cultural). Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro tiveram, de 1995 a 2016, o maior número de cursos iniciados, sendo, respectivamente, 33 e 32. Assim, São Paulo é responsável por 25,2%, e Rio de Janeiro por 24,4%, do total de cursos oferecidos no Brasil. Juntos, os dois estados concentram 49,6% dos cursos ofertados desde 1995 (ITAÚ CULTURAL, 2016, p. 10).

Em 2000, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) lança o **Programa Empreendedor Cultural**, um conjunto de iniciativas que visam a capacitação, o desenvolvimento e a expansão dos negócios na área da cultura. O programa tem como objetivo formar uma Rede de Agentes Culturais, que são

⁶ O primeiro curso de formação em gestão e produção cultural foi criado em 1995 pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Em 1996, a UFBA promoveu o bacharelado de graduação em Comunicação Social com especialização em Produção em Comunicação e Cultura. Com mais de 20 anos, os dois cursos mais antigos ainda estão em atividade no país.

⁷ O relatório procurou mapear cursos no território nacional que, em sua nomenclatura, apresentassem a combinação entre os seguintes constructos associados: Gestão e cultura, como, por exemplo, gestão cultural, gestão de patrimônio cultural, gestão de bens culturais, entre outros; Produção e cultura, como, por exemplo, produção cultural, produção de eventos culturais, produção da cultura. Segundo seus graus acadêmicos, foram pesquisados cursos superiores de bacharelado, licenciatura e de tecnologia, cursos de extensão vinculados à Instituições de Ensino Superior, cursos sequenciais nas modalidades complementação de estudos (individual) e formação específica (coletivo), cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e de especialização/Marketing Business Administration (MBA) e, por fim, cursos de pós-graduação stricto sensu (com linhas de pesquisa orientadas aos assuntos gestão, produção e cultura) de mestrado profissional, mestrado e doutorado acadêmicos (ITAÚ CULTURAL, 2016, p. 10).

pessoas ligadas à cultura, como artistas, produtores, educadores, para que estes possam se relacionar e se apoiar mutuamente (LIMEIRA, 2008, p.11).

Multiplicam-se também os manuais e encontros voltados para o empreendedorismo cultural, como o **Guia do Empreendedor Criativo**, publicado pelo SEBRAE. Na área da música, o livro **Música LTDA: o negócio da música para empreendedores**, de Leonardo Salazar (2015, p. 155), lista os comportamentos empreendedores: redes de contatos, disposição para correr riscos calculados, persistência, independência e autoconfiança. Em São Paulo a *ExpoMusic* e a Semana Internacional da Música (SIM) são os eventos mais citados na área do empreendedorismo musical. Sites como **musicaemercado.org** e **musicoempreendedor.com** ajudam o artista a “tocar o próprio negócio”.

Para grande parte dos artistas entrevistados por esta pesquisa “o caminho é ser empreendedor”. Para alguns, inclusive, o MEI atribui respeito ao trabalho do músico, com conseqüente elevação da autoestima (Artista 9, 25/2/2016). Esse empreendedorismo, contudo, muitas vezes aparece na forma de empreendedorismo precário e/ou forçado, como resposta à única forma de viver de música. Esse aspecto empreendedor do trabalho dos músicos ora é visto de forma positiva, ora é visto de forma negativa pelos artistas entrevistados. Tencionam-se noções de liberdade e autonomia com incerteza e intensificação do trabalho.

Como o empreendedor cultural é tido como aquele que realiza e acumula os seguimentos básicos de criação, difusão e organização, a multiplicidade de funções é a primeira característica observada nas falas dos músicos entrevistados.

Em meio à corrida de editais e patrocínios, o artista é chamado a comportar-se como empresário da sua própria carreira, um *portfólio worker*, a custo de uma gestão de racionalidade dos seus capitais pessoais (tempo, esforço, competências, reputação). Tais fatores configuram o artista quase-firma e desenham a face do músico, sobretudo aquele tido como independente, enquanto empreendedor cultural. O “tornar-se produtor do seu próprio trabalho” tem se constituído uma relevante tendência no mercado artístico contemporâneo. Cresce a importância do profissional da produção no mercado da indústria cultural, aptos a mobilizar recursos de incentivo à cultura. De acordo com o IBGE/PNAD (2013), o grupo ocupacional **Produtores de espetáculo** registrou um crescimento de 92% de 2002 a 2006 (CERQUEIRA, 2015, p.15-16).

Para os músicos, o empreendedorismo significa não apenas gravar suas músicas, procurar fazer muitos *shows* e estar ativo no circuito considerado independente. Na nova cadeia da música, o artista é o responsável por pensar como um empresário, no sentido de articular as possibilidades de sua carreira artística diante da demanda colocada pelos mercados em desenvolvimento. “Tocar o negócio” significa, portanto, habilidades de relacionamento, comunicação e organização. Contato com contratantes, envio de material para imprensa, alimentação de redes sociais, administração do caixa, planejamento do desenvolvimento da carreira e avaliação dos resultados alcançados são exemplos das novas frentes de

atuação dos músicos empreendedores, que assume a execução, a comercialização e o gerenciamento da sua própria carreira.

Para viver de música, um dos entrevistados (Artista 13, 30/4/2015) explica que realiza várias atividades: é DJ, tem um banda e ministra oficinas ligadas à música. Quando teve a dimensão de que a vida de músico “é essa”, o artista afirma que conseguiu multiplicar e integrar várias atividades ao mesmo tempo, sem que isso represente uma espécie de sofrimento criativo, senão uma oportunidade de remuneração e até de felicidade. No decorrer da entrevista, o músico destaca vários aspectos da produção e gestão cultural: “sou tão organizado que tenho tudo em planilhas, posso te mostrar depois”. O músico alia o empresariamento de si mesmo a uma postura entusiasta do seu trabalho.

Sobre a autogestão no empresariamento de si mesmo, outro entrevistado (Artista 6, 14/4/2015) destaca pontos negativos e também positivos. Nos pontos negativos, o músico enfatiza que acaba fazendo trabalho que não quer fazer. Hoje, ele é responsável por ligar para os SESC's para vender *shows*, e fazer “toda a burocracia de falar com os contratantes”, pela divulgação na internet e uma “infinitude de coisas” que ocupam um tempo considerável do seu dia em que ele preferia estar compondo e/ou tocando. Do ponto de vista positivo, o músico reconhece que, trabalhando de forma autogestionada, ou seja, independente de gravadoras, sendo responsável por todo o processo de produção, ele acaba fazendo as coisas “mais do seu jeito”, de forma que o resultado final é mais “sincero”.

Como o empreendedor não é um ator que age de maneira isolada (ele é, antes de tudo, um articulador com capacidade de unir e conectar diferentes atores e recursos dispersos no mercado e na sociedade, agregando valor à atividade produtiva), outro aspecto fundamental relacionado à atuação do artista empreendedor se refere à importância de se estabelecer contatos, parcerias e amizades, processo que acaba sendo determinante para viabilização dos trabalhos musicais.

A disponibilidade e o empenho que o artista tem em “fazer amigos” é algo necessário e derivado do novo papel do artista enquanto divulgador e articulador do seu trabalho no mercado. Mercado este que, não dispondo do aporte das grandes gravadoras, solicita cada vez mais a interconexão e colaboração entre agentes como forma de viabilizar-se (GALLETA, 2013 apud CERQUEIRA, 2015, p. 16).

Além disso, a polivalência é o grande destaque no perfil dos músicos entrevistados. Um deles destaca que está fazendo vários trabalhos de uma vez só porque, para além do prazer estético, ele precisa sobreviver, “porque é preciso ganhar dinheiro em várias coisas pra poder dar certo”. A multiatividade no campo musical é explicitada quando o músico destaca que se dependesse apenas do dinheiro do seu disco, ele não viveria de música: “E essa é a parte menos glamorosa da história” (Artista 7, 30/4/2015).

Nesse sentido, uma das artistas deixa evidente em sua fala a multiplicidade de atividades que realiza para viver de música. Ela afirma que, como não está em

um momento fácil porque como não lançou seu segundo disco, tem feito poucos *shows* e produzido muitos *jingles*: “fiz pro Bradesco, fiz pra Coca-Cola e fiz pras Olimpíadas. Na verdade, eu fiquei no Bradesco fazendo *jingles* durante sei lá, seis meses, um ano”. Na avaliação sobre suas atividades, a entrevistada explica que é de uma geração que “nasceu sabendo que o negócio era difícil”. Na sua fala há uma ciência do acúmulo de atividades, no sentido de arte e produção, sem que tenha uma avaliação negativa dessa condição. A ideia de empreendedorismo é exaltada em vários momentos. A artista conta que em sua trajetória a experiência no “lado *business*” da música vem do seu “currículo em gravadoras”. “E então eu acho que o artista que não tem isso, que não consegue pensar o próprio lado *business*, eu acho difícil conseguir construir a própria carreira”, afirma (Artista 14, 13/4/2015).

No mesmo sentido, outro entrevistado enfatiza que não se pode “ser artista como antigamente”. “Que é aquele artista romântico, né? Que só faz música... Hoje a gente inclusive faz música...”. Nesse contexto, o músico ressalta que, muitas vezes, é “chato” emitir nota fiscal, por exemplo, ficar preocupado com logística, ligar para as casas de *shows* para “articular as coisas” (Artista 2, 14/4/2015). No entanto, essas funções “administrativas” são cada vez mais importantes. A intensificação do trabalho do músico nas esferas de produção e gerenciamento estratégico de suas carreiras fica evidente em várias passagens das falas dos artistas entrevistados por essas pesquisas. Abaixo os destaques para alguns trechos.

Penso no meu trabalho 24 horas e às vezes acho pouco e sonho com ele! Trabalho como compositor, autor, arranjador, músico de apoio, músico de estúdio, de montar bandas paralelas, empreender no trabalho autoral, alguns de técnico de gravação, direção musical, trilhas sonora para cinema, teatro, dança etc. Faz parte deste mercado de trabalho... Temos que nos ocupar todos os dias e estar sempre produzindo (Artista 15, 6/9/2014).

Não tem como você viver só de uma banda, embora como a gente é uma banda de certa forma jovem, mas que conquistou muita coisa bacana, então todo mundo prioriza, mas todo mundo tem outros trabalhos [...] A gente entende que é muito importante essa autoprodução. A gente é uma das bandas que se auto-produz, inclusive em eventos. A gente faz nossas festas [...] Então a gente sempre tá correndo atrás de projetos, de fazer esses eventos... Nós somos 15 pessoas. Imagina 15 passagens de ida e volta... E eu sou um defensor de que o músico, o artista em geral na verdade, ele hoje em dia é um empreendedor, né? Ele é um microempreendedor [...] Então eu sou um cara que acredito muito nisso (Artista 16, 12/11/2014).

Eu vivo exclusivamente de música, mas rola um polivalência aí na parada, né? Na verdade, quanto mais independente, mais coisas você precisa fazer. Eu trabalho como músico que acompanha. Eu acompanho outros artistas, além do Leandro (Emicida). Produzo algumas coisas: trilhas ou outros artistas. Esse ano vou produzir dois artistas. Trilha pra dança, pra filme, pra teatro. Então é isso, assim, tem uma polivalência. Eu acho que você precisa ser muito inteligente, sagaz. Esse

cenário, ele não permite que você fique passivo, sabe? Você tem realmente agilizar as coisas e tal. Enfim, comigo tá tudo bem. Eu acho que tem momentos que cansa, obviamente, que eu preferia sei lá, só tocar mesmo. Mas feliz ou infelizmente necessita dessa disposição de você se unir às pessoas pra que coisas aconteçam. Eu acho que é isso. Eu produzo a mim mesma. Eu tenho parceiros, mas sou a maior investidora de mim mesma (Artista 17, 12/2/2016).

Quando perguntados sobre expectativas financeiras e realidades de remuneração no empreendedorismo cultural independente, alguns artistas destacam a falta de remuneração mais justa e/ou estável dos seus trabalhos. Nesse sentido, um músico (Artista 6, 14/4/2015) afirma que “na música independente o negócio fica do nosso jeito, mas a gente vive pobre”. Outros artistas exaltam a maneira “modesta” que vivem as suas vidas, destacando outros tipos de remunerações, que não monetárias.

Finalmente, é preciso destacar que a produção de si mesmo, frequentemente, vem em forma de informalidade que marca profundamente a atividade musical enquanto profissão. Dos 22 artistas entrevistados, apenas seis estão instituídos como MEI, segundo a legislação vigente. A resposta à reestruturação produtiva por meio dos processos de terceirização, flexibilização e subcontratação nem sempre se deu nos moldes formais. Nesse contexto, o surgimento de pequenas e médias produções musicais – entre as quais se inclui, com cada vez mais destaque, a autoprodução – não assume, na maior parte dos casos, o arranjo de empresa formalmente constituída⁸.

4 MIGRAÇÕES ARTÍSTICAS

Todos os artistas foram perguntados sobre a importância/preferência da cidade em que se encontram para a visibilidade artística e possibilidade de trabalho na área. A predominância dos artistas em São Paulo indica muitas questões mercadológicas ligadas ao músico empreendedor.

Os músicos que estão em São Paulo afirmam, de uma forma geral, a importância da cidade em termos de visibilidade artística e possibilidade de trabalho na área musical. Eles destacam o aspecto mercadológico da cidade e sua estrutura de casas de *shows*, sobretudo dos SESC's e de sua consequente possibilidade de pagamento de cachês para que o seu trabalho seja remunerado e possa existir.

⁸ Por outro lado, destaca-se também o fenômeno da pejotização enquanto nova forma de precarização do artista-trabalhador formalizado como pessoa jurídica. A denominação pejotização tem sido utilizada pela jurisprudência para se referir à contratação de serviços pessoais, exercidos por pessoas físicas, de modo subordinado, não eventual e oneroso, realizada por meio de pessoa jurídica constituída especialmente para esse fim, na tentativa de disfarçar eventuais relações de emprego que evidentemente seriam existentes, fomentando a ilegalidade e burlando direitos.

São Paulo, mesmo que tenha pouco, ainda é lugar que tem mais mercado musical. Então, assim, no Rio, por exemplo, não tem SESC. Acho que o único lugar que paga cachê no Rio é Oi Futuro, Banco do Brasil talvez. Para o músico independente é ruim isso né? Aqui em São Paulo ainda tem SESC, tem certos lugares onde dá pra você conseguir cachê, dinheiro né? E fazer o trabalho andar... (Artista 6, 14/4/2015)

Os músicos exaltam que na capital paulistana tem gente do Brasil inteiro fazendo arte, constituindo, portanto, um ambiente propício para trocas musicais e de mercado, de modo que estar em São Paulo é, sobretudo, uma estratégia de trabalho. Do ponto de vista do mercado da música, os artistas destacam a possibilidade de se movimentar mercadologicamente e ter sustentabilidade econômica. Uma das artistas esclarece, ainda, que São Paulo não é um paraíso, “não é que você ganhe fortunas... Não, não é nada disso. Mas você consegue se mover, sabe?” (Artista 8, 13/03/2015). Além do “muita coisa acontecendo o tempo todo”, existe uma importante dimensão da cidade de São Paulo: a capacidade de ser uma “formadora de opinião”, uma vez que os jornalistas, os rádios e as TVs estão predominantemente nessa cidade. Ou seja, o poder de divulgação da cidade emerge no desenvolvimento comercial de uma carreira musical considerada independente.

Para os artistas que estabelecem residência em Recife, muitos deles afirmam que passam temporadas em São Paulo e que lá vão sempre que possível, em função do trabalho. Uma artista afirma que o que mais gosta em Recife é a “riqueza subjetiva e matéria prima de criação”. Por outro lado, ela afirma as dificuldades de “caminhar de música” na cidade. Mesmo tendo muitas pessoas amigas em jornais e rádios, formação na área e três discos na praça, ela conta que não consegue circular no entorno do Estado de Pernambuco, e aponta o caráter provinciano que faz com que o nordestino tenha que, duas vezes no ano, arrumar as malas e fazer uma turnê RJ – SP, ao invés de fazer um *show* em Caruaru, João Pessoa, Campina Grande, Natal, Salvador, Fortaleza. A artista afirma que essas dificuldades muitas vezes a desanima, mas outras vezes a impulsiona a trabalhar esses gargalos (Artista 9, 25/2/2016).

Outro músico que está em Recife afirma que a cidade é cheia de música, com uma população musical, no sentido de produzir muita música o tempo todo. Com isso, a cidade acaba oferecendo muito produto musical, mas não absorve essa quantidade: “a oferta é muito grande e a demanda tende a ficar bem baixa”, explica. Essa não absorção de demanda está ligada a falta de espaços de apresentação, o que dificulta “viver de música” sem que seja possível “fazer bilheteria”. O músico afirma que, por isso, é “um tiro no escuro” se dedicar à música em Recife, restando o ciclo de festas financiadas pelo Estado ou aprovar um edital no *Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (FUNCULTURA)*, o que tem se tornado mais difícil a cada ano, uma vez que as verbas têm diminuído. Por tudo isso, o músico entende que o fluxo migratório de artistas do nordeste para o sudeste, especialmente São Paulo, ainda é uma realidade. “Quem não mora em São Paulo pelo menos vai constantemente” (Artista 18, 26/2/2016).

Outro músico também morador de Recife, por sua vez, afirma que passou muito tempo reclamando da cidade, frustrado com a dinâmica, “porque ninguém chamava a gente pra tocar, por exemplo”. Ele entende, entretanto, que é preciso inventar os lugares. Nesse sentido, “a cidade, na verdade, ela não existe ainda. A cidade está sempre por vir. É uma potência. A cidade tem muito a oferecer”. O músico afirma, então, que começou a pensar no que poderia fazer, no que ele poderia inventar para multiplicar ou potencializar a sua experiência na cidade. Nesse sentido, ele defende que os músicos precisam, por exemplo, fazer *shows* na rua em uma “suficiência intensiva”, radicalizando a questão do “pague o quanto puder”, organizar concursos, festivais etc., no intuito de sair um pouco dos esquemas que já estão consolidados na indústria cultural. Quanto ao êxodo artístico, o músico afirma que é algo histórico, mas sonha com o dia em que não seja preciso um êxodo para outro centro econômico, um dia no qual Recife possa oferecer oportunidades adequadas (Artista 19, 4/3/2016).

Diante das narrativas dos artistas entrevistados, muitos fatores podem ser citados para informar as especificidades regionais e suas contextualizações para o trabalho musical independente. Essas especificidades, por sua vez, não indicam uma oposição, mas muitas vezes uma relação de complementaridade, sobretudo quando observados os trânsitos artísticos migratórios. Enquanto Recife está caracterizada pela dependência aos investimentos municipais e estaduais diretos (os quais diminuem a cada ano e se concentram no ciclo de festas), São Paulo se destaca pela predominância dos investimentos federais na forma de Mecenate. Além disso, em São Paulo, as especificidades da cena paulistana contribuem para a relativa proeminência deste polo musical no cenário nacional. Destaca-se uma maior consistência do mercado musical independente, em comparação com outras capitais brasileiras, no que se refere ao tipo de mercado voltado para as produções mais segmentadas e de nichos.

Isso pode ser explicado por diversos fatores que contribuem para a geração de renda do artista independentes. Na fala dos artistas entrevistados podem-se resumir os seguintes fatores: a) significativo circuito de casas noturnas e espaços de *shows* voltados a públicos segmentados interessados nas propostas de músicos independentes; b) um conjunto importante de equipamentos e instituições culturais, entre os quais destaca-se o SESC; c) canais tradicionais de mídias sediados na cidade, com espaços e programas voltados à cobertura especializada desta cena, como jornais, revistas e programas de rádio e TV; e d) concentração em uma região territorial específica da cidade de bares, casas noturnas, estúdios, gravadoras, lojas de instrumentos, residência de artistas, jornalistas e produtores culturais. Todos esses fatores concorrem para a afirmação de oportunidades especialmente privilegiadas em São Paulo, no que se refere ao desenvolvimento, sustentabilidade e repercussão de trabalhos musicais independentes, o que contribui para a cena estética e cultural diversificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada é possível concluir algumas premissas gerais. A primeira delas é que a atividade musical independente, apesar de apresentar particularidades analíticas, constitui um âmbito privilegiado para abordar os processos de reestruturações produtivas do capital e as configurações do trabalho artístico. A ideia de independência na música é fortemente ligada ao desenvolvimento dos processos produtivos e distributivos e as tecnologias da informação e da comunicação. Esses processos não são uma novidade. A historicidade da indústria fonográfica brasileira aponta os marcos do caminho que nas últimas décadas trouxe à tona o perfil de músico-mediador entre arte e técnica. São fortalecidas e diversificadas as cenas autônomas dos mais variados estilos musicais⁹.

Noções como sujeito criativo, autonomia e independência se reconceitualizam sob a lógica do livre mercado, em um cenário construído por paródias em que a liberdade do indivíduo opera novos modelos de dominação e exploração. O significado dessas configurações e suas ambiguidades podem ser observadas pelo cotidiano de trabalho dos artistas-quase-firmas que realizam e acumulam os segmentos básicos de criação, difusão e organização. Em meio à corrida de editais e patrocínios, o artista é chamado a comportar-se como empresário da sua própria carreira, um *portfólio worker*.

As especificidades desse tipo de atividade, frequentemente relacionadas a termos como criatividade e autonomia, se traduzem em múltiplas facetas de precarização, tendo em vista o seu caráter de protótipo de insegurança, incerteza, flexibilidade, informalidade, heterogeneidade e polivalência no mercado de trabalho. Nesse contexto e diante das narrativas dos músicos entrevistados, falas de autolouvor e de valorização se misturam ao reconhecimento das consequências de processos estruturais. Constata-se que, muitas vezes, os artistas se sentem “diferenciados” de outros trabalhadores, mesmo afirmando condições de precariedade, enquanto produto de um contexto contraditório.

Nos relatos dos músicos é possível identificar tanto as seduções da independência no mercado de trabalho não tradicional (valorização da autonomia, da responsabilidade, da criatividade), quanto as ameaças da efemeridade dessa ati-

⁹ Na esteira do mercado e da economia fonográfica, duas grandes fases do movimento de reorganização da indústria da música brasileira, convivem ainda hoje. A primeira, entre 1980 e 1990, realiza a terceirização produtiva. Os músicos passam a atuar de forma autônoma em relação à produção, especificamente. Sob sua responsabilidade está a minimização dos riscos e custos assumidos pelas grandes gravadoras, assim como o papel de descobrir “talentos”. Intensificam-se os contratos apenas de distribuição com as majors, consolidando relações de complementariedade. A partir dos anos 2000 a mesma tecnologia que assegura a reorganização da produção traz a dificuldade de controle das grandes gravadoras na concentração da distribuição. Acentua-se um tipo de independência e/ou autonomia de toda a cadeia produtiva da música assente no tripé produção – distribuição – consumo/promoção.

vidade (banalização remuneratória e respectivos riscos), em um ambiente de grande fragmentação do trabalho, variabilidade e especialização crescente das competências exigidas. Por um lado, a atividade artística assenta-se no alto grau de envolvimento dos meios pessoais (esforço, energia, conhecimento) e coletivos (equipamentos, financiamentos, trocas entre pares). Por outro lado, os meios de criatividade não podem ser mobilizados a não ser ao preço de uma intensidade do esforço e motivação.

Nesse contexto, a noção de empreendedorismo não deteriora a hegemonia do capital na produção e circulação cultural, senão a revitaliza, sob a aparência de se manter longe dela. A apelação para as noções de autonomia, flexibilidade e liberdade no capitalismo atual se aloja de forma central nas indústrias cultural e/ou criativas, as quais assistem um avanço do capital sobre o trabalho de forma sofisticada e sem precedentes. O caráter laboral dessas atividades se dilui simbolicamente atrás de noções de rede colaborativa e horizontal. Diante disso, a constituição do trabalhador da cultura como empreendedor faz parte da invisibilização do conflito entre capital e trabalho, cujo caráter laboral se dilui simbolicamente, constituindo o artista independente um precário por excelência.

O perfil empreendedor nas atividades artísticas também informam importantes aspectos da regionalização da produção considerada independente hoje. Diante das narrativas dos artistas entrevistados, muitos fatores podem ser citados para informar as especificidades regionais. Essas especificidades, por sua vez, não indicam uma oposição, mas muitas vezes uma relação de complementaridade, sobretudo quando observados os trânsitos artísticos migratórios ainda hoje presentes.

Os artistas independentes dependem de muitas coisas, entre elas, dependem dos outros independentes. Dependem, por exemplo, dos organizadores de festivais independentes, dependem da internet, dependem dos meios tradicionais de comunicação, dependem dos donos de pequenos e médios estúdios, dependem de editais públicos de incentivo à cultura, de sites de financiamento coletivo, de jornalistas e formadores de opinião, curadores e programadores de casas de *shows*, dependem, em última instância, de um conceito útil às políticas públicas, capazes de especificar o mercado cultural, descentralizando/priorizando os recursos disponíveis e promovendo a diversidade estética e também ideológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHINA. Fora do eixo e longe de mim. **Blog pessoal do músico**, 04 nov. 2012. Disponível em <<https://goo.gl/L3dqG>>. Acesso em 13 nov. 2012.

CERQUEIRA, Amanda P. Coutinho. Músicos independentes: um conceito em discussão na cena da música brasileira. **Is Working Papers**, 3. série, n. 5, Porto, dez. 2015. Disponível em: <http://isociologia.up.pt/sites/default/files/working-papers/wp5_151217100612.pdf>.

COUTINHO, Amanda. Dentro do Eixo: que perguntas fazer? **Carta Maior**: O portal da esquerda. [recurso *online*] 28 ago. 2013. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cultura/Dentro-do-Eixo-que-perguntas-fazer-/39/28489>>.

IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais, 2007-2010**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/3I18LY>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

LIMEIRA, Tania Maria Vidigal. Empreendedor Cultural: Perfil e Formação Profissional. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 4., 208, Salvador. **Anais...** UFBA: Salvador, 2008. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14310.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2016.

MARCONDES, Lula. Realidade do maracatu rural para além do marketing cultural. **Revista Outros Críticos**, 9/3/2015. Disponível em: <<https://goo.gl/U9CVDn>>. Acesso em: 21 out. 2016.

MIRANDA, Priscila. Insatisfeitos com atraso de cachês, artistas criam polêmica no carnaval. **G1 PE**, [recurso *online*], 10 jan. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/carnaval/2013/noticia/2013/01/insatisfeitos-com-atraso-de-caches-artistas-criam-polemica-no-carnaval.html>>.

ITAÚ CULTURAL, Centro de Memória, Documentação e Referência. **Mapeamentos dos cursos de gestão e produção cultural no Brasil: 1995-2005**. Itau Cultural, 2016 Disponível em <<https://goo.gl/j29Pmv>>. Acesso em: 6 nov. 2016.

SÃO PAULO (Cidade). Contratações da Virada Cultural 2016. **Portal da transparência**. Disponível em: <<https://goo.gl/Dxs5Yk>>. Acesso em: 21 out. 2016.

SALAZAR, Leonardo. **Música LTDA: o negócio da música para empreendedores**. Recife: Sebrae-PE, 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO PERNAMBUCO (TCE). Primeira Câmara do TCE julga irregular Auditoria feita na Fundarpe. Pernambuco, 2011. Disponível em: <<https://tce-pe.jusbrasil.com.br/noticias/2816736/primeira-camara-do-tce-julga-irregular-auditoria-feita-na-fundarpe>>.

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA ENTRE HOMENS E MULHERES BOLIVIANAS NO MERCADO DE TRABALHO DOS ESTADOS DO MATO GROSSO DO SUL E DE SÃO PAULO¹

Elaine Meire Vilela

Cláudia Lima Ayer de Noronha²

RESUMO

Realizamos uma análise comparativa da situação socioeconômica de imigrantes bolivianos e bolivianas inseridos no mercado de trabalho dos Estados do Mato Grosso Sul e de São Paulo com intuito de investigar a existência de desigualdade e discriminação salarial entre esses estrangeiros e, caso exista, se o gênero é um fator de explicação de tais diferenças. Usamos abordagem quantitativa, por meio da aplicação de modelos estatísticos a uma amostra de dados do censo demográfico de 2010 composta por trabalhadores bolivianos e bolivianas. Quanto aos modelos de análise, são estimados um modelo de regressão linear múltipla, para avaliação do efeito do gênero para a determinação dos salários dos imigrantes e, em seguida, um modelo de Oaxaca-Blinder, para identificação do peso da discriminação por sexo, entre os indivíduos de origem boliviana, existente nos mercados de trabalho analisados. Os resultados indicam que o sexo desses estrangeiro(a)s não se apresenta como uma variável estatisticamente significativa para explicar os diferenciais de salários no mercado de trabalho de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Tal achado sugere que, talvez, por esses trabalhadores estarem em nichos econômicos, ou economia étnica, eles são isentos de alguns problemas (entre eles, as desigualdades de gênero) que envolvem o mercado aberto na sociedade hospedeira.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Desigualdade social; Migração internacional; Gênero, Estratificação social.

¹ Trabalho submetido em 16/01/17 e aprovado em 27/02/18. Para citar este artigo: VILELA, E. M.; NORONHA, C. L. A. de. Uma análise comparativa da situação socioeconômica entre homens e mulheres bolivianas no mercado de trabalho dos estados do Mato Grosso do Sul e de São Paulo. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v.33, n. 1, p. 101-128, jan./jul., 2018. Disponível em: < <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em: dia mês, ano.

² Autora 1: Professora Associada da UFMG e pesquisadora do CPEQS. E-mail: elainevilela@fafich.ufmg.br. Autora 2: Doutoranda do Departamento de Sociologia da UFMG e pesquisadora do CPEQS. E-mail: claudiaayer@gmail.com

A COMPARATIVE ANALYSIS OF THE SOCIOECONOMIC SITUATION AMONG BOLIVIAN MEN AND WOMEN IN THE LABOR MARKET OF THE STATES OF MATO GROSSO DO SUL AND SÃO PAULO

ABSTRACT

We carried out a comparative analysis of the socioeconomic situation of immigrant Bolivian men and women in the labor market of the states of Mato Grosso do Sul and São Paulo, Brasil, in order to investigate the existence of wage inequality and discrimination amongst these foreigners and, if there is, whether the gender is a factor in such differences. We used a quantitative approach by applying statistical models to a sample of data from the 2010 demographic census of working Bolivian men and women. Regarding the analysis models, a multiple linear regression model was used to evaluate the effect of gender in the determination of immigrant salaries, followed by a model from Oaxaca-Blinder, to identify the weight of discrimination by gender, amongst the individuals of Bolivian origin present in the analyzed labor markets. The results indicate that the gender of these foreigners does not present itself as a statistically significant variable to explain wage differences in the labor market of the states of São Paulo and Mato Grosso do Sul. This finding suggests that, perhaps, because these workers are limited to economic niches, or within a so-called 'ethnic economy', they are exempt from some problems (among them gender inequalities) that involve the open market in the host society.

Keywords: *Labor market, Social inequality, International migration, Gender, Social stratification.*

UN ANÁLISIS COMPARATIVO DE LA SITUACIÓN SOCIOECONÓMICA ENTRE HOMBRES Y MUJERES BOLIVIANAS EN EL MERCADO DE TRABAJO DE LOS ESTADOS DE MATO GROSSO DO SUR Y DE SÃO PAULO

RESUMEN

Realizamos un análisis comparativo de la situación socioeconómica de inmigrantes boliviano(a)s insertados en el mercado de trabajo de los estados de Mato Grosso do Sul y de São Paulo, en Brasil, con el fin de investigar la existencia de desigualdad y

discriminación salarial entre estos extranjeros y, si existe, determinar si el género es un factor de explicación de tales diferencias. Usamos un abordaje cuantitativo, a través de la aplicación de modelos estadísticos a una muestra de datos del censo demográfico de 2010 compuesta por trabajadores boliviano(a)s. En relación a los modelos de análisis, se usaron un modelo de regresión lineal múltiple, para evaluar el efecto del género en la determinación de los salarios de los inmigrantes y, a continuación, un modelo de Oaxaca-Blinder, para identificar el peso de la discriminación por sexo entre los individuos de origen boliviano existentes en los mercados de trabajo analizados. Los resultados indican que el sexo de estos extranjeros no se presenta como una variable estadísticamente significativa para explicar los diferenciales de salarios en el mercado de trabajo de São Paulo y Mato Grosso do Sul. Este resultado sugiere que tal vez por razón de que estos trabajadores están en nichos económicos, o en la llamada 'economía étnica', estén exentos de algunos problemas (entre ellos las desigualdades de género) que envuelven el mercado abierto en la sociedad anfitriona.

Palabras clave: Mercado de trabajo, Desigualdad social, Migración internacional, Género, Estratificación social.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo central realizar uma análise comparativa da situação socioeconômica de imigrantes bolivianos e bolivianas inseridos no mercado de trabalho dos estados do Mato Grosso do Sul e de São Paulo. Caso seja verificada a existência de diferenças entre esses estrangeiro(a)s no mercado de trabalho, pretende-se investigar se o gênero é um fator de explicação de tais desigualdades.

No contexto dos fluxos migratórios internacionais recentes, principalmente desde 2000, o Brasil caracteriza-se como país de atração de estrangeiros, sendo os bolivianos o grupo de imigrantes com um dos maiores volumes de entrada de pessoas (SILVA; CASTRO, 2017; UEBEL; RUCKERT, 2017). Analisando os dados do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE)³, entre 2000 a 2016, verificamos que a Bolívia é o país com o maior fluxo de imigrantes que entra no Brasil até 2014, quando perde para os haitianos e colombianos. Ainda verifica que esse grupo, em 2005, corresponde à 46,92% do total de estrangeiros que entraram no país. Em relação aos dados de estoque de imigrantes no Brasil, os bolivianos também têm destaque, sendo um dos grupos com maior número de residentes no país, acompanhado de outros grupos de latino-americanos como paraguaios, argentinos, uruguaios e chilenos (SALA et al., 2008; SALA; CARVALHO, 2008; BAENINGER, 2012; UEBEL; RUCKERT, 2017).

3 Apesar dos dados do SINCRE não serem foco da discussão realizada nesse artigo, apresentamos alguns resultados deste banco de dados, na medida em que temos acesso a essas informações e acreditamos que essas contribuem para a compreensão do contexto de imigração no Brasil.

No que diz respeito ao local de destino dos bolivianos, há grande concentração desses estrangeiros nos estados de São Paulo, sobretudo na capital paulista, em Guarulhos, Carapicuíba e no estado de Mato Grosso do Sul, na cidade de Corumbá (SOUCHAUD, 2010; BAENINGER, 2012; BERNARDES et al., 2016; DA COSTA, 2017). Em São Paulo, os bolivianos, atualmente, representam o maior grupo de imigrantes recentes vivendo na cidade (CYMBALISTA; XAVIER, 2007; SOUCHAUD, 2010; XAVIER, 2012). Dessa forma, o foco de análise em São Paulo e Mato Grosso do Sul torna-se bastante relevante em razão da concentração de bolivianos e bolivianas nessas regiões.

Nesse contexto, os estudos já desenvolvidos sobre a situação dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro evidenciam que os bolivianos estão em piores situações no mercado local e, em São Paulo, são os trabalhadores com maior intensidade de discriminação identificada, comparados aos outros imigrantes latino-americanos residentes no país, (SILVA, 2006; CYMBALISTA; XAVIER, 2007; BAENINGER, 2012; VILELA et al., 2015). Verificada a situação de desvantagem dos bolivianos comparados aos demais latino-americanos, surge a proposta de pesquisa para este artigo. Pretende-se realizar uma análise comparativa entre imigrantes bolivianos e bolivianas inseridos no mercado de trabalho dos estados do Mato Grosso Sul e de São Paulo, com intuito de investigar se existem desigualdades de gênero.

A ênfase na questão de gênero⁴, em estudos sobre a inserção dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho de destino, torna-se importante por diversos motivos, dentre os quais podemos citar: a) a evidência de aumento na participação das mulheres nos movimentos migratórios internacionais (SASSEN, 2011; ZAVALA; MORALES, 2011; PERES, 2012; PERES; BAENINGER, 2017), o que suscita diversas questões sobre o tema; b) o crescimento da inserção dessas imigrantes no mercado de trabalho (ZAVALA; MORALES, 2011), acarretando indagações sobre a situação das mesmas no mercado hospedeiro; e, principalmente, pela escassez de estudos sobre as mulheres imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro (PERES, 2009; 2012), principalmente comparados com aqueles referentes aos seus coétnicos homens.

Estudos tradicionais sobre estratificação social evidenciam que, dentre as características individuais dos trabalhadores, o sexo é um fator de suma importância para entendimento da condição do indivíduo no mercado de trabalho. Em geral, essas pesquisas indicam que mulheres se encontram em piores situações econômicas comparadas aos homens (GIUBERTI; MENEZES-FILHO, 2005; RIBEIRO, 2007; SANTOS, 2009).

Já no que se refere, especificamente, à análise no mercado de trabalho de imigrantes mulheres no âmbito internacional, temática ainda pouco discutida no nosso país, algumas pesquisas demonstram que as mulheres estrangeiras tendem

⁴ Considerando aqui o conceito de gênero como as construções social, cultural e/ou psicológica que se impõem sobre as diferenças biológicas entre macho e fêmea (PISCITELLI, 1997).

a se inserir em empregos na economia informal, assumindo ocupações no setor de “cuidados” (empregadas domésticas, babás e cuidados com idosos), e um número menor se insere nos setores de serviço, da indústria e da agricultura (ROBERT, 2011; SASSEN, 2011). Há, também, evidências por parte da literatura de que as mulheres imigrantes se enveredam no mundo dos negócios tornando-se empresárias (ZAVALA; MORALES, 2011).

É recente essa incorporação das relações de gênero nos estudos de imigração, sendo os estudos feministas desenvolvidos ao longo das décadas de 1980 e 1990 fundamentais para esse avanço teórico-metodológico (PERES, 2012). No caso do Brasil, até onde é do nosso conhecimento, são poucos os estudos que buscam analisar a situação das mulheres imigrantes internacionais no mercado de trabalho e trazem um enfoque comparativo dos diferenciais existentes entre homens e mulheres de origem boliviana (PERES, 2009; 2012). Além disto, aqueles que discutem o tema focam na situação ocupacional, mas a nível local, além disto, eles não analisam as diferenças quanto ao rendimento salarial (PERES, 2009; 2012; SOUCHAUD, 2012).

A partir desse cenário, pretende-se investigar se há desigualdade e discriminação entre trabalhadores homens e mulheres de origem boliviana no mercado de trabalho nos estados do Mato Grosso Sul e de São Paulo no que diz respeito ao rendimento salarial. Caso seja verificada a existência de desigualdade e discriminação, tem-se como objetivo identificar o quanto o gênero é um fator de explicação dessa situação e se há diferenças no contexto dos mercados de trabalho do Mato Grosso do Sul e de São Paulo. Para tanto, utilizamos uma abordagem quantitativa, por meio da aplicação de modelos estatísticos a uma amostra de dados do censo demográfico de 2010, composta por trabalhadores bolivianos e bolivianas.

Baseadas nessa questão central, dividimos o artigo em cinco seções, das quais a primeira compreende esta introdução do texto. Na segunda seção, é realizada a revisão da literatura recente sobre imigração boliviana e a inserção socioeconômica desses imigrantes no Brasil, seguida da apresentação dos dados e dos modelos analíticos utilizados. Na quarta seção são apresentados os resultados e, por fim, discutidos os principais achados e as questões para estudos futuros na seção de considerações finais.

1.1 REVISÃO DA LITERATURA RECENTE ACERCA DA MIGRAÇÃO E INSERÇÃO ECONÔMICA DE BOLIVIANOS NO BRASIL

No cenário recente das migrações internacionais, o Brasil apresentou dois principais padrões no fluxo de entrada de imigrantes, sendo na segunda metade do século XX, um país com poucos níveis de entrada de estrangeiros. A partir da década de 80, o Brasil apresenta crescimento no número de entrada de estrangeiros, sendo o século XXI marcado pelo aumento na entrada de coreanos, chineses,

bolivianos, paraguaios, chilenos, peruanos, africanos precedentes de diferentes países e, principalmente, haitianos. Dentre os fluxos de imigrantes recebidos pelo Brasil, os pesquisadores indicam que os bolivianos são um dos grupos com maiores volumes de entrada de estrangeiros e de imigrantes residentes no país (SALA et al., 2008; PATARRA; FERNANDES, 2011; BERNARDES et al., 2016; SILVA; CASTRO, 2017; UEBEL; RUCKERT, 2017).

Vários fatores estimulam a emigração dos bolivianos para o Brasil, sendo os principais aspectos a estrutura econômica frágil existente no país, que resulta em altos níveis de pobreza, além da instabilidade política (PATARRA e FERNANDES, 2011). Esses estrangeiros entram, sobretudo, pelo Mato Grosso do Sul, conforme indicado pela Figura 1 abaixo, e tem o estado de São Paulo como principal local de residência (Figura 2), além de áreas de fronteira como Mato Grosso do Sul e Rondônia.

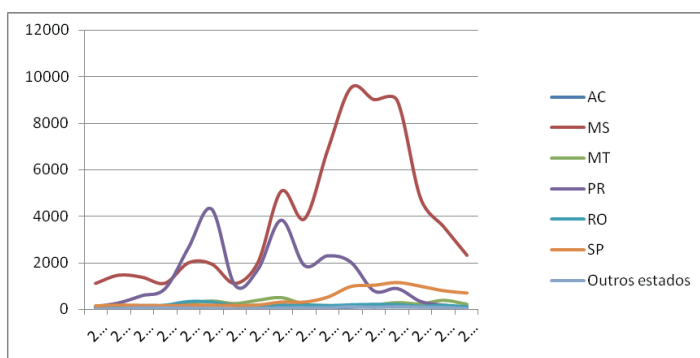


Figura 1 – Estado de entrada de bolivianos e bolivianas no Brasil no período de 2000 à 2016.

Fonte: dados do SINCRE, cedidos pelo OBMigra/MTE.
Dados trabalhados pelas autoras.

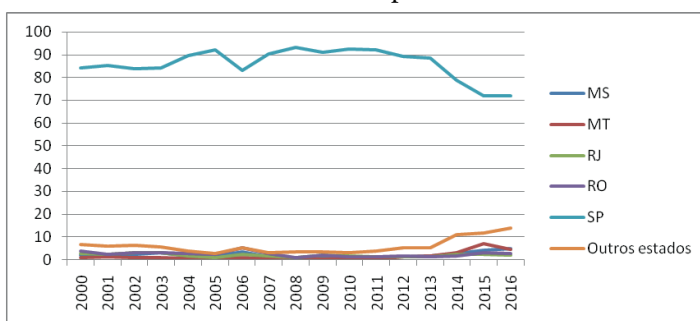


Gráfico 2 – Estado de residência de bolivianos e bolivianas no Brasil no período de 2000 à 2016.

Fonte: dados do SINCRE, cedidos pelo OBMigra/MTE.
Dados trabalhados pelas autoras.

Entretanto, a literatura indica que essas duas regiões, São Paulo e Mato Grosso do Sul, apresentam características que diferenciam fortemente esses dois mercados de destino desse grupo de imigrantes (FUSCO; SOUCHAUD, 2010; SOUCHAUD, 2010). Os estudos demonstram que não há relação entre a imigração de fronteira, que ocorre no Mato Grosso do Sul, e a metrópole paulista. Isto é, a região de fronteira não é considerada uma etapa na trajetória migratória com destino final em São Paulo (PERES, 2012).

A imigração observada na fronteira aparece ligada à dinâmica de redistribuição da população interna na Bolívia, sendo o estado do Mato Grosso do Sul, sobretudo a cidade de Corumbá, o destino final de uma migração interna historicamente presente no país andino. Nesse contexto, há estudos que indicam que a inserção ocupacional dos bolivianos em Corumbá é muito marcada por diferenciais existentes entre homens e mulheres, relação conservada dos lugares de origem, referentes à tradicional divisão sexual do trabalho (PERES, 2012).

Já no que diz respeito à imigração boliviana no estado de São Paulo, lugar de maior concentração desse grupo no Brasil, verifica-se início do fluxo por volta de 1950, quando, em função de um programa de intercâmbio cultural entre Brasil e Bolívia, alguns estudantes vieram ao país em busca de qualificação acadêmica não disponível no país de origem (SILVA, 2006). No entanto, a partir da década de 1970, passa a mudar o perfil do imigrante boliviano e observa-se a entrada de trabalhadores de baixa qualificação inseridos em ocupações precárias em oficinas de costura na indústria de vestuário. Em meados de 1990 até recentemente, esse fluxo de trabalhadores se consolidara, sobretudo, em função da vigência do novo plano econômico brasileiro (em 1994), apresentando imigrantes em sua maioria jovens, com baixa qualificação e variação de gênero equilibrada entre homens e mulheres (CYMBALISTA; XAVIER, 2007).

Além disso, a literatura sobre boliviano(a)s no território brasileiro evidencia que esses imigrantes são um dos grupos que apresenta as mais altas taxas de representatividade feminina (PERES, 2012; PERES; BAENINGER, 2017). As taxas foram crescendo ao longo das décadas, no caso de São Paulo. Elas passaram de uma proporção de 26% em 1992 para 44% em 2007 (CYMBALISTA; XAVIER, 2007). Em Mato Grosso do Sul essas porcentagens já giravam em torno de 48% nos anos de 1960 (PERES, 2012). Nesse caso, conjecturamos achar um percentual bem semelhante de bolivianos e bolivianas nos territórios analisados.

No que diz respeito à situação ocupacional no mercado de trabalho, os estudos demonstram que, no caso do estado de São Paulo, principalmente em sua Região Metropolitana, há uma concentração majoritária tanto de bolivianas quanto de bolivianos como costureiros, mas também como oficineiros no ramo de confecções de médio e pequeno porte (SOUCHAUD, 2012). Esse quadro se altera quando as pesquisas focam em Mato Grosso do Sul, particularmente em Corumbá. Há uma separação forte de gênero quanto à situação ocupacional desses imigrantes no caso dessa sociedade. Embora haja um número significativo de

homens no comércio, a concentração é maior de mulheres. Isso porque, segundo Peres (2012), as atividades comerciais são tradicionalmente desprezadas pelos bolivianos e geralmente “largadas” às mulheres.

De acordo com Peres (2012),

as ocupações exercidas pelos imigrantes bolivianos em Corumbá [Mato Grosso do Sul] são caracterizados por diferenças marcantes entre homens e mulheres. Esta é uma relação conservadora dos lugares de origem das migrantes, referentes às suas etnias e tradicional divisão sexual de trabalho [...] (p. 290-291)

Com isso, sugerimos encontrar maiores diferenças de gênero quanto à inserção sócio-ocupacional no estado do Mato Grosso do Sul e diferenças menores no Estado de São Paulo.

Atividades de comércio e de costura, bem como jornadas diárias intensas, são realidades mais comuns aos imigrantes recentes, visto que o objetivo desse grupo é acumular dinheiro em um tempo definido/limitado, para então retornar ao seu país. Além disto, os estudos demonstram que após um tempo no destino, muitos imigrantes alcançam mobilidade social, tornando-se oficineiros, no caso de São Paulo, por exemplo, e tendem a melhorar suas condições de vida, incluindo a ocupação e os rendimentos no destino (FREITAS, 2012; SOUCHAUD, 2012). Nesse sentido, a suposição é de que imigrantes com menos tempo de residência na sociedade hospedeira tendem a estar em situação pior no mercado de trabalho, incluindo o caso dos rendimentos salariais.

Vale destacar que estudos anteriores (SOUCHAUD, 2012; XAVIER, 2012) identificam um percentual significativo de empregadores entre os bolivianos e este número tem aumentado nos últimos anos. Isso se deve, segundo Souchaud (2012), ao tempo de residência no país e, no caso de São Paulo, de permanência no setor de confecções. Por conseguinte, esperamos que o tempo de residência desses estrangeiros no país hospedeiro esteja também associado com maiores rendimentos para esses imigrantes.

Ressaltamos que diversos estudos de estratificação social e mobilidade social no país evidenciam uma desigualdade social com perdas para mulheres e negros quanto à situação desses grupos minoritários no mercado de trabalho (ver, por exemplo, SCALON, 1999; AGUIAR, 2007; RIBEIRO, 2007; SANTOS, 2009). Entretanto, nenhum deles buscou identificar como isso ocorre para grupos específicos de imigrantes internacionais.

No que se refere ao nosso foco de estudo, isto é, as diferenças salariais entre homens e mulheres de origem boliviana, os estudos sobre desigualdade social no mundo e no país têm demonstrado que, ainda hoje, as mulheres em geral recebem menos do que os homens, embora essa diferença venha reduzindo ao longo dos anos (GIUBERTI; MENEZES-FILHO, 2005; JACINTO, 2005). Segundo Giuberti e Menezes-Filho (2005), em 1996 as mulheres no Brasil recebiam 80%

do valor do salário dos homens. Segundo esse estudo, grande parte da explicação dessas diferenças tem relação com a idade da mulher, devido principalmente à decisão quanto à maternidade.

A partir do contexto brasileiro, conjecturamos que, também para o caso das bolivianas e dos bolivianos residentes no país, há uma diferença salarial entre os grupos, com perda para as mulheres. Considerando que as mulheres no Mato Grosso do Sul estão nas ocupações menos valorizadas pelo grupo, essa diferença possa ser ainda maior nesse estado do que em São Paulo. Para tanto, apresentamos a seguir a metodologia utilizada nessa pesquisa, a qual inclui os dados e os modelos estatísticos de análise.

1.2 OS DADOS E OS MODELOS ANALÍTICOS

Para realização do estudo, utilizamos dados do censo demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os dados referem-se à subamostra de estrangeiros de origem boliviana, mulheres e homens, entre 25 a 60 anos⁵, ocupados no mercado de trabalho dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Vale destacar que os dados censitários sobre imigração internacional tendem a ser subestimados, já que há um grande número de imigrantes não documentados vivendo no país e que, por esse motivo, possivelmente podem não ser computados pelo censo demográfico oficial. Os números sobre tais imigrantes são desconhecidos, mas sabe-se que o de bolivianos é bem maior do que os apresentados pelas estimativas e levantamentos oficiais (BONASSI, 2000; SILVA, 2006; BAE-NINGER, 2012). Portanto, chamamos atenção para uma possível limitação dos dados por talvez referir-se apenas aos imigrantes documentados no país.

Em relação ao recorte territorial, em São Paulo e Mato Grosso do Sul, ele se fundamenta devido a uma quantidade considerável de estoque desses imigrantes nesses Estados, principalmente no caso de São Paulo, bem como no fato dos estudos anteriores demonstrarem que a inserção ocupacional de bolivianos e bolivianas serem diversas entre (e dentro) esses estados (PAVEI, 2008; ZANARDI, 2009; PERES, 2012). Dessa forma, a amostra⁶ utilizada nesse estudo contém 13.652⁷ bolivianos e bolivianas, sendo 5.912 (43%) de mulheres e 7.740 (57%) de homens, distribuídos 3,3% no Mato Grosso do Sul e 96,7% em São Paulo.

⁵ A idade mínima de 25 anos foi definida porque, em geral, pessoas nessa faixa etária têm grande probabilidade de já terem concluído seus estudos, estando mais propensas a estarem inseridas no mercado de trabalho; a idade máxima de 60 anos deve-se ao fato de ser esta a idade de aposentadoria das mulheres no Brasil no ano de 2010. Esta ideia não descarta aquelas pessoas que estudam e trabalham ao mesmo tempo, mas tenta evitar que classifiquemos, como desocupados, os indivíduos que estejam estudando e não trabalhando.

⁶ Foram retirados os trabalhadores inativos, totalizando 132 dos casos e 16,3% do total do banco de dados.

⁷ Esse valor está com peso amostral.

Antes de entrarmos propriamente nos modelos de análise, apresentamos as variáveis que os constituem. O quadro 1 sintetiza as variáveis utilizadas nos modelos estatísticos de análise, com suas formas e descrições.

VARIÁVEL	TIPO	DESCRIÇÃO
VARIÁVEIS DEPENDENTES		
LnSal	Contínua	Logaritmo do salário mensal no trabalho principal
VARIÁVEIS DE TESTE		
Sexo	Binária	1 = Homem / 0= Mulher
UF	Binária	1 = São Paulo 0 = Mato Grosso do Sul
SexoXUF	Binária	Termo-interativo entre Sexo e UF
VARIÁVEIS DE CONTROLE		
Idade_cen1 ⁸	Contínua	Idade do indivíduo, em anos, centralizada
Idade_cen2	Contínua	Idade do indivíduo, em anos, centralizada ao quadrado
Branco ⁹	Binária	1 = Branco / 0 = Não branco
Educação		
Educ1	Binária	1 = Sem instrução ou fundamental incompleto / 0 = Superior completo
Educ2	Binária	1- Fundamental completo ou médio incompleto / 0 = Superior completo
Educ3	Binária	1= Médio completo ou superior incompleto/ 0 = Superior completo

Quadro 1 – Descrição das variáveis usadas na estimação dos modelos estatísticos.

⁸ Para solucionar o problema de autocorrelação entre a variável referente à idade e à idade ao quadrado, foi realizada a centralização dessas variáveis, que consiste na subtração da idade pelo valor de sua média da amostra analisada (sendo essa a idade centralizada).

⁹ Foram agregados os brancos e amarelos na categoria 1 e os pretos, pardos e indígenas na categoria 0.

VARIÁVEL	TIPO	DESCRIÇÃO
VARIÁVEIS DE CONTROLE		
Lnhtrab	Discreta	Logaritmo horas trabalhadas por semana
Fatdef	Binária	1 = Possui deficiência / 0 = Não possui deficiência
Tempmora	Discreta	Tempo de residência no destino, em anos ¹⁰
Posição no domicílio		
Responsável	Binária	1 = Responsável/ 0 = Outra posição no domicílio
Estado civil		
Solteiro	Binária	1 = Solteiro / 0 = Casado/ separado/viúvo
Semrelig	Binária	1 = Sem religião / 0 = Tem religião
Situação ocupacional		
Empregador	Binária	1 = Trabalhador conta própria ou empregador 0 = Empregado sem carteira
Emp_carteira	Binária	1 = Empregado com carteira assinada 0 = Empregado sem carteira

Quadro 2 – Descrição das variáveis usadas na estimação dos modelos estatísticos (Continuação).¹⁰

Com base nessas variáveis, mantendo tudo constante (isso é, estado de residência, nível educacional, idade, tempo de residência no país, cor/raça, setor ocupacional, status ocupacional entre outros fatores), esse estudo busca verificar o quanto gênero, para o grupo de bolivianos e bolivianas, é uma variável que afeta o rendimento salarial desses estrangeiros. E se essa variável tem efeito diferente quando associada à unidade da Federação. Em outras palavras, esse artigo foca a análise acerca das possíveis desigualdades, baseadas no sexo, dentro dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, controlando as características dos trabalhadores indicadas pela literatura como pertinentes, conforme apresentado anterior-

¹⁰ Essa variável foi construída a partir da subtração de 2010 (ano da pesquisa) menos o ano de entrada do imigrante no Brasil.

mente. Dessa forma, a análise se restringe a variável “sexo” e Unidade Federativa (UF) e as demais características dos estrangeiros são incorporadas apenas para controle dos modelos estatísticos estimados.

Para compreendermos o efeito da variável sexo sobre os rendimentos de bolivianas e bolivianos, utilizamos dois modelos estatísticos de análise: regressão linear múltipla e Oaxaca-Blinder (MAKABE, 1999). Em ambos os modelos – tanto a regressão linear quanto o Oaxaca-Blinder – será estimada, inicialmente, uma equação apenas com as variáveis “sexo” e “uf” de teste e, em seguida, será introduzido termo interativo “sexoXUF”. O termo interativo possibilitará a avaliação da existência de efeitos diferenciados do gênero, entre estados, sobre a renda dos estrangeiros.

Para o primeiro modelo, o de regressão linear múltipla¹¹, pretendemos identificar o efeito das variáveis explicativas nos salários do(a)s boliviano(a)s, verificando se existem efeitos diferentes entre homens e mulheres, controlado por outros atributos dos indivíduos e locais. Nesse modelo, a variável *resposta* é o logaritmo do salário do(a) trabalhador(a) e a variável de teste é o sexo do(a) trabalhador(a), conforme equação abaixo:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_k X_k + \varepsilon$$

Y = logaritmo do salário

β_0 = salário do(a) trabalhador(a) quando todo X (variáveis independentes) for igual a zero (intercepto).

$\beta_1 X_1 + \dots + \beta_k X_k$ = o efeito das variáveis explicativas do modelo linear (*branco Empregador Emp_carteira idadecen idadecen2 educ1 educ2 educ3 Lntrab fatdef tempmora solteiro responsavel semrelig sexo UF sexoXUF*) sobre o salário do indivíduo (inclinação da reta).

ε = erro estocástico

Após a verificação do efeito do sexo nos rendimentos do(a)s estrangeiro(a)s, é avaliada a existência de discriminação das mulheres comparadas aos homens. A metodologia consiste na decomposição dos diferenciais de salário através do método proposto por Oaxaca-Blinder¹² (1973), apresentado na seguinte expressão:

$$D = \left[(\beta_0^h - \beta_0^m) \right] + \sum \left[\bar{X}_m (\beta_k^h - \beta_k^m) \right]$$

D é a diferença do logaritmo dos salários médios, entendida como a medida da discriminação;

¹¹ Para o modelo de análise do logaritmo de rendimento salarial foi realizado um teste, sugerido por Heckman (1979), para controle do viés de seleção da amostra. O resultado do modelo não foi estatisticamente significativo, refutando a possibilidade da existência de viés de seleção. No caso desse estudo, o viés poderia ocorrer quando se seleciona os casos de indivíduos que trabalham, excluindo os desempregados, já que segundo o autor, os indivíduos que estão fora do mercado de trabalho têm motivos não observados que, indiretamente, podem influenciar os salários daqueles que estão empregados.

¹² Essa decomposição é resultante de estimativas de regressões de rendimentos, sendo as diferenças referentes ao componente discriminatório (OAXACA-BLINDER, 1973).

β_0^h é o intercepto da equação estimada para os homens;
 β_0^m intercepto da equação estimada para as mulheres;
 $(\beta_0^h - \beta_0^m)$ é a diferença nos rendimentos entre os grupos em comparação, quando se assume um mesmo valor para todas as variáveis explicativas.

$\Sigma [\bar{X}_m (\beta_k^h - \beta_k^m)]$ é o termo que indica a existência de valorização desigual de um mesmo atributo (pessoal ou produtivo). É realizado o somatório das médias das variáveis independentes, multiplicadas pela diferença entre os coeficientes dos estimadores das variáveis (independentes) de homens e mulheres. Um valor positivo indica que os atributos e características dos homens são mais valorizados do que aqueles das mulheres.

A soma dos dois termos acima refere-se à diferença nos rendimentos entre homens e mulheres que não é explicada pelos atributos pessoais e produtivos. Esse é o componente residual, que é denominado de “componente discriminatório” ou “discriminação”¹³.

2 RESULTADOS

Nessa seção discutimos, inicialmente, a distribuição descritiva dos dados, examinando a inserção no mercado de trabalho e as características desses trabalhadores e trabalhadoras, por meio de análises descritivas e não controladas, para em seguida apresentarmos as análises mais avançadas.

A partir dos resultados apresentados na Tabela 1 sobre as proporções médias da participação no mercado de trabalho, verificamos que a maioria daqueles estrangeiro(a)s encontra-se empregada. Tanto em São Paulo quanto em Mato Grosso do Sul, os homens apresentam níveis mais elevados de participação no mercado de trabalho, quando comparado às mulheres.

Cabe destacar que entre os homens no Mato Grosso do Sul não existem estrangeiros desempregados. Em relação aos imigrantes que estão inativos no mercado brasileiro, em Mato Grosso do Sul cerca de um quinto dos estrangeiros, para homens, e um pouco mais para as mulheres, encontram-se fora do mercado, mesmo estando entre a População em Idade Ativa (PIA). Em São Paulo, por sua vez, observa-se maior proporção de mulheres (19,9%) inativas do que homens (9,4%), indicando menor inserção desse grupo no mercado.

¹³ Destacamos aqui que a análise do componente de discriminação deve ser cautelosa. Isto porque a precisão nas conclusões de origem como fator discriminatório depende diretamente da especificação utilizada nas equações dos rendimentos. Ou seja, o componente discriminatório é aquele que não é explicado por nenhuma das variáveis utilizadas no modelo. Dessa forma, quanto maior o número de inserção de variáveis importantes para explicarem os salários, menor o componente discriminatório.

Ressaltamos que o percentual de inativos é bem maior no Estado de Mato Grosso do Sul do que em São Paulo, entre a população em idade ativa. Isso sugere um estudo mais detalhado sobre essa população. Por que encontram-se inativos, embora estão em Idade Ativa? Qual o perfil dessa população? O que fazem? Essas questões ficam como sugestões para estudos futuros.

Tabela 1 – Análise não controlada das diferenças nas proporções de trabalhadores segundo a participação no mercado de trabalho

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	SÃO PAULO		MATO GROSSO SUL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Desempregado	1,7	1,6	0,0	4,8
Empregado	88,9	78,5	75,8	64,3
Inativo	9,4	19,9	24,2	30,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010 (subamostra).

Dados trabalhados pelas autoras.

Em seguida, selecionamos apenas os trabalhadores empregados ou desempregados no mercado, excluindo os inativos, para compreender as características socioeconômicas desses estrangeiros, totalizando 11.680 trabalhadores, sendo 4.709 (40%) de mulheres e 6.971 (60%) de homens. Esses estrangeiros concentram-se em São Paulo, onde nota-se cerca de 96% deles, comparado ao Mato Grosso do Sul (com 4%).

A análise da Tabela 2 indica que tanto em São Paulo, quanto em Mato Grosso do Sul o percentual maior é de homens. No caso de São Paulo o percentual é um pouco maior de homens (60%), comparado ao outro estado que chega à 53,5% de bolivianos, contra 46,5% de bolivianas. Tais achados demonstram que o panorama não mudou do apresentado pelos estudos anteriores, como já exposto.

Peres (2012) indica a entrada de mulheres bolivianas em Corumbá em número superior do que de homens, em razão das mulheres bolivianas, nessa região fronteira, preencherem ocupações no comércio, exercendo a função de “sacoleiras”, visto que nas culturas andinas, o comércio é uma atividade desvalorizada e, portanto, sendo reconhecida como atividade feminina. Entretanto, quando analisados especificamente os percentuais de bolivianas somente em Corumbá (como apresentado pela autora) não é encontrado maior nível de mulheres (42%) do que homens (58%).

Outra característica desses trabalhadores que se destaca refere-se à concentração em áreas urbanas. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, não há bolivianas e bolivianos em áreas rurais, assim como para as mulheres bolivianas em São Paulo. Apenas para os homens bolivianos em São Paulo há incidência de trabalhadores na área rural, mas em níveis muito baixos (0,8%).

No que diz respeito ao fato de ter ou não deficiência, essa característica não tem muita variação entre homens e mulheres em São Paulo, mas tem entre tais grupos em Mato Grosso do Sul. No caso dessa Unidade da Federação, as mulheres têm um percentual bem acima do de homens de pessoas com deficiência. Algo que merece um estudo mais detalhado em outra pesquisa. Isso pode acarretar a saída dessas pessoas do mercado de trabalho levando a inatividade, algo que vimos anteriormente em números relevantes. Essas questões ficam aqui apenas como indagações para novas pesquisas, uma vez que não são focos dessa pesquisa e não podemos melhor trabalhá-las nesse artigo em específico.

No que diz respeito ao pertencimento a um grupo religioso ou não, os percentuais de bolivianos e bolivianas sem religião são bem pequenos e menores no caso dos residentes em Mato Grosso do Sul. Esse fato é importante, uma vez que o pertencimento a uma instituição religiosa permite o estrangeiro estabelecer redes/laços que podem lhes trazer benefícios de diversas ordens, inclusive econômicos, como demonstrado por Vilela (2009).

Tabela 2 – Análise não controlada das características de trabalhadores bolivianos e bolivianas segundo a distribuição por estado, situação de moradia, religião e deficiência

SEXO	ESTADO		URBANO		SEM RELIGIÃO		DEFICIÊNCIA	
	SP	MS	SP	MS	SP	MS	SP	MS
Homens	60,5	53,5	99,2	100,0	10,7	8,7	19,5	17,3
Mulheres	39,5	46,5	100,0	100,0	8,8	0,0	18,3	45,0

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010 (subamostra).
Dados trabalhados pelas autoras.

Em relação à distribuição por níveis de escolaridade (Tabela 3), nota-se que as mulheres se encontram em piores situações do que os homens, tanto em São Paulo quanto no Mato Grosso do Sul, visto que existem maiores proporções de bolivianas “sem instrução ou com fundamental incompleto”, comparado aos bolivianos. Em específico para o Mato Grosso do Sul, observa-se uma grande concentração de bolivianas nesse nível educacional, indicando situação inferior em relação aos homens. Ainda nesse sentido, destaca-se o percentual mais elevado de homens que apresentam superior completo, frente ao pequeno contingente de mulheres no Mato Grosso do Sul.

Em São Paulo, apesar das disparidades entre homens e mulheres não serem tão acentuadas quanto no Mato Grosso do Sul, as mulheres em geral estão em pior situação do que os homens quanto à escolaridade.

Tabela 3 – Distribuição dos trabalhadores imigrantes
níveis educacionais, sexo e estado em porcentagem (%)

EDUCAÇÃO	SÃO PAULO		MATO GROSSO SUL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Sem instrução ou fundamental incompleto	27,3	33,5	26,1	60,0
Fundamental completo ou médio incompleto	24,7	22,7	13,0	15,0
Médio completo ou superior incompleto	39,2	37,5	39,1	20,0
Superior completo	8,8	6,4	21,7	5,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010 (subamostra).
Dados trabalhados pelas autoras.

Sobre a distribuição por grupos ocupacionais¹⁴ (Tabela 4), em São Paulo há uma concentração de quase 50% – levando-se em conta ambos os gêneros – inseridos no contexto de grupos ocupacionais de operadores de instalações, máquinas e montadoras, no que diz respeito à distribuição por grupos ocupacionais. Esse resultado era esperado, pois diversos estudos, como visto anteriormente, já demonstraram o nicho econômico das costuras e confecções de maior concentração entre boliviano(a)s em São Paulo.

É interessante verificar que no caso dos homens em São Paulo, o segundo grupo ocupacional de maior concentração é de trabalhadores qualificados, operários, artesãos da construção, das artes mecânicas e de outros ofícios. E o terceiro encontra-se entre as ocupações mal definidas. Nenhum destes dois chega a um percentual de 10%. Esse quadro não muda muito também para as mulheres. Vale chamar atenção para o terceiro grupo de concentração entre elas que é o das ocupações elementares.

No caso de Mato Grosso do Sul, o quadro é bem diferente. Esses estrangeiros, sejam homens, sejam mulheres, estão mais dispersos entre os grandes grupos ocupacionais. Ambos os sexos têm um maior percentual nas ocupações de trabalhadores de serviços, vendedores dos comércios e mercados. O percentual é maior entre as mulheres (percentual de 45% contra 34,8% dos homens). Esse resultado corrobora com os estudos anteriores de cunho qualitativo, como exposto anteriormente na literatura revisitada.

¹⁴ Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) utilizada pelo IBGE

No caso dos homens em MS, o segundo grupo de maior proporção de trabalhadores encontra-se o de Profissionais da ciência e intelectuais (17,4%), seguido por três outros com percentuais iguais (13% cada), quais sejam: trabalhadores qualificados, operárias, artesãs da construção, das artes mecânicas e de outros ofícios; operadores de instalações, máquinas e montadoras; e profissionais elementares.

Já para as mulheres o quadro é um pouco diferente, há um percentual de 15% em trabalhadoras qualificadas, operárias, artesãs da construção, das artes mecânicas e de outros ofícios e mais 15% de bolivianas como profissionais elementares. Sendo esses dois grupos em segundo lugar de maior concentração entre as mulheres.

Tabela 4 – Distribuição dos trabalhadores imigrantes empregados por grupos ocupacionais, sexo e estado – em porcentagem (%)

GRUPOS OCUPACIONAIS	SÃO PAULO		MATO GROSSO SUL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Membros de forças armadas, policiais e bombeiros militares	0,0	0,0	0,0	0,0
Gerentes e diretores	2,9	2,0	4,4	5,0
Profissionais da ciência e intelectuais	6,8	3,2	17,4	5,0
Técnicos e profissionais do ensino médio	2,9	2,8	0,0	0,0
Trabalhadores de apoio administrativo	0,8	0,8	0,0	5,0
Trabalhadores de serviços, vendedoras dos comércios e mercados	4,7	8,4	34,8	45,0
Trabalhadores da agropecuária, florestais, da caça, da pesca	0,3	0,0	0,0	5,0
Trabalhadores qualificados, operárias, artesãs da construção, das artes mecânicas e de outros ofícios	9,1	8,0	13,0	15,0
Operadores de instalações, máquinas e montadoras	60,5	62,2	13,0	0,0
Profissionais elementares	4,4	6,8	13,0	15,0
Ocupações mal definidas	7,8	6,0	4,4	5,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010 (subamostra).
Dados trabalhados pelas autoras.

Em relação à situação ocupacional na qual esses estrangeiros se inserem no mercado de trabalho (Tabela 5), observa-se que a grande maioria está ocupada no mercado informal, visto que há concentração das distribuições percentuais, tanto em São Paulo quanto no Mato Grosso do Sul, de trabalhadores “Conta própria / Não remunerados/Trabalhadores na produção para o próprio consumo”.

Tabela 5 – Distribuição dos trabalhadores imigrantes empregados por situação ocupacional, sexo e estado – em porcentagem (%)

SITUAÇÃO OCUPACIONAL	SÃO PAULO		MATO GROSSO SUL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Empregador	2,1	1,6	4,4	5,3
Empregado com carteira assinada/ funcionários estatutários	14,1	13,0	21,7	15,8
Empregado sem carteira assinada	28,9	27,2	17,4	26,3
Conta própria / Não remunerados/ Trabalhadores na produção para o próprio consumo	54,9	58,1	56,5	52,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010 (subamostra).
Dados trabalhados pelas autoras.

Quanto ao salário dos trabalhadores ocupados (Tabela 6), foco desta pesquisa, identificamos que em uma análise simples (sem controle do efeito de outras variáveis) há uma variação no rendimento do estrangeiro(a) associada ao gênero, ou seja, os homens têm rendimentos superiores aos das mulheres, tanto em São Paulo quanto em Mato Grosso do Sul, apesar das horas semanais trabalhadas serem semelhantes entre os dois grupos. Cabe ressaltar que a maior diferença salarial entre homens e mulheres encontra-se no estado de Mato Grosso do Sul, já que as mulheres recebem, em média, 62% do salário dos homens, e em São Paulo o valor é de 70%. Esse resultado sugere o que, em geral, as pesquisas de estratificação têm concluído, que as mulheres se encontram em piores situações econômicas comparadas aos homens (HASENBALG, 1984; SCHUNCK e WINDZIO, 2009), sejam nativos sejam estrangeiros.

Em relação ao tempo de moradia, apenas em Mato Grosso do Sul, notam-se diferentes médias, tendo as mulheres maior número de anos de moradia no Brasil. Os dados sugerem uma maior rotatividade dos imigrantes em São Paulo do que em Mato Grosso do Sul.

Tabela 6 – Análise não controlada das diferenças nos salários dos trabalhadores ocupados (Teste T)

VARIÁVEL	SÃO PAULO		MATO GROSSO SUL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Média salarial no trabalho principal	R\$ 1.270,63**	R\$ 877,00**	R\$ 1.044,00**	R\$ 646,62**
Média de Horas trabalhadas	42	42	44	42
Média de Tempo de moradia	10	10	13**	20**

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010 (subamostra).
Dados trabalhados pelas autoras.

** Resultados significantes ao nível de 5%.

A partir dessa análise descritiva, podemos pensar que há sim desigualdades salariais entre homens e mulheres e entre os estados. Mas, para verificar se essas associações são realmente significativas, precisamos de análises estatísticas mais avançadas (utilizando variáveis de controle) para ver o efeito líquido das variáveis sexo e UF. Cabe, portanto, verificar, por meio da estimação dos modelos estatísticos, o quanto o sexo é um fator explicativo de tais diferenças.

A seguir, interessa-nos identificar às diferenças de rendimentos entre homens e mulheres, controladas pelas características individuais e locais desses estrangeiro(a)s, com intuito de verificar o quanto o sexo do indivíduo explica tais diferenças.

As primeiras estimações realizadas por meio das regressões lineares indicam que o sexo dos trabalhadores bolivianos se apresenta como uma variável estatisticamente significativa para explicar os rendimentos desses estrangeiros no mercado de trabalho de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Os resultados apontam que os homens, imigrantes de origem boliviana, apresentam acréscimo de 22% nos salários comparado às mulheres bolivianas. Isto é, em geral, nos mercados de trabalho dos estados analisados, ser homem apresenta efeito estatisticamente significativo nos salários dos imigrantes bolivianos, em comparação às bolivianas no mesmo mercado.

No modelo estatístico utilizado¹⁵, outras variáveis explicativas, como educação (ter ensino superior completo), ser empregado de carteira assinada, ser empreendedor e o estado de destino mostraram-se estatisticamente significantes para explicar a variação da renda do(a)s boliviano(a)s (ver apêndices). Ao analisarmos a situação desses grupos, em diferentes mercados de trabalho, percebemos que

¹⁵ Ver apêndice 1.

bolivianos e bolivianas em São Paulo apresentam efeito positivo nos rendimentos provenientes do trabalho, comparado aos do Mato Grosso do Sul. Para tanto, com intuito de testar esses diferenciais nos efeitos do gênero entre Estados, para os rendimentos dos estrangeiros, foi incluído no modelo uma variável, concebida como o termo interativo entre o sexo e o estado de destino do(a) estrangeiro(a) (Tabela 7).

Em relação aos resultados do segundo modelo, após a inclusão do termo interativo, observa-se que essa variável interativa não mostra-se estatisticamente significativa, indicando que não há efeitos diferenciados do gênero, entre estado, sobre a renda de tais imigrantes. Em outras palavras, a variável gênero afeta da mesma maneira tanto em São Paulo quanto em Mato Grosso do Sul. Entretanto, nesse modelo, a variável sexo perde sua significância estatística, sugerindo que sexo não é uma variável boa para explicar as diferenças salariais entre bolivianos e bolivianas. O resultado indica que as desigualdades de rendimento nos estados têm maior relação com a dinâmica da migração territorial do que com a desigualdade de gênero.

Esse resultado é bastante curioso, porque vai contra aos estudos sobre gênero no mercado de trabalho brasileiro e não valida nossas suposições. Com isso, outras questões surgem para análises em estudos próximos: porque gênero apresenta efeito diferente para o grupo de bolivianos e bolivianas no mercado de trabalho brasileiro? Por eles estarem, talvez, em nichos econômicos, ou economia étnica, eles são isentos de alguns problemas (entre eles, as desigualdades de gênero) que envolvem o mercado aberto na sociedade hospedeira?

Tabela 7 – Exponencial dos estimadores (EXP(b)) do modelo linear do logaritmo do salário mensal do trabalho principal

MODELO	VARIÁVEL	(EXP(b))
Modelo 1 Apenas com variável “sexo” como teste	Sexo	1,22**
Modelo 2 Com variável “sexo” e inclusão do termo interativo “sexoXUF”	Sexo	1,54
	sexoXUF	0,786

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010 (subamostra).
Dados trabalhados pelas autoras.

** Significante ao nível de 5%

*** Para determinar o efeito de cada variável em termos percentuais, basta realizar o seguinte cálculo $[\text{Exp}(b)-1]*100$

Por fim, com o objetivo de melhor avaliar a condição socioeconômica ocupacional desses imigrantes bolivianos e bolivianas, investigamos a existência ou não e a intensidade de discriminação no mercado de trabalho para esses grupos

(Tabela 8). No primeiro modelo estimado, sem a inclusão do termo interativo, observamos que os homens bolivianos têm um acréscimo de 17% nos seus salários, que não é explicado pelos atributos produtivos desses trabalhadores, mas que pode talvez ser explicado por questão de valorização maior das características dos homens, quando comparado às mulheres.

Já no segundo modelo estimado, com a inclusão do termo interativo, o diferencial de salário não apresenta significância entre bolivianos e bolivianas, sugerindo que as desigualdades de gênero não são diferenciadas entre os estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Tabela 8 – Análise do componente discriminatório (variação não explicada da decomposição de Oaxaca-Blainder) de imigrantes bolivianos

MODELO	VARIÁVEL	COMPONENTE DISCRIMINATÓRIO
Modelo 1 Apenas com variável “sexo” como teste	Sexo	17%**
Modelo 2 Com variável “sexo” e inclusão do termo interativo “sexoXUF”	Sexo	25%

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010 (subamostra).
Dados trabalhados pelas autoras.

*** Significante ao nível de 1%; ** significativo ao nível de 5%

Os resultados encontrados, em um primeiro momento, corroboram com a literatura exposta anteriormente, já que apontam que as mulheres bolivianas obtêm piores rendimentos salariais médios no mercado de trabalho do que os homens. No entanto, eles demonstram também que essas diferenças salariais não são devido aos seus atributos produtivos (tais como educação, idade, horas trabalhadas, entre outros) e nem ao fator gênero. O que identificamos é que UF, situação ocupacional (se empregador, empregado ou conta própria), e educação são os principais fatores explicativos do modelo analisado. Porém, esse modelo só explica 13% da variação dos salários entre bolivianos e bolivianas. Outros fatores não mensurados no modelo devem ser considerados para melhor entendermos as diferenças salariais entre esses grupos. Nesse sentido, a realização de mais estudos acerca de outras variáveis explicativas para compreensão da inserção de bolivianas e bolivianos no mercado de trabalho é necessário para uma maior compreensão das desigualdades entre e dentro os grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos realizar uma análise comparativa quanto à situação socioeconômica de imigrantes bolivianos e bolivianas inseridos no mercado de trabalho dos estados do Mato Grosso Sul e de São Paulo, com intuito de compreender os seguintes pontos: 1) a existência de desigualdade e discriminação entre trabalhadores homens e mulheres de origem boliviana no mercado de trabalho dos estados do Mato Grosso Sul e de São Paulo no que diz respeito ao rendimento salarial; 2) caso existam desigualdades, o quanto as bolivianas são discriminadas no mercado de trabalho e quanto gênero é um fator de explicação de tais desigualdades; 3) se esse peso explicativo do gênero se altera entre os estados analisados.

Para tanto, construímos uma amostra de estoque de imigrantes homens e mulheres de origem boliviana, a partir do censo demográfico de 2010 dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, e aplicamos dois modelos estatísticos. O primeiro modelo estimado é o de regressão linear múltipla, para avaliação sobre o efeito do gênero para a determinação dos salários dos imigrantes, enquanto o segundo modelo é o Oaxaca-Blinder (OAXACA, 1973; JANN, 2008), para identificação do peso da discriminação por sexo existente nos mercados de trabalho analisados. Na estimação de ambos os modelos, tanto a regressão linear quanto o Oaxaca-Blinder, inicialmente é estimada uma equação apenas com as variáveis “sexo” e UF de teste e, em seguida, é introduzido termo interativo “sexoXUF”. O termo interativo possibilita a avaliação da existência de efeitos diferenciados do gênero entre os estados sobre a renda dos estrangeiros.

Inicialmente, em relação à participação desses estrangeiros no mercado de trabalho de São Paulo e Mato Grosso do Sul, observamos que, em geral, os boliviano(a)s em sua maioria encontram-se empregados no mercado local, tendo os homens níveis mais elevados de participação no mercado de trabalho, comparado às mulheres. Identificamos que tais imigrantes de ambos os sexos se inserem principalmente no mercado urbano e informal, sendo que, em São Paulo, há o predomínio de empregados no grupo ocupacional de operadores de instalações, máquinas e montadoras e, em Mato Grosso do Sul, eles estão majoritariamente em ocupações de serviços ou vendedores dos comércios ou mercados.

O que diferencia esses dois mercados é que, no mercado paulista, homens ou mulheres se concentram em ocupações típicas do nicho econômico das oficinas de costura; já em Mato Grosso do Sul, esses estrangeiros estão mais dispersos entre os grandes grupos ocupacionais.

Em relação às diferenças de rendimentos entre homens e mulheres, controladas pelas características individuais e locais desses estrangeiro(a)s, as estimações realizadas por meio das regressões lineares indicam que o sexo desses estrangeiro(a)s não se apresenta como uma variável estatisticamente significativa para explicar os diferenciais de salários no mercado de trabalho de São Paulo e Mato

Grosso do Sul. Outro fato a considerar é que o mercado de trabalho de ambos os estados é um gerador de desigualdade, já que a variável UF apresentou-se estatisticamente significativa, mesmo após a inclusão do termo interativo.

Finalmente, com o objetivo de responder à última pergunta levantada neste estudo, referente à existência ou não de discriminação entre bolivianos e bolivianas e a intensidade dessa discriminação no mercado de trabalho, observamos que a variável “sexo” não apresenta significância estatística na variação dos salários entre bolivianos e bolivianas. Esse achado nos traz uma importante contribuição à situação dos estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro, visto que o gênero não apresenta efeito diferente para o grupo de bolivianos e bolivianas no mercado em questão. Sugere-se que, por esses trabalhadores estarem, talvez, em nichos econômicos, ou em uma economia étnica, são isentos de alguns problemas (entre eles, as desigualdades de gênero) que envolvem o mercado aberto na sociedade hospedeira. Esse resultado lança luz para investigações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, N. O. **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BAENINGER, R. O. **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

BERNARDES, Tereza. et al. Migração na Fronteira do Brasil: Identificação do padrão migratório e do perfil socioeconômico dos imigrantes sul-americanos que se destinam para os municípios brasileiros. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2014.

BONASSI, M. **Canta, América sem fronteiras!** imigrantes latino-americanos no Brasil. São Paulo: Loyola, 2000. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=ZFt8Lh7tWEwC&printsec=frontcover&dq=Canta+Am%C3%A9rica+sem+Fronteiras:+Imigrantes+Latino-Americanos+no+Brasil&source=bl&ots=q9A9eAlIU2&sig=87VdaQN675OYb_9r9k5BosoLFwE&hl=pt-BR&ei=YxWWTpyEL8Kclgexg-WmCg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CBsQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false>.

CYMBALISTA, R.; XAVIER, I. R. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. **Cadernos Metrôpole**, n. 17, 2007.

DA COSTA, E. A. Os bolivianos em Corumbá- MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira. **Cadernos de estudos culturais**, v. 4, 2017.

FREITAS, P. D. T. Imigração boliviana para São Paulo e setor de confecção - Em busca de um paradigma analítico alternativo. In: BAENINGER, R. (Ed.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de Populações/Unicamp, 2012.p.155-178.

FUSCO, W.; SOUCHAUD, S. De volta para casa: a distribuição dos brasileiros retornados do exterior. **Confins**, n. 9, p. 1-9, 2010. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6469>>.

GIUBERTI, A. C.; MENEZES-FILHO, N. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. **Economia Aplicada**, v. 9, n. 3, p. 369-384, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502005000300002&script=sci_arttext>.

HASENBALG, C. A. Race, culture, and class in the integration of societies. **Dados-Revista De Ciencias Sociais**, v. 27, n. 3, p. 395-398, 1984.

JACINTO, P. D. A. Diferenciais de salário por gênero na indústria avícola da Região Sul do Brasil: uma análise com microdados. **Revista Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 43, n. 3, p. 529-555, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v43n3/27745.pdf>>.

JANN, B. A Stata implementation of the Blinder-Oaxaca decomposition. **The Stata Journal**, Zurich, n.8, v. 4, p. 453-479, 2008.

MAKABE, T. Ethnic hegemony: the Japanese Brazilians in agriculture, 1908-1968. **Ethnic and Racial Studies**, v. 22, n. 4, p. 702-723, jul. 1999.

OAXACA, R. Male-Female wage differentials in urban labor markets. **International Economic Review**, v. 14, p. 693-709, 1973.

PATARRA, N. L.; FERNANDES, D. Brasil: país de imigração? **Revista internacional em língua portuguesa - Migrações**, v. 3, n. 24, p. 65-96, 2011.

PAVEI, K. **Reflexões sobre o ensino e a formação de professores de Sociologia**. Dissertação de Mestrado [116 f.]. Departamento de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: o autor, 2008.

PERES, R. G. **Mulheres na fronteira : a migração de bolivianos para Corumbá - MS**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2009

_____. A imigração de bolivianas na fronteira: desafios teórico-metodológicos. In: BAENINGER, R. (Org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: NEPO, FAPESP, CNPq, Unfpa, 2012. p.271-295.

PERES, R. G.; BAENINGER, R. Mulheres Latino-americanas e Haitianas no Brasil: perfil na imigração internacional. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 20., 2016, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2016. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2681>>.

RIBEIRO, C. A. D. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Edusc, 2007.

ROBERT, E. Mirada global sobre el nexo entre migración, remesas y desarrollo. In: ARAGONÉS, A. M. O. (Coord). **Mercado de trabajo y migración internacional**. México: UNAM, Instituto de investigaciones económicas, 2011. p. 233-252.

SALA, G. A.; CARVALHO, J. A. M. de. A presença de imigrantes de países do Cone Sul no Brasil: medidas e reflexões. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n.2, p. 287 - 304, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982008000200006&script=sci_abstract&tlng=pt>.

SANTOS, J. A. F. A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil. **RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 37-60, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000200003&lng=en&nrm=iso>.

SASSEN, S. Dos enclaves en las geografías globales contemporáneas del trabajo. In: ARAGONÉS, A. M. O. (Coord.). **Mercado de trabajo y migración internacional**. México: UNAM, Instituto de investigaciones económicas, , 2011. p. 139-194.

SCALON, M. C. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro: IUPERJ/REVAN, 1999.

SCHUNCK, R.; WINDZIO, M. Self-Employment of Immigrants in Germany: Effects of Social Embeddedness within Neighborhood and Household. **Zeitschrift Fur Soziologie**, v. 38, n. 2, p. 113-130, 2009.

SILVA, G. A.; CASTRO, R. F. D. Fatores que contribuem para a afirmação do Brasil como um país de imigração: Reflexões à luz da globalização. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu 2016.

SILVA, S. A. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000200012&script=sci_arttext>.

SOUCHAUD, S. A imigração boliviana em São Paulo. In: FERREIRA, A. P. E. A. et.al. **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.267-290.

_____. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo? In: BAENINGER, R. O. (Org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO; Unicamp; FAPESP; CNPq; Unfpa, 2012. p.75-93.

UEBEL, R. R. G.; RUCKERT, A. A. Aspectos gerais da dinâmica imigratória no Brasil no Século XXI. **Confins-Revista franco-brasileira de geografia [on-line]**, n. 31, 2017. Disponível em:<<http://journals.openedition.org/confins/11905>>.

VILELA, E.; COLLARES, A.; NORONHA, C. Migrações e Trabalho no Brasil: Fatores étnico-nacionais e raciais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n.87, p.19-42, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092015000100019&script=sci_abstract>.

_____. Alguns determinantes de estratificação dos imigrantes internacionais recentes no mercado de trabalho brasileiro. In: NEVES, J. A.; FERNANDES, D. C., et al. (Org.). **Educação, trabalho e desigualdade**. Belo Horizonte: Argvmentvn, 2009. p.96-130.

XAVIER, I. R. A inserção socioterritorial de migrantes bolivianos em São Paulo. Uma leitura a partir da relação entre projetos migratórios, determinantes estruturais e espaços da cidade. In: BAENINGER, R. O. (Org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo, 2012.

ZANARDI, G. S. **A re-introdução da sociologia nas escolas públicas: caminhos e ciladas para o trabalho docente**. Dissertação de Mestrado [137 p.]. Departamento de Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho: Araraquara, 2009.

ZAVALA, E. M.; MORALES, O. W. Participación laboral y autoempleo de las mujeres mexicanas en Phoenix, Arizona. El caso de las estilistas. In: ARAGONÉS, A. M. O. (Org.). **Mercado de trajo y migración internacional**. México, 2011. p.195-232.

APÊNDICE 1 – Modelo linear do logaritmo do salário mensal do trabalho principal com a variável “sexo” como teste (Modelo 1)

Linear regression						Number of obs = 659	
						F(15, 643) = 12.78	
						Prob > F = 0.0000	
						R-squared = 0.1321	
						Root MSE = 1.1313	

lnSal	Coef.	Robust Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]		

branco	.1581928	.1079951	1.46	0.143	-.053873	.3702585	
Empregador	1.071427	.3124526	3.43	0.001	.4578761	1.684978	
Emp_carteira	.4577533	.0899504	5.09	0.000	.2811212	.6343853	
idadecen	-.0068925	.0085236	-0.81	0.419	-.0236299	.009845	
idadecen2	.0006574	.000738	0.89	0.373	-.0007917	.0021066	
educ2	-.0284962	.1473672	-0.19	0.847	-.3178753	.2608829	
educ3	.1152251	.0992515	1.16	0.246	-.0796711	.3101214	
educ4	.7179952	.1556802	4.61	0.000	.4122923	1.023698	
fatdef	-.2766686	.1905168	-1.45	0.147	-.6507789	.0974417	
tempora	.0166612	.0123385	1.35	0.177	-.0075675	.0408898	
solteiro	.0971929	.103114	0.94	0.346	-.1052879	.2996737	
responsavel	.1049452	.1172667	0.89	0.371	-.1253266	.3352171	
semrelig	.0887024	.0839894	1.06	0.291	-.0762241	.253629	
sexo	.2010713	.0959812	2.09	0.037	.0125969	.3895457	
SP	.3711484	.1272355	2.92	0.004	.1213012	.6209957	
_cons	5.668527	.1947448	29.11	0.000	5.286114	6.05094	

APÊNDICE 2 – Modelo linear do logaritmo do salário mensal do trabalho principal com a variável “sexo” e termo interativo como testes (Modelo 2)

Linear regression

Number of obs = 659
 F(16, 642) = 12.27
 Prob > F = 0.0000
 R-squared = 0.1324
 Root MSE = 1.1319

lnSal	Coef.	Robust Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
branco	.1573947	.107907	1.46	0.145	-.0544987	.3692881
Empregador	1.071856	.3126785	3.43	0.001	.45786	1.685852
Emp_carteira	.4606221	.0905606	5.09	0.000	.2827913	.6384529
idadecen	-.0067774	.0085918	-0.79	0.431	-.0236488	.010094
idadecen2	.0006926	.0007411	0.93	0.350	-.0007626	.0021478
educ2	-.0301406	.1465427	-0.21	0.837	-.3179016	.2576204
educ3	.1126084	.0993243	1.13	0.257	-.0824314	.3076482
educ4	.7050221	.1585783	4.45	0.000	.3936274	1.016417
fatdef	-.2745979	.1915608	-1.43	0.152	-.6507593	.1015635
tempora	.0165749	.0123711	1.34	0.181	-.0077178	.0408675
solteiro	.0958542	.1035341	0.93	0.355	-.1074521	.2991605
responsavel	.1054936	.1172152	0.90	0.368	-.1246779	.3356651
semrelig	.0876283	.0837864	1.05	0.296	-.0769003	.2521568
sexo	.4334208	.2291297	1.89	0.059	-.0165135	.883355
SP	.5096326	.2298514	2.22	0.027	.0582812	.960984
uf_Sexo	-.2407013	.2695824	-0.89	0.372	-.7700711	.2886685
_cons	5.535912	.2299574	24.07	0.000	5.084352	5.987471

APÊNDICE 3 – Estimação do componente discriminatório Oaxaca-Blalinder – Modelo sem a inclusão do termo interativo “sexoXuf”

Blalinder-Oaxaca decomposition

Number of strata = 1
 Number of PSUs = 375
 Number of obs = 663
 Population size = 663
 Design df = 374

1: sexo = 0
 2: sexo = 1

lnSal	exp(b)	Linearized Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Differential						
Prediction_1	644.8738	46.3933	89.92	0.000	559.8079	742.8659
Prediction_2	823.3349	50.81711	108.77	0.000	729.2373	929.5744
Difference	.783246	.0722666	-2.65	0.008	.6532911	.9390521
Decomposition						
Explained	.9326241	.0451196	-1.44	0.150	.8479934	1.025701
Unexplained	.8398304	.0735007	-1.99	0.047	.7070561	.9975377

Apêndice 4 – Estimação do componente discriminatório Oaxaca-Blainder
Modelo com a inclusão do termo interativo “sexoXuf”

Number of strata	=	1	Number of obs	=	663
Number of PSUs	=	375	Population size	=	663
			Design df	=	374
1: sexo = 0					
2: sexo = 1					

	lnSal	exp(b)	Linearized Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
Differential						
Prediction_1		644.8738	46.3933	89.92	0.000	559.8079 742.8659
Prediction_2		823.3349	50.81711	108.77	0.000	729.2373 929.5744
Difference		.783246	.0722666	-2.65	0.008	.6532911 .9390521
Decomposition						
Explained		1.039466	.2939949	0.14	0.891	.5960481 1.812757
Unexplained		.7535079	.1974502	-1.08	0.281	.4501048 1.261427

BLOGS HETEROTÓPICOS: DENÚNCIAS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO CONTRA OS REGIMES DE DESIGUALDADE NO “BLOGUEIRAS NEGRAS”¹

Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros

Nicemara Cardoso Silva²

RESUMO

A situação das mulheres negras no trabalho é potencialmente mais desafiadora, em virtude da interseção de categorias distintas relacionadas a processos discriminatórios que estabelece uma ordem social. Com o objetivo de explorar as narrativas de um grupo de mulheres negras em um web-blog sobre os regimes de desigualdades a que estão expostas nas organizações, considerando a interseção de gênero, raça e classe, realizamos uma pesquisa qualitativa, com análise de conteúdo do material empírico coletado no Blogueiras Negras. Nossa análise aponta o blog como um espaço heterotópico, cujo posicionamento político se caracteriza, principalmente, por dois elementos: denúncias e estratégias de enfrentamento contra os processos discriminatórios vivenciados por mulheres negras no trabalho, e que revelam regimes de desigualdade, muitas vezes, sutis e silenciados.

Palavras-chave: Gênero; Raça/etnia; Classe; Interseccionalidade; Web-blog.

HETEROTOPIC BLOGS: COMPLAINTS AND COMBAT STRATEGIES AGAINST INEQUALITY SCHEMES IN “BLOGUEIRAS NEGRAS”

ABSTRACT

The situation of black women at work is potentially more challenging, because of the intersection of distinct categories related to discriminatory processes that

¹ Trabalho submetido em 24/04/18 e aprovado em 24/05/18. Para citar este artigo: MEDEIROS, C. R. de O.; SILVA, N. C. Blogs Heterotópicos: denúncias e estratégias de enfrentamento contra os regimes de desigualdade no “Blogueiras Negras”. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v.33, n. 1, p. 129-152, jan./jul., 2018. Disponível em: < <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em: dia mês, ano.

² Autora 1: Doutora em Administração pela EAESP/FGV, Professora da Universidade Federal da Uberlândia. E-mail: cintia@ufu.br; Autora 2: Mestre em Administração pela Universidade Federal da Uberlândia. E-mail: cs.nice@gmail.com.

establish a social order. With the objective of exploring the narratives of a group of black women, in a web-blog about the inequality regimes they are exposed to in the organizations, which considers the intersection of gender, race and class, we conducted a qualitative research study using content analysis of the empirical material collected in the blog “Blogueiras Negras”. Our analysis points to the blog as a heterotopic space, whose political position is characterized mainly by two elements: complaints and combat strategies against the discriminatory processes experienced by black women at work, which reveal regimes of inequality that are often subtle and silenced.

Keywords: Gender; Race/ethnicity; Class; Intersectionality; Web-blog.

BLOGS HETEROTÓPICOS: DENÚNCIAS Y ESTRATEGIAS DE ENFRENTAMIENTO CONTRA LOS ESQUEMAS DE DESIGUALDAD EM “BLOGEIRAS NEGRAS”

RESUMEN

La situación de las mujeres negras en el trabajo es potencialmente más desafiante, debido a la intersección de categorías distintas relacionadas con procesos discriminatorios que establecen un orden social. Con el objetivo de explorar las narrativas de un grupo de mujeres negras en un web-blog sobre los regímenes de desigualdades a que están expuestas en las organizaciones, considerando la intersección de género, raza y clase, realizamos una investigación cualitativa, con análisis de contenido del material empírico recogido en el blog ‘Blogueiras Negras’. Nuestro análisis apunta al blog como un espacio heterotópico, cuyo posicionamiento político se caracteriza principalmente por dos elementos: denuncias y estrategias de enfrentamiento contra los procesos discriminatorios vivenciados por mujeres negras en el trabajo, y que revelan regímenes de desigualdad, muchas veces sutiles y silenciados.

Palabras clave: Género; Raza/origen étnico; Clase; Interseccionalidad; Web-blog.

1 INTRODUÇÃO

Em uma época na qual o virtual se confunde com o real, a noção de espaço não está unicamente vinculada à localização, mas sim a uma forma de relações de posicionamento, ao que Foucault (2009) viria chamar de heterotopia: uma utopia efetivamente realizada, um espaço fora de todos os espaços, embora seja localizável. Nesse contexto, blogs, redes sociais online e outros recursos mediados pela internet são amplamente utilizados para reivindicações, manifestações,

contestações e movimentos políticos, como aqueles centrados nas lutas contra as desigualdades sociais, de gênero e de cor.

As alterações na sociedade contemporânea que são resultantes de lutas feministas pela reivindicação de direitos civis para as mulheres, bem como por espaços na esfera pública da vida, provocaram novos contornos para os papéis que essas desempenham na sociedade (ROCHA, 2011). Embora as lutas feministas tenham conquistado direitos para as mulheres de forma geral, e ainda haja conquistas a fazer, críticas afirmam que o movimento feminista liberal estaria a serviço dos interesses de mulheres brancas de classe média e não consideraria demandas específicas de mulheres de outras raças/etnias e/ou classe social (AZEVEDO, 1994; RIBEIRO, 2006; HOLVINO, 2008).

Em relação à participação no mercado de trabalho brasileiro, de acordo com a 5ª edição do relatório “Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas” do Instituto Ethos (2010), a presença de mulheres negras era de 9,3% em nível funcional, 5,6% em supervisão, 2,1% na gerência e 0,5% no nível executivo. Considerando que naquele ano as mulheres negras representavam 50,1% do número de mulheres no país, isso indica uma representação não equivalente nas organizações pesquisadas pelo Instituto. Mesmo com esse percentual de representação, os estudos organizacionais sobre diversidade privilegiam análises de uma categoria – gênero, raça/etnia.

Com este estudo, pretendemos oferecer uma contribuição que possibilite a ampliação das discussões sobre diversidade, considerando a interseção entre categorias que têm sido abordadas de forma unilateral, especialmente dentro dos estudos organizacionais brasileiros, incluindo ainda a categoria classe. Além disso, contribuímos para a compreensão da noção de espaços heterotópicos desenvolvida por Foucault (2009).

Nosso objetivo nesta pesquisa é explorar as narrativas de um grupo de mulheres negras que apresentam reflexões, em um *web blog*, sobre os regimes de desigualdades a que estão expostas nas organizações, considerando a interseção de gênero, raça/etnia e classe. Para alcançar esse objetivo, analisamos relatos de mulheres negras no *web blog* Blogueiras Negras, utilizando a ideia da criação do ambiente comunicacional a serviço de um grupo que possibilita a divulgação das reflexões sobre as situações diárias de mulheres negras no Brasil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa caracterizada como documental e que utiliza da técnica de análise de conteúdo temática (BARDIN, 1988) para análise do material empírico.

O artigo está estruturado da seguinte forma: depois desta introdução, apresentamos os principais conceitos utilizados como fundamento para a pesquisa. Em seguida, descrevemos o percurso metodológico e apresentamos a análise e discussão dos resultados. Por fim, nossas considerações finais a respeito do que pudemos perceber sobre o tema e os assuntos abordados pelo *blog* consultado encerram o artigo.

2 GÊNERO, RAÇA E CLASSE: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A noção de gênero se modificou com o avanço de estudos sociais e feministas e demandas de grupos ativistas de direitos civis por definições menos rígidas. A distinção binária homem/mulher com base nas características biológicas foi substituída por um conceito de gênero que, em uma concepção pós-estruturalista, “superou a noção de papéis sociais femininos e masculinos [...], avançando para um entendimento que compreende gênero como constituinte da identidade, como classe e raça/etnia” (MENEGHEL et al., 2005, p.2).

Raça, por sua vez, se refere às diferenças socialmente construídas com base em características físicas, opressão e dominação histórica e cultural, que se justifica por crenças permanentes (ACKER, 2006). Assim também é uma construção social o termo cor, “e não meramente a cor da pele” (NASCIMENTO et al., 2015, p. 260). Quanto ao uso dos termos raça e/ou etnia, houve “divergência sobre a qual o Brasil e os Estados Unidos se manifestaram a favor da menção de ambos para fins de dados estatísticos que pudessem gerar documentação acerca da injustiça social” (RIBEIRO, 2006, p. 5). As características que permitem identificar raça “são extrapoladas como determinantes de uma série de outros atributos”, muitas vezes negativos (OSÓRIO, 2003, p. 13), mas essa extrapolação é cultural, baseada mais pela aparência que pela ancestralidade e o que indica “que há racismo em uma sociedade” (OSÓRIO, 2003, p.13). Neste trabalho, utilizamos os termos cor ou raça, denominação disseminada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para nos referir às pessoas que se identificam como pertencentes a grupos de pessoas ‘não brancas’.

A desigualdade de classe, por fim, se caracteriza pelo acesso a recursos e meios de produção (ACKER, 2006), estabelecendo uma distância social entre os grupos com mais ou menos recursos. Essa é uma desvantagem maior que a desigualdade de gênero no mercado de trabalho (MANDEL, 2009; SESKO; BIERNAT, 2010), pois possibilita ao indivíduo manter-se em posições de classe mais alta no meio social e alcançar posições hierarquicamente superiores no trabalho em virtude do acesso a determinados recursos. Além disso, essa desigualdade é mais facilmente detectável, pois é explícita e legitimada (ACKER, 2006), ao contrário das desigualdades de gênero e raça que são sutis, permaneceram silenciadas e, por isso, difíceis de documentar (ACKER, 2006; RIBEIRO, 2006; MANDEL, 2009).

Ao considerarmos as expectativas construídas em torno de famílias de classe trabalhadora, percebemos que o trabalho remunerado de mulheres negras ocupa, muitas vezes, um espaço contraditório. Por ser trabalho feminino, é considerado secundário, e, por isso, menos importante que o trabalho masculino. Ao mesmo tempo, espera-se que elas se ocupem do próprio sustento desde cedo (DAMASKE, 2011; ECHEVERRIA et al., 2015), muitas vezes comprometendo as oportu-

nidades de investimento em qualificação, tendo como consequência a profunda precarização das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora (ANTUNES; PRAUN, 2015).

A ideia de classes sociais vinculada à concepção marxista apresenta a oposição de dois grupos sociais distinguíveis pelo acesso a recursos e meios de produção. De um lado, estariam os detentores do capital e, de outro, a classe operária, como dois grupos constantemente em conflito, socialmente distantes, em uma relação de desigualdade (FERRAZ, 2009). No entanto, na sociedade contemporânea, há diversos grupos sociais com desigualdades derivadas de outros fatores que não apenas socioeconômicos. Neste contexto, a ideia de classe social indicada por Pierre Bourdieu (2013) permite apreender outros aspectos que contribuem para as desigualdades de classe. Isso porque existem distinções culturais entre as pessoas, além das econômicas, criadas pelos mecanismos de articulação social dos vários grupos, que resultam em desigualdades de classes não passíveis de transposição apenas pela ascensão econômica. Assim, o conceito de classe se amplia para abarcar, ao mesmo tempo, as desigualdades percebidas pela distribuição de recursos materiais, as diferenças culturais e de comportamento que formam o que o autor considerou como capital simbólico (BOURDIEU, 2013).

Todavia, o acesso a determinado capital não significa uma transição imediata de uma classe social para outra (BOURDIEU, 2013). Por exemplo, uma pessoa de família considerada tradicional, mesmo não tendo mais posses de bens materiais, pode continuar sendo tratada como membro de uma classe com mais *status*. Por outro lado, uma pessoa de uma classe baixa que adquiriu bens e passou a consumir produtos caros e frequentar locais por onde transitam membros das classes altas, pode não ser aceita como pertencente àquele espaço. Decorre dessa distinção que a possibilidade de mobilidade social depende tanto da origem da pessoa quanto do seu acesso aos diferentes tipos de capital. Embora a origem tenha um peso determinante na trajetória social de uma pessoa, a noção de que os espaços sociais são construídos por meio de relações e articulações mutáveis deixa aberta a possibilidade de reconfiguração desses espaços de forma a permitir a migração de classe (BOURDIEU, 2007).

Movimentos feministas surgiram para buscar direitos para as mulheres, em especial para que as mulheres pudessem ter a prerrogativa de ingressar no mercado de trabalho formal e se tornarem financeiramente independentes de seus pais e maridos. Críticas a esses movimentos apontaram a invisibilidade da ação política que envolvesse as necessidades das mulheres negras (RIBEIRO, 2006; HOLVINO, 2008; DAVIS, 2016). Isso se explica pela percepção construída a partir da oposição entre homens e mulheres: a mulher branca seria o oposto do homem branco e sua luta seria para se equiparar a ele em direitos, incluindo os direitos no mundo do trabalho.

A presença organizada das mulheres negras em movimentos feministas se deu a partir da década de 1970, e as questões colocadas desde 1985 trouxeram à luz debates e demandas desse grupo específico. As mulheres negras, pela sua traje-

tória histórica, especialmente em países como o Brasil, não estão sob as mesmas condições que a mulher branca (CARNEIRO, 2003; HOLVINO, 2008).

Historicamente, as mulheres negras não foram consideradas como sexo frágil, pois seu trabalho como escrava, ama de leite e a exploração que sofreram ao longo do tempo, em momento algum, compararam-nas à ideia da mulher branca e frágil que deveria ser protegida e mantida no espaço particular da casa. Por isso, a separação entre esfera doméstica e esfera do trabalho dada por feministas brancas não se aplica, e ganhar espaço na esfera do trabalho público não era prioridade (HOLVINO, 2008; DAVIS, 2016).

A situação das mulheres negras na sociedade brasileira pode ser considerada como potencialmente mais difícil (BENTO, 1995; SOARES, 2000; OLIVEIRA, 2007) por significar a interseção de duas categorias distintas que carregam processos discriminatórios: o gênero e a raça. Estudos a respeito das diferenças salariais entre homens negros, mulheres brancas e mulheres negras utilizando como meio de comparação a remuneração de homens brancos, mostraram que desses três grupos, as mulheres negras são as que mais sofrem com a diferença de remuneração (SOARES, 2000; OLIVEIRA, 2007).

Mesmo que as taxas de participação da população negra com 10 anos e mais no mercado de trabalho urbano sejam superiores às dos não-negros (DIEESE, 2005), há diferenças salariais não explicadas objetivamente, implicando uma situação discriminatória. Gênero e raça são padrões que produzem um *continuum* de segregação e diferenças de salários, pois afetam pressupostos sobre habilidades e responsabilidades (ACKER, 2006). A população negra é o segmento que ingressa mais cedo no mercado de trabalho e mais investe em formação, em comparação com outras parcelas da população, e ainda assim é a que recebe menos retorno em relação à sua qualificação e sofre as taxas mais altas de desemprego (BENTO, 1995; OLIVEIRA, 2007; LEITE; SOUZA, 2010).

A luta por direitos das mulheres negras passa pela luta contra o racismo, pois embora defenda-se a ideia equivocada de que o Brasil seja uma democracia racial, as relações cotidianas mostram que a discriminação racial é recorrente (LENGLER, VIEIRA; FACHIN, 2002), apesar de silenciada e vista ainda como um tabu (RIBEIRO, 1995; CARNEIRO, 2003). Por isso, são constantes, tanto na sociedade em geral quanto dentro do ambiente organizacional, as desigualdades baseadas na discriminação racial que colocam barreiras na trajetória profissional de pessoas negras (MYERS, 2003). Assim como é importante questionar mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios (CARNEIRO, 2003; OLIVEIRA, 2007).

Mesmo com a incursão feminina no mercado de trabalho formal, as leis de proteção à mulher e competição igualitária (MANDEL, 2009), a criminalização da discriminação e ações afirmativas (ETHOS, 2010) para promover a diversidade nas organizações, ainda permanecem situações de desigualdade baseadas em diferenças de sexo e etnia (MENEGHEL et al., 2005; OLIVEIRA, 2007), que não

são ações isoladas, mas caracterizam um sistema discriminatório, e representam o que Acker (2006) chamou de regimes de desigualdade.

O termo “regimes de desigualdades” foi indicado por Acker (2006) para, ao mesmo tempo (1) reconceituar a interseccionalidade resultante da reprodução mútua da relação de desigualdades de gênero, raça e classe; e (2) auxiliar na identificação de barreiras à criação de igualdade nas organizações. Por interseccionalidade, entende-se a conjunção de múltiplas fontes de identidades (CRENSHAW, 1991) com vistas a captar a complexidade das identidades e desigualdades sociais com base em um enfoque integrado ou interseccional de categorias diversas, como sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e outras (BILGE, 2009).

Os “regimes de desigualdade” referem-se a uma conjunção de processos e práticas que resultam na continuidade das relações de desigualdade existentes entre pessoas no trabalho (ACKER, 2006), e se mostram nas organizações como práticas sutis que resultam em processos e ações para manter a desigualdade existente. Para Acker (2006, p. 443, tradução nossa), “todas as organizações têm regimes de desigualdade, definidas como práticas vagamente interligadas, processos, ações e significados que resultam na manutenção das desigualdades raciais, de classe e de gênero dentro das organizações particulares. [...] Esses regimes estão ligados à desigualdade da sociedade circundante, sua política, história e cultura”.

Concordamos com a afirmação de que pesquisas sobre desigualdade e dominação devem considerar ao menos a interseção de raça, gênero e classe (RIBEIRO, 1995; ACKER, 2006, 2009), pois são categorias interconectadas na produção da desigualdade (CARNEIRO, 2003). Por essa razão, nosso interesse em estudar mulheres negras e pobres no trabalho, na tentativa de compreender como os regimes de desigualdade podem ser reproduzidos e reforçados por meio da interseção entre essas categorias.

Mesmo com questionamentos e políticas de promoção de igualdade entre homens e mulheres nas organizações, e entre brancos e negros, as desigualdades continuaram. No Brasil, as mulheres são 41% da força de trabalho, mas ocupam somente 24% dos cargos de gerência (PROBST, 2012), por exemplo. Por isso, se mostram importantes os estudos de gênero, que buscam entender como as sociedades e pessoas constroem e decodificam as diferenças entre os sexos e as expectativas que se formam a partir dessas diferenças (MENEGAT; SILVA, 2012); e os estudos sobre desigualdade racial, visto que as disparidades raciais contribuem para a discriminação social e posição de desvantagem (BROWN et al., 2003; MARQUES; SANCHEZ, 2010).

Estudos norte-americanos de produção de desigualdade de gênero, raça e classe nas organizações tiveram como foco uma ou outra dessas categorias, sem, contudo, investigar a interseção entre elas (ACKER, 2006, 2009; HOLVINO, 2008, MANDEL, 2009). É o que ocorreu também na produção científica sobre gênero (MANDEL, 2009), e se repetiu na produção brasileira: os estudos sobre desigualdade e diversidade no âmbito organizacional privilegiam a análise de um

aspecto – por exemplo, ou raça/etnia, ou gênero – sem considerar a relação entre mais de uma categoria.

Os regimes de desigualdade se mostram em processos organizacionais que reproduzem no ambiente de trabalho as desigualdades existentes na sociedade. Acker (2006) aponta cinco processos organizacionais que produzem desigualdade:

- a) Requisitos gerais de trabalho: a imagem do funcionário ideal é a do homem branco totalmente dedicado ao trabalho. Em virtude da separação do trabalho por gênero, as mulheres em geral têm mais obrigações com a família e por isso a distribuição de homens e mulheres por nível hierárquico se mantém desigual;
- b) Hierarquia: a descrição do trabalho em si com atribuição de tarefas específicas permite estabelecer uma hierarquia de funções, e as mulheres estiveram mais presentes em trabalhos de secretariado e prestação de serviços. Além disso, as habilidades requeridas para determinadas funções são explicitamente definidas e remuneradas de forma equivalente. Por essa razão, enquanto assistentes e secretários(as) executam tarefas além de suas responsabilidades, são os chefes e supervisores que recebem o crédito pelo resultado, incluindo as promoções e benefícios de remuneração;
- c) Recrutamento e seleção: o gênero e a raça de trabalhadores alocados em determinadas funções servem como parâmetro para o recrutamento de novos funcionários, pois os pressupostos sobre que tipo de trabalho é compatível com este ou aquele indivíduo influenciam a decisão e as contratações;
- d) A determinação de salários e práticas de supervisão: a separação entre gestores e trabalhadores é uma separação de classes. Assim como no item anterior, o gênero e raça afetam expectativas sobre habilidades e responsabilidades, resultando em diferenças de remuneração por tipo de trabalho assim como a existência de trabalhadores executando tarefas não remuneradas;
- e) Interações informais durante a execução do trabalho: as interações e comportamento são também afetados por pressupostos de raça, classe e gênero pela construção social do que se considera comportamento adequado para cada indivíduo no ambiente de trabalho.

Os processos organizacionais de recrutamento, organização do trabalho, práticas e tarefas, e mesmo as relações informais podem ser afetados pelas expectativas construídas a respeito do sexo e raça do (a) trabalhador (a) e reproduzem desigualdades em relação a oportunidades e posições ocupadas pelas pessoas, muitas vezes, de forma que não é possível contestá-las (ACKER, 2006; SOARES, 2000).

Ainda que não estejam explícitos critérios raciais de seleção e promoção de funcionários, a prática persiste (LEITE; SOUZA, 2010). Uma mulher negra pode ter as mesmas condições objetivas – formação, experiência, habilidades – que sua colega branca e ainda assim ser preterida por sua cor, sem que isso seja dito abertamente, o que a impede também de lutar contra o preconceito no mercado de trabalho (ACKER, 2006; RIBEIRO, 2006; LEITE; SOUZA, 2010). Isso é representativo do que Acker (2006) destaca como invisibilidade da desigualdade.

Enquanto houver processos sutis que reforcem a desigualdade dentro das organizações, de forma a mantê-los invisíveis, não será possível estabelecer uma forma de resistência a eles.

3 HETEROTOPIAS VIRTUAIS: FORMAS DE RELAÇÕES DE POSICIONAMENTO

O espaço e as relações de poder que por meio dele se estabelecem é um tema presente na obra de Michel Foucault, ao explicar que a organização do espaço e dos elementos da arquitetura que o compõem não são determinantes, pois o autor pensa o espaço como uma forma de relação de posições (FOUCAULT, 2009). A expressão heterotopia é utilizada por Foucault (1982) para nominar lugares produzidos pela sociedade onde conflitos e tensões se exercem pelas relações de poder de uma sociedade. Considerando a importância do espaço para o exercício do poder, Foucault (2009, p. 414) o relaciona com posicionamento, isso porque “vivemos no interior de um conjunto de relações que definem posicionamentos irreduzíveis uns aos outros, e absolutamente impossíveis de serem sobrepostos”. O autor aponta que existem dois grandes tipos de espaços: as utopias (posicionamentos sem lugar real) e as heterotopias (lugares reais, efetivos, delineados pela sociedade).

Para o entendimento do que sejam as heterotopias, Foucault (2009) oferece a explicação por meio dos princípios: (1) não existe uma forma universal de heterotopias, cada cultura cria as suas; (2) tem uma dinâmica própria, assumindo várias funções e mudando conforme a sociedade e o tempo; (3) abriga no mesmo lugar diferenças e incompatibilidades; (4) tempos diferentes se acumulam em um só lugar, havendo uma ruptura com o tempo tradicional; (5) um sistema de abertura e fechamento as isola ao mesmo tempo que as deixa atingíveis, ou se é obrigado a chegar lá ou é preciso se submeter a ritos e purificações.

Ao se referir às heterotopias, Michel Foucault citou cemitérios, museus, asilos, teatros, entre outros espaços. A ideia de pensar os *blogs* como heterotopias não implica em reconhecê-lo na fala do autor, mas, sim, como uma metáfora a ser explorada considerando as relações de poder expressas em um espaço que se tornou um dos fenômenos mais marcantes deste século: o ciberespaço (CASTELLS, 2000). Outros estudos centraram-se na noção de heterotopias.

Ramos (2010) analisou as lutas espaciais protagonizadas pelos movimentos sociais urbanos, de forma mais específica, o movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro, identificando suas estratégias e táticas como heterotopias urbanas, visto sua contribuição para a criação e manutenção de enclaves insurgentes. A autora analisou que os movimentos emancipadores modernos questionam a ordem instituinte e instituída, lutando por uma democracia radical e direta, bem como por uma espacialidade justa e igualitária que culmine com a liberdade.

Os circos também foram explorados como heterotopias organizacionais (OLIVEIRA; CAVEDON, 2017), com base em uma pesquisa etnográfica multissituada em um circo contemporâneo no Brasil e no Canadá. As autoras identificaram que as práticas organizativas alteram relações de forças no campo das artes nos dois contextos estudados, o que resultou na produção de outros espaços. E Bell e Taylor (2016) analisaram os memoriais organizacionais construídos sobre a morte de Steve Jobs como lugares heterotópicos para expressar a perda dos consumidores. Imagens e tecnologias foram utilizadas, por meio de recursos da internet, como websites, para reproduzir pessoas e objetos, criando santuários temporários e comunidades memorialísticas.

Ao empregarmos a metáfora conceitual (LAKOFF; JOHNSON, 1980) como recurso para entender os *blogs* como heterotopias, não queremos reduzir a noção atribuída por Foucault (2009) ao termo, mesmo porque, àquela época, os *blogs* ainda estavam por vir. Nos interessa aqui aproveitar a análise foucaultiana para explorar os *blogs* como um espaço constituído coletivamente para relevar relações de poder expressas no cotidiano.

4 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Nesta pesquisa, utilizamos uma abordagem qualitativa com o objetivo de analisar como os regimes de desigualdade se revelam, por meio das histórias publicadas num *blog*, seguindo a metodologia aplicada por Brignol e Brum (2013). Em seu trabalho, os autores analisaram *sites* construídos para imigrantes de países de língua espanhola, nos quais puderam verificar experiências de migrações contemporâneas a partir do conceito de web-diáspora, “relacionado com a criação de ambientes comunicacionais marcados pela lógica do deslocamento e pela vivência da diáspora” (BRIGNOL e BRUM, 2013, p. 348). Seguindo essa perspectiva, utilizamos a ideia da criação do ambiente comunicacional a serviço de um grupo que expõe reflexões sobre situações diárias de mulheres negras no Brasil, e pretende ser um canal de representação dessa parcela da população.

Inicialmente, buscamos identificar *blogs* e redes sociais construídas com o propósito de reivindicação de visibilidade para as mulheres negras. Encontramos, inicialmente, 11 *blogs*. Em uma primeira análise dos *blogs*, descartamos 9 por não contemplarem a temática **trabalho** em suas postagens. Desses 11 *blogs*, 5 mencionaram o Blogueiras Negras, que foi escolhido como objeto de análise, e 1 deles é mantido por uma de suas fundadoras.

Esse *blog* <<http://blogueirasnegras.org/>> reúne textos e material de diversas autoras, sendo um coletivo *online* de narrativas, manifestos, reflexões e informações consideradas relevantes para as mulheres negras. Esses textos são agrupados em 63 categorias, dentre as quais escolhemos a categoria **trabalho** por considerar que seria mais útil ao nosso propósito, que está relacionado aos regimes de desigualdade nas organizações. O *blog* foi criado em março de 2013

como um espaço para divulgação e debate de assuntos de interesse para mulheres negras, com o intuito de “aumentar a visibilidade da produção de blogueiras negras” (BLOGUEIRAS NEGRAS) e conta com uma equipe de 5 facilitadoras para edição e publicação dos textos, além da moderação do grupo de discussões, sendo que 4 delas mantém *blogs* próprios nos quais publicam sobre assuntos diversos – cultura, relacionamento, beleza e sexualidade, por exemplo – também abordados no coletivo.

Do material publicado no Blogueiras Negras, selecionamos os 21 textos disponibilizados sob a categoria “trabalho”, os quais foram lidos na íntegra. A primeira postagem é datada de 09 de abril de 2013, e até o encerramento desta pesquisa, a última é datada de 09 de novembro de 2016. Nesses textos, percebemos que os temas recorrentes se referem a trabalho doméstico, precarização do trabalho, segregação ocupacional e preconceito (Quadro 1).

Quadro 1 – textos publicados sob a categoria “trabalho” no Blogueiras Negras

	TÍTULO DO TEXTO	AUTORIA	DATA DE PUBLICAÇÃO	TEMAS ABORDADOS
1	Luta silenciada, conquista histórica	Juliana C.Nunes	09/04/2013	PEC das domésticas
2	“Minha empregada é como se fosse da família”	Leticia Maria	15/04/2013	PEC das domésticas
3	PEC dos Domésticos: da invisibilidade jurídica para a concretude de direitos	Gabriela Ramos	26/04/2013	PEC das domésticas
4	Como ser negra e lésbica e conseguir emprego em São Paulo?	Záira Pires	08/05/2013	Dificuldade em conseguir colocação no mercado, mesmo tendo qualificação.
5	Manifesto do Coletivo Pretas Candangas, Latinidades e Griô contra a violência do racismo na gestão da cultura brasileira	Blogueiras Negras	22/05/2013	Manifesto contra a suspensão dos editais do Ministério da Cultura que visavam incentivar artistas e produtores(as) negros(as)
6	A mulher negra e o sexo frágil	Jarid Arraes	31/07/2013	O estereótipo do sexo frágil não se aplica à mulher negra
7	Trabalho doméstico: ‘ela é da família’ não é amor, é navalha na carne	Charô Nunes	18/12/2013	Trabalho doméstico

Quadro 1 – textos publicados sob a categoria “trabalho” no Blogueiras Negras (continua)

	TÍTULO DO TEXTO	AUTORIA	DATA DE PUBLICAÇÃO	TEMAS ABORDADOS
8	A terceirização e a ameaça aos direitos das mulheres negras trabalhadoras	Marjorie Chaves	19/02/2014	Terceirização como precarização do trabalho (redução de salários e benefícios, discriminação por terceirizados realizarem trabalho considerado ‘de menor prestígio’), e inserção das mulheres negras no setor de serviços
9	Negra é a mão de quem faz a limpeza: o sentido do 1º. De maio para a população negra	Marjorie Chaves	01/05/2014	Greve dos(as) garis em 2014 e a dimensão da divisão racial do trabalho
10	Delicadas mãos que produzem: a contribuição da mulher negra nas artes plásticas	Wanessa Yano	12/05/2014	Faz uma apresentação de mulheres negras artistas plásticas
11	A Questão era outra	Tabata Yara	26/06/2014	Cor e classe como barreira para a carreira de dançarina de ballet
12	A Negra e Gorda no mercado de trabalho	Mabia Barros	12/12/2014	Desafios para a negra gorda no mercado de trabalho
13	As mesmas batalhas que eu	Maria T.Ferreira	16/12/2014	Desafios para as mulheres negras no mercado de trabalho
14	Toda jornalista negra é ponta-de-lança	Aline Ramos	19/01/2015	Desafios para as mulheres negras na profissão de jornalista
15	13 de maio: vamos falar de exploração doméstica?	Josane Silva Souza	12/05/2015	Exploração da empregada doméstica
16	E foi isso que vi na Dra. Katleen: paixão. Paixão pelo que faz. Paixão em ser negra. Paixão por nós, mulheres negras.	Gabri Porfirio	31/08/2015	Entrevista com a dermatologista Dra Katleen

Quadro 1 – textos publicados sob a categoria “trabalho” no Blogueiras Negras (continua)

	TÍTULO DO TEXTO	AUTORIA	DATA DE PUBLICAÇÃO	TEMAS ABORDADOS
17	Você não se encaixa no perfil	anônima	04/07/2016	Discriminação pela cor no processo seletivo
18	Mulheres negras e Youtube: não é por popularidade, é por visibilidade	Rebeca Nascimento	08/07/2016	Visibilidade das reivindicações das mulheres negras
19	Apesar de ser negra... o tributo pago pela mulher negra ao mercado de trabalho	Viviana Santiago e Viviane Santiago	14/07/2016	Desafios para as mulheres negras no mercado de trabalho
20	Negras na tecnologia	Barbara Paes	25/08/2016	Desafios para as mulheres negras nas profissões da área de tecnologia
21	A vida é feita de escolhas, eu escolhi sonhar	Eliane Oliveira	09/11/2016	Resistência

Fonte: elaborado com base nos dados da pesquisa.

A seguir, procuramos analisar de que forma os regimes de desigualdade se mostram no cotidiano narrado pelos textos disponíveis que, por terem caráter autobiográfico, permitiram vislumbrar situações vividas pelo ponto de vista das autoras. Para essa etapa, utilizamos a técnica de análise de conteúdo conforme Bardin (1988), que pode ser organizada em três fases: pré-análise – utilizando a ferramenta copiar/colar, transferimos o conteúdo das postagens para um arquivo organizando por temática; exploração – definimos duas categorias de análise: (1) denúncia dos regimes de desigualdades (imagem ideal do trabalhador, atribuição de tarefas, perfil, diferenças salariais, comportamento), o que foi norteado por Acker (2006), e (2) estratégias de enfrentamento (visibilidade, re-significação e qualificação); e tratamento dos resultados, quando fizemos a inferência e interpretação, junto à análise reflexiva) (MOZZATO e GRZYBIVSKI, 2011).

5 RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção, iniciamos apresentando o campo de pesquisa, o *web-blog* Blogueiras Negras. Em seguida, discutimos o Blogueiras Negras como um espaço heterotópico, cujo posicionamento político se caracteriza pela denúncia e resis-

tência. Fazemos isso por meio das categorias analíticas (imagem ideal do trabalhador, atribuição de tarefas, perfil, diferenças salariais, comportamento) que evidenciam elementos dos processos que caracterizam o regime de desigualdade.

5.1 O BLOGUEIRAS NEGRAS

Por definição disponibilizada no próprio *blog*, o Blogueiras Negras é:

Um instrumento de publicação que tem como principal objetivo aumentar visibilidade da produção de blogueiras negras. Somos também uma comunidade bastante diversa em suas opiniões e demandas, organizada através de: um grupo de discussão; um time dinâmico de autoras; e uma equipe de facilitadoras. (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2013, p. 01).

No *blog* são publicados textos de mulheres auto-declaradas negras e afrodescendentes, que podem ou não fazer parte do fórum de discussão vinculado ao veículo de divulgação. Elas enviam seus textos de acordo com data e temática previamente definida pelo calendário do *blog* à equipe editorial, assim como uma breve descrição de si e *links* de perfis em redes sociais *online* ou *blog* próprio para ser divulgado juntamente com o texto. O texto é analisado e agendado pela equipe responsável pelo conteúdo publicado. Neste sentido, o Blogueiras Negras se tornou um espaço para comunicação a serviço de um grupo (BRIGNOL; BRUM, 2013).

O material na página inicial está organizado de forma a possibilitar acesso direto aos artigos em destaque, e os artigos recentes são separados por categorias: identidade, resistência, infância, educação, estilo de vida, saúde e beleza, política, religião, cultural, sexualidade, preconceito, história, trabalho, entre outras. Também há ícones de redirecionamento para redes sociais, e uma lista de categorias para navegação, para encontrar os textos relacionados a um determinado assunto de interesse do(a) visitante.

Os textos contêm traços autobiográficos e não-fictícios e indicam um posicionamento político, na medida em que pretendem dar visibilidade a demandas relacionadas a problemas diários enfrentados por mulheres negras e afrodescendentes no Brasil, buscando superar a invisibilidade da desigualdade mencionada por Acker (2006). É possível entender o “Blogueiras Negras” como um espaço de reflexão das práticas, no qual se permite a reelaboração de significados. No entendimento de Foucault (2009), as práticas discursivas contêm um conjunto de regras, anônimas e históricas, capazes de orientar as condutas humanas ao mesmo tempo que permitem sua reelaboração. Dessa maneira, o blog encontra ressonância na noção foucaultiana de heterotopia, uma utopia possível.

A classificação por cor ou raça pode se dar de três formas: auto-atribuição quando o próprio sujeito escolhe o grupo do qual se considera membro; a heteroatribuição, quando outra pessoa define o grupo do sujeito; e a identificação de

grandes grupos populacionais dos quais provieram os ascendentes próximos por meio de investigação genética. Sendo assim, o indivíduo estaria mais próximo do estereótipo de um grupo ou de outro (OSÓRIO, 2003). O IBGE utiliza a auto-atribuição, considerada adequada para classificação da população brasileira como pertencente a esse ou aquele grupo racial/étnico. A prerrogativa para publicar um texto no Blogueiras Negras é exatamente a identificação da autora como pertencente ao grupo de mulheres negras, por isso, neste trabalho, podemos afirmar que os textos foram escritos por e para mulheres negras a fim de dar visibilidade e voz a um grupo cujas reivindicações não estiveram em pauta pelo movimento feminista tradicional.

5.2 DENÚNCIAS: PRECONCEITO E REPRODUÇÃO DE DESIGUALDADES

A discriminação racial é um tabu (RIBEIRO, 1995; CARNEIRO, 2003) na sociedade brasileira, e negamos que práticas discriminatórias estejam presentes no cotidiano. Isso pode estar oculto sob diversas formas, como a recorrente expressão para se referir a empregadas domésticas, como *peças da família*, uma negação dessa condição para se sentirem pertencentes aos lugares (TEIXEIRA et al., 2005). No entanto, a discriminação é recorrente (LENGLER, et al., 2002) e se revela por situações vivenciadas: “Minha mãe se considerava da família, até a patroa desconfiar dela. A mãe foi demitida, e depois teve muitas dificuldades em se adaptar em outras casas, por isso passou para os serviços gerais” (MARIA, 2013. Trecho extraído do texto 2). O episódio mencionado expõe a discriminação que emerge nas interações informais no dia a dia da execução do trabalho, assim como as práticas de supervisão do trabalhador, ao utilizar critérios baseados em suposições na avaliação do desempenho (ACKER, 2006) e exemplifica a extrapolação de atributos negativos relacionados a estereótipos vinculados à aparência do indivíduo, que traz à tona o racismo existente na nossa sociedade (OSÓRIO, 2003).

Outro aspecto relacionado ao processo de determinação de salários e práticas de supervisão é a possibilidade da trabalhadora doméstica realizar tarefas não incluídas em horas remuneradas, pela eliminação da linha divisória entre trabalho e afeto: “isso não é sobre sentimento, é sobre pagamento de hora extra e jornada de trabalho de 44 horas semanais. Quem é da família não tem hora para chegar e ir embora, quem é funcionária sim” (NUNES, 2013. Fragmento texto 7).

De certa forma, a percepção que se tem é de uma tentativa não explicitamente estabelecida de se manter a invisibilidade das desigualdades (ACKER, 2006): “O silêncio centenário da sociedade brasileira diante da exploração vivenciada por milhares de mulheres, em sua maioria negras, revela que a espinha dorsal escravocrata teima em ceder” (NUNES, 2013. Fragmento do texto 1) ao mesmo tempo em que se busca compreender porque ela se mantém. Utilizando as palavras de

uma das autoras fundadoras do *Blogueiras Negras*: “Quem sabe a explicação mais plausível seja a tácita aliança entre machismo, racismo e classismo, muito mais naturalizados (e internalizados) do que se possa imaginar ou admitir.” (NUNES, 2013. Fragmento texto 7).

A inserção das mulheres negras no mercado de trabalho formal tem aumentado (DIEESE, 2013), com maior participação no setor de serviços, que muitas vezes é oferecido por terceirização, e em condições de trabalho mais precárias em vista da busca por menores custos de mão de obra. No relato seguinte, podemos identificar as categorias de regimes de desigualdade referentes (1) à manutenção da hierarquia, pela concentração de mulheres negras em atividades consideradas de menor prestígio, e (2) determinação da remuneração, pois no trabalho terceirizado o vínculo entre trabalhador e contratante é mais tênue e por isso, a redução dos custos implica também numa redução de salários e benefícios:

Estatísticas sobre terceirização no setor de serviços são escassas. A despeito do crescimento desse setor, em que as mulheres negras estão sobrerrepresentadas, sabe-se que não significou melhoria das suas condições de vida. Concentradas na base da pirâmide social brasileira, as trabalhadoras negras correspondem ao contingente em maior posição de desvantagem dentro da classe trabalhadora. A discriminação racial e de gênero implica na segmentação das ocupações no mercado de trabalho urbano conformando as desigualdades sociais. Por tudo isso, é preciso aprofundar o debate sobre a legitimidade de uma prática (CHAVES, 2014. Fragmento texto 8).

Algumas narrativas de episódios autobiográficos exemplificam o que autores (BENTO, 1995, SOARES, 2000; LEITE; SOUZA, 2010) afirmaram sobre a inserção precoce de mulheres negras no mercado de trabalho, exercendo ocupações servis e vivenciando situações de humilhação: “Minha mãe, com apenas 12 anos, foi trabalhar em casa de família e passou por diversos tipos de humilhação. Tinha o acesso proibido à geladeira e, para matar a fome, se alimentava por meio de furinhos em latas e potes.” (NUNES, 2013. Fragmento texto 1).

A relação entre patroa e empregada mostra a divisão de classes e é marcada por práticas de dominação e humilhação, herança escravocrata na sociedade brasileira, que confinou mulheres negras em ocupações consideradas de segunda categoria, como serventes e empregadas domésticas: “A discriminação racial e de gênero implica na segmentação das ocupações no mercado de trabalho urbano conformando as desigualdades sociais” (CHAVES, 2014. Fragmento texto 9).

Essa segregação ocupacional se relaciona à categoria de pressupostos e requisitos para o trabalho, pois, se no Brasil a discriminação é silenciada, as expectativas sobre quais funções determinado indivíduo pode realizar está vinculada à construção histórica das relações entre grupos de diferentes etnias e classes.

Da mesma forma, a afirmação de Jarid Arraes no texto “A mulher negra e o sexo frágil” expõe sua interpretação do estereótipo de gênero e raça que relaciona as mulheres negras ao trabalho manual e desgastante, num exemplo do que Hol-

vino (2008) apontou sobre a história da mulher negra, que sempre esteve presente no trabalho e foi submetida a exploração: “em pleno ano 2013, a discriminação e os estereótipos raciais permanecem fortes e são responsáveis pela naturalização com que se vê mulheres negras empurrando carrinhos-de-mão repletos de sucata ou lavando as privadas” (ARRAES, 2013. Fragmento texto 6).

O trabalho doméstico, também um tipo de prestação de serviços, permite estabelecer relações com mais de um dos processos organizacionais produtores de desigualdade. No texto “Trabalho doméstico: ‘ela é da família’ não é amor, é navalha na carne”, a autora Charô Nunes exprime claramente sua percepção da interseção de categorias carregadas de processos discriminatórios na produção de processos de segregação ocupacional quando fala das trabalhadoras domésticas, especialmente em dois pontos: (1) “algumas mulheres e alguns trabalhos são mais importantes que outros a ponto de ser lucrativo pagar alguém, quase sempre negra, para emancipar a patroa quase sempre branca” e (2) “Precisa de números? A esmagadora maioria trabalhando na categoria é mulher, 62% são pardas ou negras e apenas 30% têm carteira assinada segundo a Fenatrad. Essa é uma questão clássica de gênero, de classe e de raça” (NUNES, 2013. Fragmento texto 7).

As afirmações de Nunes (2013) podem ser relacionadas com o processo “requisitos gerais para o trabalho”, pois as mulheres são maioria no trabalho doméstico, o que mostra a distribuição desigual e segregação de trabalho por gênero assim como o processo “recrutamento e seleção”, na medida em que os pressupostos sobre que tipo de trabalho é compatível com este ou aquele indivíduo influenciam a decisão e as contratações.

Uma narrativa anônima ilustra os requisitos do trabalho que produzem a desigualdade: a autora, graduada em Direito e estudante de Ciências Contábeis, relata que se candidatou em diversos processos seletivos para realizar estágio, tendo sido selecionada por uma multinacional para realizar a entrevista, para o que esperava ser contratada, visto que cumpria todas as exigências de qualificação, tinha experiência profissional em direito e é fluente em três idiomas. No dia da entrevista, a autora do relato conheceu os outros candidatos e se sentiu tranquila, visto que não havia ninguém que se despontava, então, “estávamos todos em ‘pé de igualdade’”. No entanto, recebeu a seguinte mensagem da empresa: “Não foi possível seu aproveitamento nessa oportunidade, já que não se encaixa no perfil”.

Esse perfil também é mencionado no texto de Aline Ramos, sobre as barreiras encontradas pelas mulheres negras no telejornalismo:

Para ser jornalista e negra no Brasil é preciso ser ponta-de-lança e muito forte para não se amuar. Às vezes a pupila nada nos zóio cheinho de água, mas se é pra ser jornalista e negra, tem que balançar, mas não cair. Quanto a menina começa a faculdade já é logo avisada que não pode trabalhar na TV com o ‘cabelo assim’. A futura jornalista negra engole seco, com os zóio daquele jeitinho que a gente sabe e tem vontade de bradar que não perguntou nada. Ainda amuada, a futura jornalista negra ouve que até poderia trabalhar na televisão, desde que fosse em algum

programa descolado na MTV. Amuada com tamanha herança, aceita e nem investe muito nas aulas de telejornalismo (RAMOS, 2015. Fragmento do texto 14).

Duas outras autoras reforçaram a necessidade de garantir os direitos trabalhistas das empregadas domésticas, objetivo da emenda constitucional 66 de 2012:

Já passou da hora! Esta PEC vem mostrar que já passou da hora de parar de explorar o trabalho da mulher (na sua maioria negra) de forma tão injusta e mesquinha. Sabemos que o Brasil (em sua tradição escravocrata) ainda é o país que mantém o maior número de empregadas domésticas no mundo, em torno de 7,2 milhões de pessoas, 83% delas, mulheres. Em torno de 70% dessas, são negras. Mas apenas cerca de 10% delas são contempladas pelos direitos trabalhistas (MARIA, 2013. Trecho extraído do texto 2).

Até determinado momento os domésticos foram negligenciados e isso se deu por ocasião da visão escravagista que fez com que eles permanecessem invisibilizados tanto pelos legisladores, quanto pela sociedade, e perdurasse a marginalização social, a precarização no trato e o não reconhecimento de quaisquer direitos” (RAMOS, 2013. Fragmento texto 3).

Ambos os trechos também apontam as desigualdades causadas pelos requisitos e pressupostos para o trabalho, o processo de recrutamento e a determinação de salários, assim como a manutenção de uma hierarquia que divide diferentes níveis sociais e distancia membros de classes distintas, e tornam visíveis as desigualdades existentes.

A dificuldade de conseguir colocação no mercado, mesmo com investimento em estudo e qualificação exemplifica dois dos processos que Acker (2006; 2009) apontou como responsáveis pela reprodução da desigualdade: os pressupostos e requisitos para o trabalho e as políticas de recrutamento e seleção. Embora não tenhamos informações suficientes para afirmar com certeza que há práticas discriminatórias impedindo a colocação da autora no mercado de trabalho, entendemos que não seja possível compreender que uma profissional qualificada continue à procura de emprego, sem sucesso.

Os regimes de desigualdade descritos por Acker (2006), bem como as práticas discriminatórias descritas por Bento (1995), ainda persistem nas organizações contemporâneas, conforme o relato das experiências sociais analisadas no *Blogueiras Negras*, o que é também corroborado pelas estatísticas. Esse resultado sinaliza para o fato de que o lugar das mulheres negras no trabalho, de acordo com o imaginário social, é mantido pelos regimes de desigualdade, isto é, está ainda restrito àquele em que se realizam tarefas subalternas.

5.3 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Relatos de experiências sobre estratégias de enfrentamento também estão presentes nos textos analisados, mostrando que as denúncias são acompanhadas da ação. Uma das estratégias de enfrentamento é a visibilidade, como Rebeca Nascimento faz com o lançamento de um canal no youtube: “Percebo que a maioria de

nós está no Youtube falando de estética negra, das lutas diárias e de empoderamento. [...] é como se encontrássemos no vídeo uma forma de gritarmos nossas inquietações e observações e sermos vistas” (NASCIMENTO, 2016, fragmento do texto 18).

A visibilidade das mulheres negras foi mencionada no texto de Maria Teresa Ferreira, ao falar do preconceito e racismo no mundo acadêmico: “Sair da invisibilidade não é só uma questão de incentivo do estado ou políticas públicas de inserção, exige mudança no pensamento estruturante da sociedade em permitir que espaços sejam ocupados por nós mulheres negras, sem fazer das especificidades dessa subida um impeditivo ou uma justificativa para torná-la mais difícil” (FERREIRA, 2014, fragmento do texto 13).

Barbara Paes, por exemplo, é autora do texto sobre o teto de vidro (ACKER, 2009) para mulheres no setor de tecnologia, um ambiente predominantemente machista. Ela entende que uma das maneiras de mudar esse cenário também é dar visibilidade ao “trabalho incrível que elas (mulheres negras) vêm realizando no setor (de tecnologia)”. É a estratégia de retomar a narrativa das mulheres negras e mostrar sua capacidade nesse setor, e, assim, desconstruir os estereótipos de carreira a elas associados.

Essa estratégia também é citada por Viviana e Viviane Santiago, que a denominam de “re-significação da relação das mulheres negras com o mundo do trabalho. Ela explica que as mulheres negras assumiram um compromisso com a exacerbação da excelência o tempo todo, isso porque existe “uma construção da sociedade racista que nos exige um desempenho dobrado por sermos negras”. No entanto, as autoras da postagem reconhecem que nunca serão suficientemente boas, por isso, faz-se necessário que as mulheres negras entendam que devam se preparar para o confronto:

construir uma autoimagem profissional alinhada com quem somos e com nossa trajetória. E em seguida, nos instrumentalizarmos para questionar e talvez oferecer a cada pessoa em nossas relações de trabalho, uma oportunidade de confrontar com os princípios racistas que regem o mercado de trabalho, suas relações e suas vidas (SANTIAGO; SANTIAGO, 2016. Fragmento do texto 19).

Outra estratégia citada é de Zaira Pires: buscar qualificação, com a esperança de ter suas qualidades valorizadas:

Minha estratégia, por hora, é me qualificar, [...] pretendo aperfeiçoar o inglês, fazer um intercâmbio e uma pós graduação, nessa ordem. Quem sabe no meio do caminho, meu currículo não cai nas graças de uma empresa séria, democrática e responsável, e eu não consiga, finalmente, me colocar em um local que valorize minhas qualidades e saiba se beneficiar do que posso oferecer através de minha vivência de mulher negra, lésbica e pobre[...] (PIRES, 2013. Fragmento texto 4).

O relato de Maria T. Ferreira (Fragmento texto 13) aponta que a estratégia utilizada para contrariar a dura realidade é a qualificação por meio do ingresso na universidade e construir a carreira. Porém, apesar de considerar que nenhuma luta seja inglória, Maria Teresa entende que “para cada ganho nascem uma ou duas trincheiras diferentes a serem ultrapassadas” (FERREIRA, 2014. Fragmento do texto 13), isto é, a qualificação não encerra a questão da desigualdade.

Essas estratégias de enfrentamento estão em acordo com o posicionamento político das mulheres negras que utilizam o blog como um espaço coletivo para denunciar os processos organizacionais que refletem os regimes de desigualdades (ACKER, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Definir o foco para uma categoria obscurece e simplifica outras realidades (ACKER, 2006), na medida em que estabelece um recorte específico. Embora seja necessário definir limites de análise, a investigação das relações de desigualdade que perpassem categorias de gênero, raça e classe apontam possibilidades de compreender melhor como essas relações se desenvolvem e influenciam na trajetória profissional das pessoas.

Nesta pesquisa, exploramos as narrativas de mulheres negras sobre os regimes de desigualdades no trabalho e o modo como eles são reproduzidos. Foi possível apontar que as blogueiras em suas experiências percebem a interseção da discriminação de gênero, raça e classe e procuram discutir as situações de desigualdade que vivenciam. Nos relatos e textos analisados, pudemos perceber que os processos de produção de desigualdade referentes aos requisitos para o trabalho, hierarquia, recrutamento e seleção e determinação de salários e práticas de supervisão não ocorrem isoladamente e são mencionados por diferentes autoras.

O *blog*, portanto, se mostra como um espaço heterotópico, ou seja, uma forma de posicionamento político que questiona e desarticula práticas e discursos hegemônicos. É um espaço de resistência coletiva na medida em que denuncia e discute as desigualdades ao mesmo tempo em que busca contestá-las. No entanto, o blog não se contenta com a crítica à ordem estabelecida, pois há um certo encantamento com o poder em diversas manifestações. Nesse sentido, as histórias narradas são uma maneira encontrada para refletir sobre as desigualdades inerentes a cada trajetória individual e uma estratégia de posicionamento político como grupo.

O Blogueiras Negras é uma proposta voluntária que nos remete a uma organização autônoma, não centralizada, em que saberes particulares das mulheres negras, nem sempre unânimes e às vezes divergentes, se opõem àqueles que o circundam e que representam uma ordem estabelecida. Isso implica que a noção de heterotopia pode explicar a dinâmica dos blogs, que, de certa forma, são in-

surreições dos saberes contra as instituições, nesse caso específico, os regimes de desigualdades no trabalho.

Os processos organizacionais que produzem regimes de desigualdade – requisitos para o trabalho, hierarquia, recrutamento e seleção, determinação de salários e práticas de supervisão, interações informais – implicam na manutenção da desigualdade existente no ambiente de trabalho. Isso porque esses processos são um reflexo das relações desiguais da sociedade na medida em que impede uma distribuição equitativa de homens e mulheres nos diferentes níveis hierárquicos, reforça pressupostos e estereótipos de gênero, raça e classe e dificultam a promoção da diversidade.

Pretendemos com esta pesquisa ampliar o debate sobre a diversidade, com a proposta de analisar conjuntamente a interseção de três categorias produtoras de desigualdade (cor, classe e gênero), o que não tem recebido muito interesse. As observações que fizemos estão limitadas pelo texto publicado, que é um ponto de vista de pessoas inseridas em contextos específicos e refletem sua visão de mundo, assim como a análise feita neste trabalho pode estar limitada pela capacidade de interpretação das autoras, que são mulheres brancas. Nesse momento, aproveitamos para afirmar que compartilhamos com as mulheres os desafios de viver em uma sociedade marcada por práticas machistas. Não negamos que existem experiências que jamais iremos alcançar, pois entendemos que nossa visão de mundo é construída pelas nossas trajetórias.

Indicamos para pesquisas futuras, de natureza empírica com fontes primárias, o estudo dos processos organizacionais mencionados, bem como as ações afirmativas voltadas para a diversidade no trabalho, considerando as mulheres negras de forma a analisar a sua participação nas organizações e compreender a inserção dessa parcela da população no mercado de trabalho formal. Por se tratar de questões sensíveis, sugerimos também a realização de pesquisas que utilizem material audiovisual, como vídeos publicados online, redes sociais online, entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKER, Joan. Inequality Regimes. Gender, class and race in organizations. **Gender & Society**. v. 20, n. 4, p. 441-464, 2006.

ACKER, Joan. From glass ceiling to Inequality Regimes. **Sociologie Du travail**. v. 51, n. 2, p. 199-217, 2009.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, 2015.

AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Estudos Feministas**, ano 2, Número Especial, p. 203-216, 1994.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1988.

BELL, Emma.; TAYLOR, Scott. Vernacular mourning and corporate memorialization in framing the death of Steve Jobs, **Organization**, v. 23, n. 1, p. 114-132, 2016.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 479-488, 1995.

BILGE, Sirma. “Théorisations féministes de l’intersectionnalité”. **Diogène**, v. 1, n. 225, p. 70-88, 2009.

BLOGUEIRAS NEGRAS.[Blogger pessoal] Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/>> Acesso em: 10 abril 2014.

BOURDIEU, Pierre. Capital Simbólico e Classes Sociais. **Novos Estudos**,[s.l.], n. 96, p.105-115, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a08n96.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas. 2007.

BRIGNOL, Liliane; BRUM, Maurício Marques. Web-diaspóricas como mídias de migração: outras formas de narrar as experiências migratórias na internet. **Revista Estudos de Comunicação**, v. 14, n. 35, p. 341-357, 2013.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Ashoka Empreendimentos Sociais: Takano Cidadania (Org)**. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, p. 49-58, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé W. “Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color”. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

DAMASKE, Sarah. A “Major Career Woman”?: How Women Develop Early Expectations about Work. **Gender & Society**. v. 25, n. 4, p. 409-430, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A inserção dos negros no mercado de trabalho da região metropolitana de Belo Horizonte**. Pesquisa de emprego e desemprego. 2013. Relatório.

ECHEVERRIA, Gabriela Bothrel et al. Preconceito e desigualdades sociais: A mulher negra no mercado de trabalho brasileiro. **Ciências Humanas e Sociais**, v. 2, n. 1, p. 71-82, 2015.

FOUCAULT, Michel. Outros Espaços. In: _____ **Ditos e Escritos** v. 3. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. São Paulo: Forense Universitária, 2009.

_____. Space, knowledge, and power. **Skyline**, p. 16-20, Mar. 1982. Entrevista conduzida por P. Rabinow. (Space, knowledge, and power. In: RABINOW, P. *The Foucault Reader*. New York, Patheon Books, 1984, p. 239 - 256)

HOLVINO, Evangelina. Intersections: the simultaneity of race, gender and class in organizational studies. **Gender, Work and Organization**. v. 17, n. 3, p. 248-277, 2008.

INSTITUTO ETHOS. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. Coord. e edição de Benjamin S. Gonçalves; coord. e pesquisa Hélio Gastaldi. São Paulo: Instituto Ethos. 2010.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LEITE, Márcia de Paula; SOUZA, Silvana Maria. Políticas de Emprego e Igualdade de Oportunidades de Gênero e Raça no Brasil. In: **Igualdade de Gênero e Raça no Trabalho: avanços e desafios**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2010, p. 103-146.

LEGLER, Jorge Francisco Bertinetti; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; FACHIN, Roberto Costa. Um exercício de desconstrução do conceito e da prática de segmentação de mercado. **Revista de Administração de Empresas** .v. 42, n. 4, 2002, p. 84-92.

MARQUES, Lílian Arruda; SANCHES, Solange. Desigualdades de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho: tendências recentes. In: **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2010, p. 51-79.

MENEGAT, Alzira Salete. SILVA, Luciana Codognoto da; A construção social dos corpos: sobre gênero, classe e raça. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 11, 2012, p. 53-59.

MANDEL, Hadas. Configurations of gender inequality: the consequences of ideology and public policy. **The British Journal of Sociology**, v. 60, n. 4, 2009, p. 693-719.

MENEGHEL, Stela Nazareth; FARINA, Olga; RAMÃO, Silvia Regina. Histórias de resistência de mulheres negras. **Estudos Feministas**, v. 13, p. 567-583, 2005.

OZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

MYERS, Aaron. O valor da diversidade racial nas empresas. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 25, n. 3, p. 483-515, 2003.

NASCIMENTO, Marco Cesar Ribeiro et al. Com que Cor Eu Vou pro Shopping que Você me Convidou? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, n. 3., Ed. Especial, p. 245-268, 2015.

OLIVEIRA, Josiane Silva de; CAVEDON, Neusa Rolita. Os Circos Contemporâneos como Heterotopias Organizacionais: Uma Etnografia Multissituada no Contexto Brasil-Canadá. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, n. 2, p. 142-162, 2017.

OLIVEIRA, Josiane Silva de. Gestão da diversidade: o desafio dos negros nas organizações brasileiras. In: ENCONTRO DA ANPAD, 31., Rio de Janeiro, 2007. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de 'cor ou raça' do IBGE**. Brasília: IPEA, 2003.

PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. 2012. Disponível em: <http://www.rhportal.com.br/artigos/wmview.php?idc_cad=xg7w7vuh9>. Acesso em: 10 abr. 2014.

RAMOS, T. T. Heterotopias urbanas: Espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro, **Polis** [En línea], v. 27, 2010. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/polis/916>>.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. **Estudos Feministas**. v. 14, n. 3, p. 801-811, 2006.

ROCHA, Maria Custódia Jorge. Mulheres, Estado e sociedade: constrangimentos e possibilidades de ação. **Revista da Católica**. v. 3, n. 6, p. 92-103, 2011.

SESKO, Amanda K.; BIERNAT, Monica. Prototypes of race and gender: the invisibility of black women. **Journal of Experimental social Psychology**. v. 46, n. 2, p. 356-360, 2010.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**. Brasília: IPEA, 2000.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; SARAIVA, Luiz Alex Ssilva; CARRIERI, Alexandre Pádua. Os lugares das empregadas domésticas. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 72, p. 161-178, 2015.

